

Sumário

Tese do Coletivo Travessia	2
Tese do Coletivo Esperançar.....	13
Tese do Coletivo Unidos pela Rede	23
Tese do Coletivo Fortalecer	34
Propostas de Resolução - Coletivo do Fortalecer	45
Contribuição do Coletivo de Professoras e Professores Aposentados	72
Contribuição dos AAEs.....	75
Contribuição dos Bibliotecários.....	76
Contribuição a Política de Combate às Opressões - Professores oprimidos e adoecidos	78
Contribuição: O Direito do Candidato com Deficiência ao Cargo Efetivo de servidor	80
Contribuição: Lampejos.....	83

TESE DO COLETIVO TRAVESSIA PARA O XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

UNIDADE PARA COMBATER A ULTRADIREITA, PARA LUTAR EM DEFESA DE DIREITOS E PARA AVANÇAR EM CONQUISTAS PARA A CATEGORIA

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”

- Paulo Freire

Saudações a todas, todos e todes!

O XIV Congresso do SINDREDE/BH, que homenageia o patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1921 – 1997), é um importante evento de nossa categoria na perspectiva de seu fortalecimento e do Sind-REDE/BH.

Nós que assinamos esta tese, somos da TRAVESSIA - COLETIVO SINDICAL E POPULAR¹, somos trabalhadores em educação da rede e fazemos parte do Coletivo Fortalecer no Sind-REDE/BH. Defendemos que os objetivos deste congresso sejam reafirmar as pautas da categoria, aprofundar o debate sobre as táticas de mobilização e fortalecer o nosso Sindicato que, além de ser um instrumento de luta da categoria pelas suas pautas específicas, também é uma ferramenta de luta por campanhas mais gerais em prol da agenda da classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação.

Entendemos que os sindicatos são uma frente única na qual devem atuar todos e todas os/as lutadores da categoria. Que este deva ser independente de todos os governos, pois aos sindicatos cabe a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Nesta tese, desenvolvemos uma série de temáticas, expondo a nossa análise, caracterização e propostas de resoluções, com o objetivo de desenvolver as intervenções políticas que consideramos mais acertadas para o Sindicato no próximo período.

Remetemos para os textos específicos, as propostas de resoluções que construímos em conjunto no Coletivo Fortalecer.

Desejamos um congresso vitorioso para todos nós!

I. Conjuntura Internacional

Compreendendo que Belo Horizonte não é uma ilha, e que as especificidades que ocorrem em nossa cidade, estado e país são reflexos do que ocorre política, econômica e socialmente no mundo, destacamos aqui uma breve análise da conjuntura internacional.

¹ Travessia, Coletivo Sindical e Popular: para maiores informações acesse o nosso manifesto em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/11/leia-o-manifesto-de-lancamento-do-travessia-novo-coletivo-sindical-e-popular/> ou no Facebook: <https://www.facebook.com/travessiacoletivosindicalepopular>

O atual momento histórico, cujo marco é a crise de 2008, é marcado pela crise estrutural do capitalismo, que se manifesta de diversas dimensões - econômica, política, social, cultural e bélica - e cuja origem são os limites para expansão dos mercados e a consequente queda da taxa de lucros. Da perspectiva das elites econômicas, a superação desta crise depende do aumento da mais-valia que se dá a partir da reorganização do sistema mundial, das cadeias produtivas e da divisão internacional do trabalho, o que não é possível no curto espaço de tempo. A dinâmica é de continuidade da crise, com picos de agravamento. O único programa adotado pelos governos e classes dominantes para enfrentar os efeitos da crise - conquista de mercado e aumento da taxa de lucro - é mais liberalismo, aumento da exploração, desmantelamento do Estado de bem-estar social e das políticas sociais. Com efeito, tem-se um aumento das contradições, como intensificação das disputas geopolíticas, guerras comerciais e conflitos bélicos, a exemplo do que assistimos na Ucrânia e na ofensiva genocida do Estado de Israel sobre o povo palestino. A reação de setores periféricos da própria burguesia prejudicados pelas medidas liberais alimenta o ressurgimento dos nacionalismos e movimentos de caráter neofascistas. Ainda que insuficientes, acontecem movimentos de resistência dos trabalhadores e do povo, que acabam se esterilizando pela falta de direções consequentes, revolucionárias, pois a socialdemocracia e suas variantes não é uma alternativa de poder.

Como dito inicialmente, este cenário mundial determina a situação brasileira e de BH. O neoliberalismo inverteu a dinâmica de desenvolvimento, promoveu desindustrialização, limitou direitos sociais, precarizou as relações de trabalho e aumentou a dependência externa. O enfrentamento aos efeitos da crise mundial, sob a ótica da burguesia, demandou o aprofundamento e aceleração das medidas liberais e ampliou as contradições sociais no país, colocando em crise o consenso formado para a Nova República, criado em fins da década de 1980.

Nesse cenário ressurgem com apoio de massas a extrema-direita, e esta segue como uma ameaça às liberdades democráticas e aos direitos da classe trabalhadora no mundo e na América Latina.

O resultado do primeiro turno eleitoral na Argentina, com Javier Milei (liderança da extrema-direita argentina) indo para o segundo turno, deve servir como um alerta, não apenas para as forças da esquerda daquele país, mas, ao conjunto da esquerda latino-americana e a de todo o mundo.

Apesar das recentes vitórias eleitorais de governos de esquerda contra lideranças da direita e da extrema-direita, a manutenção dos elementos mais estruturais da crise capitalista, da “globalização” neoliberal, os limites da democracia burguesa no mundo pós restauração capitalista nos antigos estados operários burocratizados (a partir dos anos 1990) e a ausência de revoluções sociais vitoriosas nos últimos 64 anos, faz com que a crise social, ambiental e humanitária no mundo sirvam como combustível para a existência e fortalecimento de alternativas fascistas e de extrema-direita.

Mesmo com as recentes derrotas da extrema direita nos EUA, Chile, Brasil, Portugal, dentre outros países, esta segue como uma força política com apoio de massas, que se alimenta do mal-estar social crescente com a deterioração das condições de vida da maioria do povo, como resultante dos limites que a conciliação de classes impõem aos governos da chamada “onda rosa” para o atendimento às necessidades mais sentidas do povo trabalhador, empurrando não apenas as classes médias, mas, inclusive setores da classe trabalhadora para apoiar saídas autoritárias que apostam na derrota histórica dos trabalhadores com a demolição de direitos sociais e liberdades democráticas. Nesta encruzilhada se encontra o Brasil.

Acreditamos que a principal tarefa dos lutadores no mundo é derrotar a extrema direita em todos os campos. Seguida pela luta em defesa dos direitos e avançar em conquistas para a nossa classe.

II. Conjuntura Nacional - Brasil: Apostar numa aliança conservadora ou na mobilização popular para aplicar o programa que ganhou as eleições de 2022?

A eleição de Lula expressou mais que um voto contra a extrema-direita, representada pelo líder neofascista Jair Bolsonaro. O voto em Lula, além de um voto contra o projeto neofascista responsável pelas 700 mil vidas perdidas pela Covid-19 e o aprofundamento da fome, da miséria, da destruição ambiental e do genocídio contra os povos negros e indígenas, expressou um profundo sentimento de mudanças contra os retrocessos nos direitos econômicos e sociais. Um voto em defesa dos serviços públicos e contra o Teto de Gastos, um voto em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da população negra, dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+.

A frente ampla construída por Lula, que incluiu setores da burguesia, como o vice-presidente Alckmin, além da incorporação no governo de partidos como União Brasil, MDB e PSD, apesar da importante vitória eleitoral contra Bolsonaro e a extrema direita, traz consigo uma contradição importante, pois estes setores foram a vanguarda dos retrocessos que o voto em Lula rechaçou e significam um obstáculo para que o governo cumpra o programa que saiu vitorioso nas urnas e avance em reformas e medidas estruturais, que efetivamente coloquem a conta da crise social profunda do país nas costas da burguesia. Essa contradição ficou muito evidente no debate sobre a revogação do Novo Ensino Médio, que enfrentou a resistência do ministro Camilo Santana, que tem relações com as fundações privadas, como a Fundação Leman, que seguem controlando o MEC.

Nesse sentido, reconhecemos como importantes as medidas aplicadas pelo governo como a retomada de programas sociais que haviam sido desmontados por Temer e Bolsonaro (Mais Médicos, Farmácia Popular, Bolsa Família etc), mas é necessário ir além. A luta contra a extrema direita, que segue como uma força política com peso na realidade brasileira, exige avançar no sentido de resolver os profundos problemas que afetam a realidade do povo trabalhador e setores oprimidos, o que só será possível com o enfrentamento aos interesses do grande capital, colocando o orçamento público a serviço de garantir ao povo pobre direitos sociais e econômicos que melhorem efetivamente as condições de vida da maioria da população brasileira.

Para avançar neste caminho não será a aliança com o Centrão de Arthur Lira, que sustentou o golpe de 2016 e o programa econômico ultraliberal de Temer e Bolsonaro, que o governo Lula conseguirá atender aos anseios das mulheres e homens que foram às ruas de norte a sul do país para derrotar Bolsonaro e construir sua vitória. Isso ficou evidente nos debates sobre o Arcabouço Fiscal e mesmo na Reforma Tributária, apesar de alguns avanços importantes que o texto prevê.

O único caminho possível para avançar nesse sentido seria o governo Lula se apoiar no movimento de massas e na mobilização popular para se construir uma nova correlação social de forças, que cumpra duas tarefas: de um lado derrotar a extrema direita, punindo os golpistas e seus financiadores e mentores intelectuais, e, por outro lado, derrotando o projeto a serviço dos grandes capitalistas e latifundiários, que se apoiam na direita liberal e maioria conservadora do Congresso Nacional, para aplicar o programa que levou Lula novamente à presidência.

Por isso é fundamental a construção da unidade das organizações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais para retomar as ruas numa jornada nacional de lutas que levante as bandeiras e reivindicações que unifique as lutas para avançar nos direitos sociais, econômicos e na defesa das liberdades democráticas.

III. Conjuntura Estadual - Unidade nas lutas e oposição a Zema

Zema é o governador que ganhou no primeiro turno se apoiando em um discurso sobre competência técnica aliado ao conservadorismo bolsonaristas. Este é defensor dos interesses das corporações econômicas, mineradoras, do agronegócio e dos negócios dos amigos. O governo tem aparelhado as empresas públicas e sucateado os serviços públicos. A reforma administrativa aprofunda essa orientação.

Ao mesmo tempo, segue impondo violência através da PM contra jovens negros da periferia. Tem sido um agente contra os movimentos sociais. Ataca as normas de meio ambiente, mantendo um licenciamento ambiental sem critério, sem fiscalização e sem fomento às Unidades de Conservação, privilegiando a construção do Rodoanel e de outras estruturas para expansão desse modelo de mineração insustentável e sem função social.

Avançar na unidade nas lutas, abraçando as mobilizações sociais, em defesa dos serviços públicos e do funcionalismo, tarifa gratuita nos transportes, em defesa do meio ambiente, contra a privatização da água e pela universalização do saneamento básico, em defesa dos direitos humanos, é o grande desafio para os sindicatos, funcionalismo e movimentos sociais.

Tivemos lutas e mobilizações conjuntas importantes no último período, com envolvimento do Sind-REDE/BH, a exemplo da mobilização do dia 07 de novembro, dia estadual de luta contra o Regime Recuperação Fiscal, PL 1.202/19. Este PL visa a renegociação de dívidas com a União, calculadas em aproximadamente R\$156 bilhões. Segundo a proposta, o RRF terá vigência de nove anos, período durante o qual o governo terá que implementar uma série de medidas para alcançar o equilíbrio fiscal, dentre elas o congelamento dos salários dos servidores estaduais. Outra proposta do governo é a PEC 24/2023 que objetiva a privatização de estatais (**CEMIG**, a **COPASA** e a **CODEMIG**) sem a exigência de um referendo popular, juntamente aos trabalhadores em educação da rede estadual, dentre outros servidores e suas entidades. É preciso seguirmos unidos na luta com o funcionalismo estadual, junto aos movimentos sociais na mobilização contra a mineração da Serra do Curral, em defesa do Sistema Estadual de Meio Ambiente, contra o Rodoanel, dentre outras.

Zema, por meio de seu Secretário, Marcelo Aro (secretário Chefe da Casa Civil), tenta estender os seus tentáculos (diga-se influência política) até o governo municipal. Assim a sua política ganha mais musculatura, naquilo que há de acordo entre os governos que tem a ver com beneficiar os empresários.

Seguimos num cenário de ofensiva política da direita no Estado. A campanha do Fora Zema é muito importante, unifica a esquerda e os movimentos sociais.

IV. Conjuntura Municipal

O Prefeito Fuad/PSD é o sucessor de Kalil à frente da prefeitura de BH. Tem um extenso currículo de compor outros governos, do de FHC na presidência da República, de Aécio Neves e Anastasia em seus

governos do estado de Minas Gerais, e até mesmo foi consultor do FMI. Se tornou prefeito para Kalil renunciar ao cargo para concorrer ao governo do estado.

No último período a sua gestão vem se aproximando a passos largos do governador Zema, pois há interesses de Fuad estreitar relações com a câmara Municipal, para fins de aprovação de seus projetos, por isso o mesmo construiu um acordo com a família Aro (Marcelo Aro, além de secretário de zema é filho da vereadora Professora Marli de BH) para aproximar uma bancada de vereadores ao apoio a seu governo. Logicamente pelo seu histórico político tem afinidades com o atual governador do estado, apesar da contradição de ter apoiado a candidatura de Lula à presidência e após as eleições, diante da tentativa de golpe em janeiro, ter colocado a guarda municipal a serviço da desobstrução das ruas ocupadas por bolsonaristas.

Em fins de 2022, o governo sofreu uma derrota nas eleições para presidente da CMBH. O lado vencedor foi uma coalizão da extrema direita, do grupo de Marcelo Aro com o do grupo de Gabriel Azevedo, embora agora estes dois não sejam mais aliados.

Sob os mandatos de Kalil/Fuad a PBH aumentou os contratos com as empresas terceirizadas, essa é uma das características desse governo, aumento da terceirização nos serviços públicos.

Há uma atuação fragmentada das esquerdas e dos movimentos sociais na cidade, essa situação é muito ruim, pois dá pouca visibilidade às pautas dos movimentos sociais e não faz contraposição às políticas do governo municipal e, além do mais, não constrói uma alternativa à esquerda ao governo.

Por meio das últimas pesquisas de intenção de votos a ultradireita tem apresentado vantagens na sucessão ao atual prefeito. Essa é uma situação muito preocupante.

A situação política na CMBH se encontra ainda mais à direita do que boa parte das capitais do país. A extrema direita tem grande peso e junto com a direita é ampla maioria. A bancada de esquerda se resume a 4 vereadores com eventuais votos de outros parlamentares. Diversas pautas conservadoras ganharam muito espaço nos projetos de leis e ações dos vereadores. Esse ano a CMBH paralisou em diversos momentos pela disputa entre a direita encabeçada pela Família Aro, que girou para a base do governo Fuad e o grupo do Gabriel Azevedo com a participação do bolsonarismo e do Novo.

O governo municipal conseguiu aprovar projetos importantes, mas foi derrotado pela categoria no principal ataque aos servidores que seria a Reforma da Previdência. Nessa e em outras lutas a categoria pôde contar com a bancada da esquerda: Iza Lourença e Cida Falabella (PSOL) e Pedro Patrus e Macaé/Bruno Pedralva (PT). Em especial a presença de dois ex-diretores do Sind-REDE/BH no mandato da vereadora Iza Lourença permitiu uma íntima relação no apoio e na estratégia de organização das lutas, seja dos terceirizados, reforma da previdência, descongelamento da carreira, PSS, dentre outros. No caso da Reforma da Previdência, tendo a vereadora Iza como presidenta da Comissão de Administração Pública, combinado com a luta dos servidores, foi possível segurar por 3 meses a reforma até que no início de 2023 a prefeitura desistiu momentaneamente da proposta. Neste momento, a luta contra a reforma da previdência, se concentra no Congresso Nacional, por meio da PEC 38/23, que visa uniformizar as regras previdenciárias da EC103/19 (reforma de Bolsonaro) a todos os municípios que não a realizaram.

Resolução sobre conjuntura municipal e eleições municipais de 2024

Considerando que o papel do sindicalismo deve extrapolar a tarefa de negociações econômicas e negociação do valor da venda da força de trabalho do trabalhador para pautas políticas que abrange interesses da sociedade, na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora;

Considerando que o Sind-REDE/BH é um sindicato atuante na luta das reivindicações específicas dos trabalhadores em educação, quanto também nas campanhas gerais dos movimentos sociais e sindicais;

Considerando que o Sind-REDE/BH tem se posicionado politicamente mediante processos políticos da cidade, do estado e do país (processos eleitorais, por exemplo), bem como campanhas internacionais;

Considerando que o bolsonarismo é forte em BH, que Bolsonaro e Zema ganharam a maioria dos votos na cidade, que candidaturas proporcionais de candidatos ultradireitistas com discurso conservador, de ódio e contra os direitos dos trabalhadores obtiveram expressiva votação nas eleições de 2022;

Que a CMBH é composta majoritariamente por parlamentares da ultradireita, direita, conservadores e que não defendem a pauta dos movimentos sociais da cidade;

Considerando que estamos nos aproximando das eleições municipais de 2024, com pesquisas indicando o favoritismo da ultradireita, na disputa eleitoral, que nesse sentido, é importante o posicionamento do SINDREDE/BH.

Propomos: que o Sind-REDE/BH seja indutor de um debate que unifique todos os partidos de esquerda: PT, PSOL, PCdoB, PSTU, PCB, UP, PCB-RR e movimentos sociais, na perspectiva de construção de um programa mínimo para governar BH, bem como uma candidatura única para fazer frente às candidaturas da ultradireita e liberais. Compreendendo que a unidade das esquerdas é fundamental para combater as saídas ultradireitistas e neofascistas, que se faz necessário superar as diferenças políticas, combater a fragmentação da esquerda, para a construção de alternativas políticas tanto para a prefeitura quanto para aumentar a representação da esquerda na CMBH.

As resoluções sobre conjuntura municipal constam nas resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

V. Conjuntura Educacional

A conjuntura geral tem grande impacto nas políticas educacionais, seja nos projetos e financiamento. Travamos no Brasil uma luta de morte contra a destruição dos direitos da classe trabalhadora pelo projeto político fascista, que produziu o genocídio pandêmico e o desmonte dos serviços públicos. Nesse contexto, a difusão de campanhas como “escola sem partido”, “ideologia de gênero” e *homeschooling* (ensino domiciliar) se converteram em bandeiras dos bolsonaristas por todo país, em um ataque sem precedentes à educação e à escola pública. Na verdade, todas estas campanhas tinham como objetivo central o desmonte da educação pública brasileira para colocar os recursos públicos a serviço dos grupos privados de ensino.

O projeto ultraliberal conservador tem consciência ideológica do seu papel no contexto econômico, social e político. Nessa perspectiva, a educação deve ser instrumentalizada institucionalmente para defender os seus interesses a partir de uma dupla função: a primeira se constituir em um meio de reprodução do sistema, que desenvolva a educação na perspectiva da defesa das políticas da classe

dominante, convencendo os dominados a incorporarem estas posições, ou seja, defenderem a ideologia da classe oposta à sua.

A segunda função é controlar os recursos educacionais para transformá-los em lucros e a educação em mercadoria, o que fica expresso nas diversas políticas de transferência das verbas públicas para os grupos educacionais privados, as chamadas fundações privadas, como: Todos pela educação, Instituto Ayrton Sena, Itaú Cultural, Fundação Lemann, entre outras. Esta visão é totalmente oposta à concepção de investimento em educação pública. Para os ideários deste programa os dispêndios com os diversos níveis educacionais por parte do Estado, são gastos que devem ser reduzidos, racionalizados ou potencializados, o que só é possível através do gerenciamento privado das redes escolares.

Estes instrumentos da burguesia não apenas combatem as organizações da classe trabalhadora que resistem e impedem a implementação de tal proposta, para os porta-vozes do sistema capitalista. Para eles, sindicatos, confederações, centrais sindicais de trabalhadores e partidos de esquerda, defensores da educação pública, devem ser enfraquecidos e destruídos, com objetivo de garantir que o desmonte da educação pública possa ser operacionalizado em um cenário sem resistência organizada a este projeto de privatização.

Tais propostas são propagandeadas de forma sutil com uma certa roupagem de “modernidade”, chamadas de “reformas educacionais”. Esta prática dos teóricos e do establishment na educação, se configura como uma estratégia para obscurecer os verdadeiros propósitos de dominação dos empresários sobre os recursos educacionais públicos.

Nessa estratégia, os projetos são combinados com a redução dos recursos educacionais, precarizando salários e condições de trabalho. Nessa direção a reforma do ensino médio, vendida como “novo ensino médio”, a BNCC, entre outros programas, são conceitos incorporados à legislação para dominarem o discurso oficial, no sentido de serem transformados e naturalizados, buscando tornar absoluta a ideologia liberal, levando ao controle de cada vez maiores contingentes dos recursos educacionais.

Em Belo Horizonte, a política educacional do governo Kallil/Fuad e seus secretários: Dalben, Charles e a recente Roberta Vieira, mantém a política de se restringir a autonomia pedagógica dos profissionais da educação e mantendo o controle da SMED sobre as direções de escolas, por meio do assédio moral (outrora pelos interventores), em prejuízo à gestão democrática que defendemos. Mantém a terceirização do ensino, as parcerias público-privado. Negam a aplicação do 1/3 da jornada extraclasse do professor, conforme a Lei do Piso. Recuaram da proposta de 8 horas de reuniões pedagógicas que o secretário de educação negociou com o Sind-REDE/BH. Promovem a redução salarial dos trabalhadores a partir da ausência de uma política salarial que recomponha as perdas históricas e anuais pela Lei do Piso Nacional do Magistério e aplique uma recuperação dos salários para pôr fim à dupla e tripla jornada de trabalho e ao adoecimento. A defesa da carreira da educação é outro ponto fundamental de nossa reivindicação. A violência nas escolas é uma realidade que tem crescido a cada momento, pari passo ao crescimento do discurso de ódio que se dissemina na sociedade, da parte da PBH não há combate à violência dentro e no entorno à escola, deixando à própria sorte estudantes e profissionais da área. Por isso, é tarefa do Sind-REDE/BH intensificar as lutas em defesa da Escola Pública e ser um instrumento de luta capaz de aglutinar a categoria e a sociedade na discussão e luta por outro projeto de Educação: pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço dos trabalhadores. É a partir desta perspectiva de escola que se constrói o espaço de luta da classe trabalhadora. As resoluções sobre esse tópico constam em resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

VI. Plano de Lutas e Campanhas Políticas

As resoluções sobre esse tópico constam em resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

VII. Balanço da Diretoria Colegiada período 2022 a 2024

As resoluções sobre esse tópico constam em resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

VIII. Políticas Permanentes Contra a Opressão

As resoluções sobre essa temática constam em resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

Mulheres e combate às opressões

As conquistas das mulheres na história são frutos de muita luta e resistência, desde o direito de conquistar seu lugar no mercado de trabalho, a redução da jornada de trabalho, de ter igualdade nas relações de trabalho em relação aos homens, de exigir equiparação salarial justa em relação ao salário do homem, da licença maternidade, do próprio direito ao voto, entre outros. E esta luta não acabou e em muito é preciso prosseguir. A caminhada é longa! E as mulheres (jovens, idosas, negras, com deficiência, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pobres), continuam tendo importância fundamental na luta em defesa de direitos e contra o machismo.

As mulheres vivenciam situações de opressões, como o preconceito, machismo, assédios moral e sexual e violência. Desde o Golpe de 2016, seguido das eleições de Bolsonaro em 2019, as mulheres foram as mais atacadas com os desmontes das políticas públicas, as contrarreformas trabalhistas e da previdência, assim como na política neofascista e misógina do governo anterior. Durante a pandemia de COVID-19 houve mundialmente o aumento da violência doméstica e o feminicídio. Outra face da violência que se escancara são as ameaças que parlamentares mulheres, negras e LGBTQIAPN+ vêm sofrendo ao longo dos últimos anos, violência política de gênero, seja no parlamento, seja nos sindicatos, é preciso enfrentar e combater o machismo em todos os espaços.

Há 5 anos buscamos saber quem mandou matar Marielle Franco, e por quê? As MULHERES têm lutado contra o machismo, o patriarcado, o conservadorismo, e afirmado suas reivindicações e bandeiras de lutas mundialmente a cada "8 de março". Nesse novo período precisamos exigir do governo Lula a revogação das contrarreformas, normas e atos que atacaram os direitos sociais, avançar na agenda de implantação de políticas públicas, seguir lutando na ampliação e defesa dos direitos das mulheres, no combate à violência de gênero/racista, combate ao feminicídio, combate à fome e a situação de vulnerabilidade das famílias. Considerando, segundo o Censo Escolar² que na educação, até o Ensino Básico as mulheres compõem a maioria: 79,2% Ensino Básico; 97,2% Educação Infantil; 77,5% Ensino Fundamental; 57,5% Ensino Médio (sendo 8/10 gestores são mulheres na Educação básica); 47,02% Ensino Superior. É fundamental construir políticas de melhores salários, de promoção, prevenção e

² Censo Escolar 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em fevereiro.

tratamento de saúde da mulher, dentre outras políticas públicas voltadas para as mulheres. O Sind-REDE/BH precisa estar na vanguarda dessa luta tanto em âmbito municipal quanto geral.

Vidas negras importam

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que a população negra corresponde a 55,8% dos brasileiros. Segundo o Centro Cultural do Ministério da Saúde, apesar desse dado, apenas aproximadamente 35,6% desta população ocupam os cargos públicos no governo federal e esse quantitativo diminui mais ainda quando se trata de cargos mais elevados hierarquicamente nas instituições do serviço público. Mesmo após a ação afirmativa implementada por meio da Lei Federal nº 12.990/2014, que garante a reserva de vagas para negros/as em concursos públicos, ainda existe uma desigualdade no acesso ao emprego no setor público vivenciada pela população negra e isso é consequência de séculos de violação de direitos sociais e humanos e escravização da população negra.

Além da questão racial, existe a questão socioeconômica que também é uma barreira enfrentada no acesso ao emprego no serviço público. Como chegar a uma aprovação em concurso público, se "negros e negras enfrentam mais obstáculos para conseguir uma colocação, ganham menos e têm frequentemente inserção vulnerável e frágil", segundo estudos do DIEESE.

O racismo estrutural é uma realidade em nosso país e faz parte do conjunto de opressões que sustentam o sistema capitalista e o serviço público não escapa a essa realidade. Algumas perguntas nós precisamos fazer: Já prestou atenção em seu local de trabalho, quantos são brancos/as e quantos são negros/as, e quais são os segmentos da escola cujo percentual de negros/as é maior? Já refletiu o motivo dessa realidade? Já pensou sobre a diversidade e representatividade da população negra em seu local de trabalho e como isso afeta diretamente na representatividade e na qualidade dos serviços públicos prestados à população? Já pensou sobre quais são as ações do Estado, incluindo dentro das instituições em que trabalhamos para o combate do racismo no serviço público? O racismo acontece no dia a dia, de forma escancarada, mas também de forma velada e inclusive em nossos locais de trabalho. Se a categoria sofre o adoecimento, o assédio moral no cotidiano do trabalho, também, servidores/as e trabalhadores negros/as enfrentam esta realidade de forma mais acentuada historicamente e a questão racial não pode ser deixada de lado porque existem especificidades que exigem compor o debate. É preciso que questões presentes no serviço público relacionadas ao racismo sejam tratadas com seriedade e com o compromisso do Sind-REDE/BH no engajamento e luta antirracista de forma ampliada, no conjunto da classe trabalhadora nesta sociedade, porque “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, frase de Ângela Davis que deve ser incorporada a nossa luta.

Não a Toda Forma de Opressão! Em Defesa dos Direitos Democráticos e Civis das Pessoas LGBTQIAPN+!

Pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais (+), LGBTQIAPN+

Infelizmente, o Brasil tem uma história de violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+ alarmante. De acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), houve 1.034 assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil em 2020. Isso significa uma taxa de 6,2 assassinatos por dia. No entanto, é importante destacar que esses dados são provavelmente subestimados, pois muitos

casos são registrados incorretamente ou não são reportados. Além desse dado catastrófico, não existe atendimento adequado por parte dos governos federais, estaduais e municipais que puna exemplarmente todo tipo de violência contra a população LGBTQIAPN+. O resultado disso é o aumento do sofrimento de milhões de pessoas e familiares que estão tendo todos os dias a sua liberdade e seus direitos civis atacados. O Sind-REDE/BH precisa participar ativamente avançando na organização dos LGBTQIAPN+ em nossa categoria, não basta somente lutar por salários, mas os sindicatos podem e devem ser polos de combate contra a opressão no qual as trabalhadoras e trabalhadores LGBTQIAPN+ possam reconhecer o espaço sindical como o seu espaço e um instrumento de luta pelos seus direitos democráticos. Desde 2019, a lei brasileira tornou crime a discriminação ou a violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, com penas que vão de um a cinco anos de prisão, equivalentes às penas previstas para o crime de racismo. Ambas as formas de discriminação e violência são sérios problemas de direitos humanos que devem ser combatidos e erradicados para garantir a igualdade e a justiça para todas as pessoas. O Sind-REDE/BH pode tomar várias medidas para enfrentar a LGBTQIAfobia, incluindo:

Sensibilização e educação: O Sind-REDE/BH pode promover campanhas de conscientização e treinamentos para sensibilizar seus membros e a comunidade acadêmica sobre a importância da proteção contra a LGBTQIAfobia.

Proteção dos direitos: O Sind-REDE/BH pode trabalhar para garantir que os direitos dos trabalhadores LGBTQIAPN+ sejam protegidos nas escolas, incluindo o direito à não discriminação, à privacidade e à segurança.

Representação política: O Sind-REDE/BH pode usar sua voz e seu poder político para defender os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, incluindo a criminalização da LGBTQIAfobia e a aprovação de políticas de inclusão.

Atividades culturais e de apoio: O Sind-REDE/BH pode organizar atividades culturais, como eventos de conscientização e grupos de apoio para a comunidade LGBTQIA, a fim de promover a visibilidade e a aceitação da diversidade.

IX. Mudanças estatutárias

Para este congresso da Rede defendemos a filiação do Sind-REDE/BH à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE. Apresentamos sobre esse tópico as resoluções conjuntas nos textos do Coletivo Fortalecer.

X. Trabalhadores Terceirizados

Os trabalhadores terceirizados pela MGS e Caixas Escolares fazem parte da categoria de trabalhadores em educação. Estes constroem a educação do município juntamente a professores e demais servidores. O Serviço que realizam é de fundamental importância para o funcionamento das escolas, sem esse trabalho seria impossível realizarmos uma educação pública de qualidade. Esses trabalhadores em educação terceirizados são os que possuem os menores salários nas escolas, são os que mais sofrem assédio moral e sofrem muito com a opressão, por serem em sua maioria mulheres, negros/as, trabalham em situação de risco e insalubridade. As mudanças constitucionais com a reforma trabalhista, lei da terceirização e reforma da previdência afetaram diretamente esses trabalhadores. Defendemos que foi

um acerto o Sind-REDE/BH representar sindicalmente esse segmento, inclusive dando condições para que haja diretores, com contrato terceirizado, estarem liberados para esse trabalho sindical. O Sind-REDE/BH precisa avançar na organização desses trabalhadores para que haja valorização do trabalho dos mesmos, com aumento de salário, diminuição da jornada de trabalho (sem diminuição do salário), mais direitos e garantia de promoção, prevenção e tratamento da saúde desses trabalhadores. Apresentamos um conjunto de resolução no texto do Coletivo Fortalecer a respeito desse tema.

XI. Educação Infantil

As professoras da Educação Infantil da rede possuem uma história exemplar do que é possível de ser conquistado com união, luta e perseverança, por meio de um sindicato de luta, como o caso do Sind-REDE/BH. Estas em 2004 ingressaram na rede na condição de Educadoras Infantis, recebendo um salário inferior a de uma professora do Ensino Fundamental, sem os direitos de professores (mesmo o sendo), a exemplo do previdenciário. Passados quase 20 anos desde a inclusão da política de atendimento da Educação Infantil pela PBH, educadoras/professoras, por meio de sua luta, conseguiram mudar a sua nomenclatura para Professoras para a Educação Infantil, igualando assim direitos de professores, quanto também, mais recentemente, a igualdade na carreira. Muito ainda precisa ser conquistado, mas esse exemplo inspira outros setores na rede. Apresentamos um conjunto de resolução no texto do Coletivo Fortalecer a respeito desse tema.

XII. Aposentadas/os

As/os trabalhadoras em educação aposentadas/os estão em processo de organização muito intenso. Acreditamos que é importante, pois se trata de pessoas com larga experiência tanto profissional quanto de militância nas lutas sindicais e políticas do município e nas campanhas gerais. A formação do Coletivo de Aposentadas/os é um passo certo na direção de fortalecimento desse segmento quanto ao fortalecimento do sindicato. A política do governo municipal de Fuad é de retirar os direitos das aposentadas/os principalmente àquelas com paridade, pois ao apresentar propostas de concessão de níveis (2022) e pagamento de rateio do FUNDEB, as exclui do direito a ter os benefícios dos trabalhadores da ativa.

Defendemos que não haja nenhuma diferenciação de direitos entre trabalhadores da ativa e aposentados. Que a PBH aplique todo o recurso do Fundeb no salário, em forma de índice de reajuste, para que ninguém, com direito a paridade, fique de fora. Apresentamos um conjunto de resolução no texto do Coletivo Fortalecer a respeito desse tema.

TESE DO COLETIVO ESPERANÇAR PARA O XIV CONGRESSO DA REDE “PAULO FREIRE”

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.”

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança, 1992

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do Coletivo Esperançar, saudamos todas e todos participantes do XIV CONGRESSO da REDE, que tem como homenageado o patrono da Educação Brasileira PAULO FREIRE, referência para a criação de nosso coletivo.

O Coletivo Esperançar é uma iniciativa de trabalhadoras e trabalhadores em educação da rede pública municipal de Belo Horizonte que acreditam que não se pode mais esperar: é tempo de unir forças para ir adiante e fazer valer nossos direitos.

Acreditamos em uma educação pública, gratuita, democrática, plural, de qualidade social, laica, inclusiva, popular, como direito que fortalece o permanente combate às desigualdades e que, portanto, se contrapõe a todas as formas de subalternização. Entendemos que os atores fundamentais na construção deste projeto de educação são aquelas e aqueles que a fazem cotidianamente nas escolas, das mais variadas maneiras. E, coletivamente, seguiremos defendendo tudo o que conquistamos até aqui, mas também buscaremos novos caminhos para trilhar.

Nosso Coletivo foi formado em abril de 2021, diante dos desafios impostos pela Pandemia do Coronavírus e como uma busca de organização das trabalhadoras e trabalhadores em educação para participar em diferentes espaços de participação, como os conselhos e a nossa entidade sindical, o Sind-REDE/BH.

Em 2022 participamos do processo eleitoral para a Diretoria Colegiada e atualmente compomos a direção do Sind-REDE/BH. Desde então participamos ativamente de diferentes espaços do Movimento Sindical, como os Congressos Estadual e Nacional da Central Única dos Trabalhadores e a Plenária Intercongressual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além das etapas Municipal e Estadual da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Nosso papel é o de ocupar todos os espaços de poder e representação que estejam vinculados às nossas lutas. Mas esta ocupação deve ser transformadora! Por isso, somos radicalmente comprometidos com a luta das populações historicamente privadas dos espaços de poder, inclusive nos da nossa classe.

Somos, portanto, feministas, classistas e antirracistas. Sabemos do que os direitos são feitos e defendemos o legado das pessoas lutadoras que vieram antes de nós. É por elas e, pelas que virão

depois de nós, que seguiremos em luta!

Acreditamos que este tempo será de contínua luta, por isso fazer da esperança verbo, como defende nosso mestre Paulo Freire, é questão fundamental.

É tempo de Esperançar a educação!

Nesta tese apresentaremos nossos posicionamentos e apontamentos sobre a Conjuntura Internacional, Nacional e Local, bem como sobre a Política Educacional, Sindical e o Plano de Lutas para o próximo período.

I. Conjuntura

A) Conjuntura Internacional

O cenário internacional é de permanência da crise sistêmica do Capitalismo em sua etapa financeirizada e ultraneoliberal, iniciada em 2008, o que traz consigo consequências múltiplas de âmbito militar, política, social, econômica, ambiental e cultural.

Diante deste cenário, observa-se o declínio relativo do bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN e o ascenso da China e suas articulações no bloco euro-asiático e junto aos BRICS, no qual o Brasil volta a exercer importante papel na busca de um caminho multipolar para o mundo.

Junto a esta situação internacional de reorganização geopolítica em escala global, observa-se a crescente polarização política e ideológica com o surgimento em diferentes regiões do mundo de agrupamentos de extrema-direita, de caráter neofascista, que promovem ataques a imigrantes, a democracia e aos direitos sociais e civis, com forte presença nos Estados Unidos, Europa e também na América Latina.

Uma das consequências deste cenário internacional é o agravamento dos conflitos militares, nos quais se destacam a Guerra entre Rússia e Ucrânia//OTAN, que ultrapassa um ano de duração e as recentes agressões do Estado colonialista de Israel contra a população palestina, com o objetivo de promover uma limpeza étnica na região, tendo como subterfúgio a retaliação ao Hamas.

Diante da atual situação em curso em Gaza, manifestamos nossa irrestrita solidariedade ao povo palestino e defendemos o imediato cessar-fogo de Israel. PALESTINA LIVRE!

Com a ampliação de situações de guerras, torna mais agudo o caráter de uma profunda crise humanitária, com grandes fluxos de migração e uma crise climática cada vez mais presente, com ampliação alarmante das temperaturas e das catástrofes naturais, decorrentes do caráter predatório do sistema capitalista.

Na América Latina, o avanço do imperialismo americano, com o retorno de um cenário de golpes de estado e o crescimento da violência política gera uma constante polarização entre aqueles que defendem a submissão aos interesses estadunidenses - como nos casos mais notórios de Jair Bolsonaro, no Brasil e Javier Milei, na Argentina - e forças progressistas, que em diferentes níveis, defendem uma lógica de soberania e unidade latino-americana.

O desfecho de todas estas tensões, contradições e antagonismos darão a tônica do mundo que irá surgir nesta próxima quadra histórica.

B) Conjuntura Nacional

O cenário internacional de tensões originado da crise sistêmica de 2008, engendrou um ciclo de derrotas ao campo democrático e popular no país, que promovia um ciclo de reformas sociais graduais, mesmo diante da manutenção de um pacto político conservador. Os efeitos desta crise tiveram início em 2012 e se agravaram diante das contradições internas e da disputa geopolítica mundial.

O processo de Golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, iniciado após as eleições de 2014 e concluído em 2016, somada a inviabilização da candidatura de Lula em 2018, através de sua prisão política, deram origem aos governos de Temer, de caráter ultraliberal e Bolsonaro, de caráter neofascista, que promoveram o desmanche sistemático das políticas sociais, através de contrarreformas, como a previdenciária, trabalhista e a lei de terceirização irrestrita. A dilapidação do nosso patrimônio com as vendas de empresas públicas e a entrega do patrimônio nacional tornaram-se a tônica deste trágico período.

Somado a isso, o negacionismo promovido pelo governo Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19, acarretou na morte de mais de 700 mil pessoas, grande parte delas evitáveis, apesar de todo compromisso e empenho dos trabalhadores do SUS.

A resultante de todos estes processos gerou considerável declínio da massa salarial, a ampliação das desigualdades sociais e o retorno do país aos mapas da fome internacionais.

Diante de todo este contexto, a incapacidade da resistência dos trabalhadores organizados a sanha autoritária e golpista das classes dominantes nacionais e internacionais, somadas as vacilações de determinados setores, levou o conjunto das esquerdas brasileiras a um cenário de declínio, com perda de capacidade de mobilização social, bem como a formação de uma base social de massas de caráter reacionário, inclusive com presença nas classes trabalhadoras.

Entretanto, também é importante salientar que tal processo gerou um gradativo processo de reorganização das forças democráticas, populares e progressistas, que sempre estiveram nas ruas contra o Golpe, em defesa da democracia e contra a prisão arbitrária do presidente LULA. Com isso, após um ciclo de derrotas, obtivemos uma importante vitória eleitoral nas eleições presidenciais em 2022, através de uma política de Frente Ampla com setores da burguesia, que reconduziu Lula ao governo, derrotando eleitoralmente a corrente neofascista liderada por Bolsonaro.

A vitória de Lula representou um grande passo para a reconstrução das políticas sociais no país e a garantia das liberdades democráticas, no entanto não derrotou os setores neofascistas, que novamente tentaram um Golpe de Estado após a posse e mantém significativa base social e eleitoral na sociedade brasileira.

Somado ao necessário enfrentamento do bolsonarismo, a composição de Frente Ampla do Governo Lula traz contradições importantes, na medida em que conta com um amplo setor conservador no Congresso Nacional, além de setores abertamente conservadores e neoliberais no interior do governo.

Tal situação, agravada pela situação de “terra arrasada” deixado pós governo Bolsonaro traz significativos obstáculos para o projeto vitorioso nas urnas em 2022, sob a liderança do presidente Lula.

Seguem em diálogo no Congresso Nacional uma série de Projetos de Reformas altamente restritivas para os trabalhadores e o conjunto do povo, que contam com apoio de significativas parcelas do Congresso, dentre elas a Reforma da Previdência (PEC 38), que visa adequar os regimes de previdência municipais a EC103, e a Reforma Administrativa (PEC 32 ou outras alternativas restritivas).

Em nossa avaliação, o enfrentamento a este conjunto de ataques, bem como a luta pela promoção de mudanças necessárias só será possível com a combinação de luta institucional, organização e demonstração de força nas ruas.

C) Conjuntura Estadual

Em Minas Gerais, desde 2019, o Governo Zema (NOVO), de caráter ultraliberal e aliado de primeira ordem do bolsonarismo, vem realizando um governo privatista e destruidor das políticas sociais, do funcionalismo público e do meio ambiente no Estado em estreita aliança com a mineração predatória.

Desde seu primeiro mandato, Zema tem tentado, sem o sucesso por ele desejado, implementar um programa radical de Privatizações de empresas públicas como a CEMIG, a COPASA, a GASMIG e a CODEMIG, e um Regime de Recuperação Fiscal que representa um forte ataque aos direitos do povo mineiro, especialmente aos servidores estaduais, que poderiam ficar nove anos sem reajustes salariais.

Além disso, promoveu uma série de ataques as entidades sindicais, sobretudo ao Sind- UTE/MG, judicializando movimentos grevistas e aplicando multas abusivas em aliança com judiciário mineiro, com uma prática abertamente antissindical.

Neste sentido, a resistência continua ao Governo Zema é tarefa fundamental do movimento sindical em Minas, na medida em que significa a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e o enfrentamento a política ultraliberal que visa se viabilizar em âmbito nacional nas bases do bolsonarismo como alternativa de sucessão à presidência.

Portanto, a participação do Sind-REDE/BH, sobretudo em conjunto com o Sind-UTE/MG, no Frente Mineira de Defesa dos Serviços Públicos e no Comitê Fora Zema é de suma importância para somar forças no enfrentamento do desmonte do serviço público mineiro e derrotar o projeto privatista do atual governador. FORA ZEMA!

4) Conjuntura Municipal

A situação política de Belo Horizonte é extremamente grave. O avanço de concepções conservadoras e reacionárias fincou, na atual conjuntura histórica, profundas raízes em nosso município.

As incertezas que envolvem a sucessão do governo de Fuad Noman (PSD), somado ao caráter extremamente conservador da Câmara Municipal, produzem um efeito extremamente nocivo ao debate público na cidade.

Como um governo de continuidade das políticas iniciadas na gestão de Alexandre Kalil, o governo de Fuad possui uma composição ampla e com fortes contradições internas. Em linhas gerais, podemos destacar que o núcleo do governo é composto por setores vinculados à política de CHOQUE DE GESTÃO promovidas no estado de Minas pelos governos PSDB. Neste núcleo predominou durante todos os anos de gestão Kalil/Fuad uma concepção marcada pelo discurso da austeridade, de caráter gerencialista e majoritariamente autoritário ou pouco disposto ao diálogo.

Diante disso, podemos avaliar que estes governos tiveram uma atuação absolutamente insuficiente em áreas como a Cultura, Saúde e Assistência Social e desastrosa no que diz respeito à educação. Cenário este que se agravou após as crises vivenciadas na Câmara, com o crescimento da oposição à direita, liderada pelo presidente da Câmara, Gabriel Azevedo (sem partido), e a opção do governo em ampliar suas alianças, também a direita, com a presença do grupo liderado por Marcelo Aro (PP), secretário da Casa Civil do governo Zema.

Mesmo frente a esta situação adversa, as trabalhadoras e trabalhadores em educação travaram batalhas fundamentais no município, derrotando os projetos de Reforma da Previdência local e a introdução de contratações precárias via PSS, além de conquistar a equiparação da carreira entre os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para o próximo período político caberá às trabalhadoras e trabalhadores em educação de Belo Horizonte envidar esforços na busca de alternativas que garantam a unidade programática de candidaturas democráticas e progressistas para a capital mineira, tanto para o legislativo, onde será fundamental a bancada de apoio as nossas pautas, quanto a prefeitura, na qual a pré-candidatura do Deputado Federal Rogério Correia (PT) surge como importante alternativa para a unidade da esquerda em Belo Horizonte.

II. Política Educacional

Em nível nacional, a vitória de Lula é indiscutivelmente um alento após os anos de Bolsonaro no Governo Federal com sua doutrina de encorajar a perseguição às professoras e professores, eleitos como uma espécie de “inimigo interno”, e todas suas medidas de desmonte de uma educação pública de qualidade social.

É importante ressaltar que tal vitória só se tornou possível pelo engajamento e abnegação das trabalhadoras e trabalhadores em educação no enfrentamento cotidiano ao obscurantismo representado pelo bolsonarismo, e por sua participação destacada de norte a sul do país, lado a lado com os movimentos sociais organizados.

Porém, ressaltar a importância desta vitória histórica não pode significar fechar os olhos para a constante pressão do lobby empresarial na composição do Ministério da Educação, liderado por Camilo Santana (PT) e a manutenção de uma lógica de educação majoritariamente focada na avaliação meritocrática, pautada em modelos privatistas e mercadológicos, ainda bastante distantes da formação integral que visa a perspectiva da emancipação humana, como a defendida por Paulo Freire.

Mesmo diante destas contradições são incontestes avanços como a reestruturação do ENEM, o retorno da SECADI – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – a reconstituição do Fórum Nacional de Educação (FNE), que está organizando a Conferência Nacional da Educação, que visa estabelecer o novo Plano Decenal de Educação (PNE) 2024-2034, com a perspectiva de construção de uma “Política de Estado para garantir a educação como um direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, o retorno das 2.400h para a Formação Geral Básica (FGB) para o ensino Médio, a reformulação e ampliação da Lei de Cotas e a revogação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares.

Para o próximo período, na disputa do novo PNE 2024-2034 os principais desafios serão vinculados a Luta pelo Piso Salarial Nacional do Magistério e a valorização das carreiras, que precisarão enfrentar os debates sobre o financiamento da educação com adequações na Legislação atualmente existente, com o objetivo de se fazer cumprir as metas 17 e 18 do PNE e no que diz respeito as metas 15 e 16, que versam sobre a formação dos profissionais da educação.

A esse respeito é fundamental destacar que nós, do Coletivo Esperançar, estamos entre aqueles que reconhecem a importância da implementação da Lei Nacional do Piso (11.738/08) para a valorização das trabalhadoras e trabalhadores em educação em território nacional. Neste sentido, destacamos que o não cumprimento dos reajustes anuais estipulados por esta lei, é o principal elemento de achatamento dos salários, com impactos recorrentes sobre as carreiras, como vem sendo observado em Belo Horizonte.

Ainda em âmbito federal, serão tarefas fundamentais do próximo período: a revogação ou reformulação da BNCC, mediante reabertura de amplo diálogo social; o enfrentamento a todas medidas de ataque a liberdade de cátedra e aos projetos de homeschooling; a substituição do IDEB por um novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica construído mediante a interlocução com a sociedade; a aprovação do Sistema Nacional de Educação com a consolidação do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ), a defesa do uso dos recursos provenientes do Fundeb para a educação pública e estatal; e a participação ativa nos debates acerca da implementação das políticas de Escola de Tempo Integral.

Em relação ao Estado de Minas, as iniciativas de privatização, municipalização e militarização da escola promovidas pelo governo Zema são crescentes. Neste sentido, buscar articulações sobretudo com o SindUTE-MG para barrar estas iniciativas são fundamentais. Ganha especial destaque o enfrentamento ao Projeto Mãos Dadas, que visa municipalizar escolas estaduais de ensino básico, como forma de desresponsabilização do governo estadual dessa modalidade de ensino. É importante salientar, que este programa foi implementado em diferentes cidades da RMBH e está sob estudos em Belo Horizonte, trazendo impactos extremamente nocivos para o financiamento da educação em âmbito municipal e para organização das redes de ensino.

No que diz respeito a Belo Horizonte e sua Rede Municipal de Ensino, é incontestável a perda histórica de seu caráter de referência de qualidade. Tal processo, evidentemente não têm suas raízes na atuação das trabalhadoras e trabalhadores da Rede, que seguem tendo trabalhos de excelência, mas sim ao processo de sucateamento das condições de trabalho e achatamento salarial, sobretudo para os profissionais em início de carreira.

Embora aja resistência aos processos de terceirização, precarização e privatização, com conquistas significativas como a equiparação das carreiras, o cenário geral é de desesperança. Os índices alarmantes das mais diversas manifestações de violência física e simbólica, os recorrentes ataques à liberdade de cátedra, o crescimento de casos de racismo e misoginia, são resultados diretos da ausência de rumo geral na política pedagógica implementada no município, articulada a entrada substantiva de métodos de gestão burocráticos, gerencialistas e pautadas em concepções neoliberais, o que impacta fundamentalmente na autonomia e gestão democrática das escolas.

A rede municipal de Belo Horizonte possui um longo histórico de excelência na Educação Pública, fruto do esforço e compromisso de suas trabalhadoras e trabalhadores, que ao longo do tempo desenvolveram lutas que garantiram concomitantemente nossos direitos a carreira e condições de trabalho junto a inúmeros exemplos de educação emancipadora para os filhos das classes que vivem do trabalho, pautadas em valores antirracistas, antimachistas, socialmente e ambientalmente orientados.

Tal trajetória foi construída por muitas mãos, por trabalhadoras e trabalhadores que dedicaram suas vidas a este propósito. Neste sentido, é inconcebível que as trabalhadoras e trabalhadores aposentados tenham seus direitos historicamente conquistados violados, por meio de instrumentos que rompem com a garantias fundamentais dos aposentados, tais como a paridade e a integralidade.

É importante destacar que às trabalhadoras e trabalhadores aposentados têm sofrido ataques ao redor do mundo, a França é o exemplo mundial mais recente, de tentativa de retirada de direitos e resistência.

Em BH, na campanha salarial de 2022, Fuad Noman , efetivou a vil manobra nos níveis da carreira para excluir os aposentados com paridade do mesmo reajuste dado à ativa além de pagar abono, o que na prática significa mais uma exclusão das trabalhadoras aposentadas.

Ano a ano a PBH ataca direitos e se nega a ouvir o segmento que vem se organizando e resistindo.

Lembramos que a luta desse segmento diz respeito a todos os trabalhadores da Rede, uma vez que somos uma só carreira e que a construímos coletivamente. O aposentado de hoje só mudou de lugar, merece desfrutar dos direitos arduamente conquistados e garantidos pela Constituição Federal.

Nosso Coletivo acompanha e apoia a luta do Segmento de aposentados estando de acordo com todas as demandas apresentadas ao Congresso.

No próximo período nosso grande desafio será o de vincular a luta nacional pela Aplicação do Piso à defesa da nossa carreira, principal patrimônio dos trabalhadores em educação de Belo Horizonte. Tal desafio deverá envolver todos segmentos da nossa Rede, Educação Infantil, Auxiliares Administrativos Escolares e trabalhadores da Escola Integrada.

Por fim, destacamos que dos diversos debates político-pedagógicos a serem abordados no próximo período, dois merecem especial destaque e atenção: a efetivação da Escola de Tempo Integral e os desafios da implementação de uma educação antirracista.

Sobre a Escola de Tempo Integral é importante salientar que este será um dos principais debates acerca dos rumos da Educação Básica no país. Portanto, é fundamental que o Sind-REDE- BH se envolva no debate acerca da implementação destas políticas no município e seus diversos impactos em nossa Rede, tanto para os diferentes segmentos de trabalhadores, como também para a população atendida.

No que diz respeito a educação antirracista e a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08, julgamos ser de extrema importância a nossa entidade se aprofundar neste debate e se envolver articulações que busquem promover atividades de formação sobre o tema, do qual nossa rede possui um histórico de referência, mas vem enfrentando fortes desafios em sua implementação.

Neste sentido, sugerimos a realização de Seminários, envolvendo a comunidade acadêmica e outras entidades de divulgação científica, sobre estes dois temas no próximo ano como medidas de ampliarmos nossa incidência sobre estes importantes desafios.

III. Política Sindical

O Sindicalismo brasileiro possui um longo histórico de lutas e conquistas. No caso da educação pública de Belo Horizonte não é diferente. Cada conquista, cada vitória em nossas remunerações, carreiras e condições de trabalho são resultado do esforço militante de uma categoria que nunca se furtou à luta por direitos.

A trajetória de luta do Sind-REDE-BH é repleta de momentos de embates em defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores dos diversos segmentos representados por nosso sindicato, mas também de suas contradições.

A principal delas sempre envolveu a relação entre a autonomia e independência de classe frente a qualquer governo e as posições excessivamente economicistas e politicistas, vinculadas a determinadas concepções partidárias. Evidentemente que este equívoco não é exclusivo de nossa entidade sindical, mas em nosso caso conduziu historicamente a uma política de isolamento do nosso sindicato de debates e lutas mais gerais que envolvem tanto o debate da educação, como em outras pautas relevantes para o conjunto da classe trabalhadora.

Romper com este processo histórico de isolamento é tarefa fundamental do nosso tempo, haja vista que as questões que envolvem nossos interesses específicos, enquanto categoria, e gerais, enquanto classe, são cada vez mais nacionalizados.

Neste sentido, acreditamos ser das tarefas mais urgentes dessa gestão promover a participação das trabalhadoras e trabalhadores por nós representados, e por conseguinte, de nossa entidade de representação legítima, Sind-REDE-BH, nos mais diversos fóruns e organizações da nossa classe.

Um passo fundamental para isto diz respeito a filiação do Sind-REDE-BH à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), como forma de implementar diálogos efetivos acerca dos

desafios da nossa categoria em âmbito nacional afim de construir coletivamente a garantia e efetivação de nossos direitos, bem como das políticas educacionais no país.

Tal passo deve estar em consonância com a busca de unidade na luta e na ação em âmbito estadual onde defendemos a nossa participação no Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos e no Comitê Fora Zema, ambos centros de articulação e debate fundamentais para a defesa dos nossos direitos diante da conjuntura de enfrentamentos em curso no Estado de Minas Gerais contra o projeto autoritário, privatista e antissindical representado pelo governador Romeu Zema.

Outro aspecto essencial da atual conjuntura do movimento sindical diz respeito a necessidade de formação das novas gerações de militantes e quadros para os movimentos da classe trabalhadora. Nessa perspectiva é urgente que nossa entidade sindical promova ações de formação sobre a história do movimento sindical e seus desafios contemporâneos. Para tanto é de fundamental importância envolver diferentes sindicatos, coletivos e centrais para uma abordagem plural do tema.

Por conta da configuração de nossa categoria é necessário nos debruçarmos, cada vez mais, enquanto entidade, nos desafios de representação dos setores terceirizados de nossa categoria. Consideramos um acerto histórico do Sind-REDE-BH a busca por representar o conjunto dos trabalhadores em educação do município.

Avaliamos que tal representação representa um importante avanço qualitativo para a organização destas trabalhadoras e trabalhadores que são, indiscutivelmente, os mais precarizados e invisibilizados no interior das escolas. Neste sentido, a tarefa da formação tanto da direção quanto da base para o envolvimento das lutas do setor deve ser um esforço contínuo.

Por fim, nosso Coletivo enquanto Coletivo Cutista destaca a necessidade de diálogo permanente do Sind-REDE-BH com os diversos sindicatos e centrais, sobretudo aqueles mais vinculados aos debates da educação e do serviço público, visando construir a máxima unidade de luta e de ação nos embates do próximo período.

IV. Plano de Lutas

- Estabelecer nos movimentos social e sindical estratégias permanentes de combate a todas as iniciativas de extrema-direita, como forma de garantir os avanços e as liberdades democráticas historicamente conquistadas.
- Envolver nossa entidade nas lutas nacionais pela revogação das reformas da previdência, trabalhista e em defesa dos serviços públicos com vistas a participação na Marcha dos Trabalhadores a Brasília no primeiro semestre de 2024.
- Manter as ações de luta e solidariedade internacional contra as políticas colonialistas em curso, com destaque para a defesa do povo palestino e pelo imediato cessar fogo no território Palestino.
- Participar ativamente de todas mobilizações promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que envolvam a defesa da educação pública, pelos direitos dos servidores e da classe trabalhadora.
- Participar das iniciativas de enfrentamento ao Governo Zema e seu projeto de privatizações, retirada de direitos, ataque as entidades sindicais e devastação ambiental, com destaque

para as articuladas pela Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos e do Comitê Fora Zema!

- Defender a aplicação do Piso Nacional do Magistério em sua integralidade no nível inicial da carreira de Belo Horizonte, para a jornada existente (22:30h), bem como o pagamento do reajuste anual do Piso.
- Envidar os máximos esforços para o debate sobre a necessidade de unidade política contra a extrema-direita nas eleições municipais de 2024, promovendo debates e articulações com as candidaturas que defendam os interesses da nossa categoria e do conjunto da classe trabalhadora, tanto no legislativo como no executivo.
- Participar de Fóruns estaduais e nacionais em defesa da Educação Pública.
- Se opor a todas iniciativas de restrição ou contingenciamento de recursos públicos da educação nas diferentes esferas de poder (Nacional, estadual e municipal)
- Participar de eventos e mobilizações contra todas as formas de opressões raciais, de gênero e orientação sexual;
- Defender o fim da política da meritocracia mercadológica e contra a privatização da Educação Pública;
- Pela autonomia pedagógica e ampliação de verbas para as escolas públicas;
- Pelo cumprimento pleno da lei nº 11738/2008 (1/3 de planejamento);
- Defesa de Concurso Público para todas as funções exercidas nas escolas, aliadas a política de manutenção do emprego dos atuais trabalhadores;
- Fim das terceirizações e dos convênios com fundações e ONG'S;
- Defesa da Paridade, com integralidade, para os trabalhadores aposentados;
- Exigir a exclusividade do uso dos recursos da educação, sobretudo os provenientes do FUNDEB, para a educação pública e estatal.
- Promover seminários sobre Educação Antirracista e Escola de Tempo Integral em 2024

TESE DO COLETIVO UNIDOS PELA REDE PARA O XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

É tempo de ocupar as ruas! Organizar as lutas populares, conquistar direitos, derrotar a extrema-direita e impedir a catástrofe ambiental!

1. A cada dia a PBH busca uma nova estratégia para controlar o nosso trabalho e retirar direitos duramente conquistados. Direitos trabalhistas, de autonomia pedagógica e de gestão democrática. É uma ofensiva que tem por objetivo desconstruir a escola pública e privatizar a educação municipal.

2. Mas, se olharmos para fora dos muros da escola, observamos que não se trata apenas de BH. O mundo vive sob os efeitos da profunda crise do capitalismo, que vem desde 2008, agravada pela pandemia da COVID-19.

3. Em todo o planeta, diferentes governos têm aplicado medidas de austeridade econômica que multiplicam o desemprego, a miséria e reduzem os direitos fundamentais. Do lado oposto os banqueiros comemoram cada aniversário da crise, aumentando juros e alcançando lucros exorbitantes.

4. No Brasil, o golpe jurídico-midiático-parlamentar concretizado em 2016 e aprofundado com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república com o objetivo de aprofundar o “ajuste fiscal” que implicou na redução de investimentos nas áreas sociais através da EC/95 que congelou por 20 anos os recursos em saúde e educação; a retirada dos direitos dos/a trabalhadores/as, com a aprovação da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência; a implementação de uma pauta conservadora que têm a educação como um dos pilares de controle do capital.

5. A vitória de Lula em 2022 foi um triunfo da mobilização popular, combinada com a divisão da burguesia que não emplacou uma “3ª via”. Lula tornou-se a única alternativa viável para derrotar Bolsonaro e dar estabilidade ao regime político liberal no Brasil. A vitória apertada afirmou a extrema-direita como uma força social, política e eleitoral relevante por longo período.

6. É um momento desafiador e que exige a nossa unidade nas escolas, nas lutas da categoria e nas lutas da cidade. Sabemos da urgência de nos organizarmos em defesa da democracia em todos os espaços da vida social. É nesta perspectiva que devemos lutar por uma escola pública de qualidade com melhores condições para as/os trabalhadoras/es da educação, estudantes e suas famílias.

UMA ERA DE DESORDEM E POLICRISE

7. Estamos em uma nova era de desordem, com acirramento dos conflitos geopolíticos e surgimento de uma nova guerra fria ao redor de uma bipolarização imperialista liderados pelo imperialismo estadunidense/europeu e chinês/russo. As disputas entre os blocos, ressalvadas suas diferenças de formação histórica, têm intensificado as guerras de mercado, corrida tecnológica, disputas geopolíticas e mesmo conflitos militares, como a guerra da Ucrânia, o genocídio em Gaza, as tensões em torno de Taiwan, os recentes conflitos políticos na África Ocidental, opressão nacional dos curdos e dos povos originários nas Américas.

8. Defendemos o fim do genocídio em Gaza e o cessar fogo imediato. Somos pela extinção da OTAN e a retirada dos seus mísseis dos países do Leste Europeu. Defendemos o fim da guerra e a retirada das

tropas russas e de outros países da Ucrânia. O princípio que nos orienta é o da autodeterminação dos povos, na perspectiva do internacionalismo e do fim das fronteiras nacionais, em sua maioria construções arbitrárias. Mas isso só pode ser alcançado quando o povo se livrar do jugo do capital, com as decisões sobre fronteiras e nacionalidades tomadas de forma democrática e voluntária, respeitando as diversas culturas, etnias e populações tradicionais.

Não mude o clima, mude o sistema: pelo Ecosocialismo

9. A natureza predatória do capitalismo leva a catástrofes ambientais. As mudanças climáticas não são uma possibilidade teórica do futuro, e sim uma realidade hoje. 2023 vem sendo marcado pelo que se têm chamado de “anomalias anômalas” devido às múltiplas manifestações da crise climática ao redor do globo como secas, chuvas devastadoras, recorde de temperaturas e outros eventos climáticos extremos, com milhares de mortes e milhões de refugiados climáticos.

10. É urgente o enfrentamento aos grandes oligopólios nacionais e mundiais do agronegócio, da mineração, da indústria madeireira, das energias predatórias, dentre outros, para frearmos as consequências nefastas da crise ambiental. É preciso travar lutas imediatas pela redução drástica dos gases do efeito estufa e o uso de combustíveis fósseis, com uma transição energética justa, priorizando o uso de fontes renováveis e o uso de sistemas alimentares agroecológicos, possíveis a partir de abrangentes reformas agrária e urbana.

11. O ecosocialismo deve ser posto como um dos nossos principais horizontes estratégicos, em contrapartida ao imperialismo e ao capitalismo verde, que tenta nos convencer que é possível conciliar a exploração predatória da natureza com a preservação do planeta. Crise, polarização social e combate à extrema-direita

12. A extrema-direita é uma ameaça em grande parte do mundo. Trata-se da expressão de um setor da elite que quer aprofundar a exploração. Suas falsas alternativas passam pela xenofobia, instalação de regimes autoritários e pela perspectiva de restabelecer o controle sobre corpos e sexualidades. Posam como “antissistêmicos”, mas são os representantes mais fiéis das bases que constituem a burguesia, que visa derrubar qualquer obstáculo para aumentar as taxas de lucros. Porém, também a direita tradicional tende a se tornar mais autoritária, atacando direitos democráticos e sindicais, imigrantes, etc.

13. Ao outro lado, vemos a resistência popular e de nossa classe ao redor do mundo. Vimos na juventude uma nova radicalização, com movimentos de escala global. A luta contra as mudanças climáticas teve greves estudantis com milhões de participantes. A luta antirracista varreu o mundo após o assassinato brutal de George Floyd nos EUA.

14. As mulheres estiveram na linha de frente para derrubar regimes autoritários ou resistir a golpes, como no Sudão e Mianmar, ou como no heroico movimento “Mulher, vida, liberdade” no Irã. A luta pelo direito ao aborto teve novos avanços, especialmente na América Latina (Uruguai, Argentina, México e Colômbia).

15. Não por acaso a direita ataca esses setores, por temer o efeito contagiante que a radicalização da juventude pode ter sobre toda a nossa classe. Há uma reação ao movimento #metoo contra violência e assédio sexual, contra direitos trans e recentemente a derrubada do direito federal ao aborto nos EUA.

16. Impulsionado pela crise do custo de vida e aumento da inflação, vimos também uma retomada da luta sindical em muitos países, como por exemplo a maior onda de greve na Grã Bretanha desde os anos 1980, as históricas greves gerais na Índia e a ampliação da sindicalização e das greves nos EUA a exemplo das greves dos trabalhadores da indústria automobilística, nas três grandes empresas GM, Ford e Stellantis, da paralisação de dezenas de milhares de funcionários de cassinos, da Starbucks, da Amazon e entre os caminhoneiros. As greves nos EUA demonstram como enfrentar a extrema-direita. Apoiando-se na classe podemos contribuir para forjar e fortalecer o sujeito coletivo capaz de esmagar o neofascismo.

17. Na América Latina, uma nova onda de lutas a partir de 2019 impulsionou a eleição de governos progressistas, gerando esperança de mudanças. Infelizmente, grande parte desses governos repetiram os erros de construir uma governabilidade a partir de uma conciliação de classes, similar à do PT no Brasil, e de administrar a crise do sistema, abandonando promessas de campanha. Isso tem levado a derrotas e aberto espaço para o crescimento da direita.

18. Um fator que limita a força dessas lutas é a fragilidade das alternativas de esquerda realmente existentes e a falta de referência de massas. As novas alternativas de esquerda que surgiram até agora não conseguiram se tornar uma alternativa antissistêmica ampla, muitas vezes se adaptando às instituições e à ordem imposta pelo grande capital.

É preciso apoiar a resistência popular e democrática dos povos.

19. O desenvolvimento da resistência à ofensiva fascista dependerá da organização de alternativas à crise em torno dos interesses dos explorados e oprimidos. Uma alternativa antissistema efetiva, que traga na crítica radical do presente os elementos de um futuro alternativo à barbárie capitalista.

20. A alternativa surgirá da luta internacional da classe trabalhadora contra toda forma de exploração e opressão, visando superar esse sistema que coloca o lucro acima da vida e do planeta. Defendemos que o Sind-REDE/BH assuma um maior protagonismo político no diálogo com as organizações sociais comprometidas com as transformações radicais em benefício das maiorias exploradas e oprimidas do mundo.

ORGANIZAR AS LUTAS POPULARES PARA CONQUISTAR DIREITOS, DERROTAR A EXTREMA-DIREITA E IMPEDIR A CATÁSTROFE AMBIENTAL

21. O 3º mandato de Lula não está isolado do quadro internacional marcado por uma crise do capitalismo de múltiplas dimensões: econômica, ambiental, social e política. O Brasil é parte dessa crise, com suas particularidades econômicas, sociais e políticas. Os desafios de agora são distintos de 2003 quando Lula iniciava seu 1º mandato. As articulações da extrema-direita, as pressões externas e internas sobre os fundos públicos, as empresas estatais, os direitos sociais, o acesso aos bens comuns da natureza e a proteção dos biomas brasileiros, no contexto de emergência climática, se configuram um quadro de desafios ainda maiores para o governo, sobretudo num contexto de opção pela conciliação de classes.

22. Os movimentos sociais, fruto da resistência da esquerda contra o neoliberalismo, estão diante desses desafios. Por isso, as tarefas postas pela conjuntura nacional se articulam em três eixos: as lutas pela recuperação e conquista de novos direitos, ampliando-os para toda a classe trabalhadora; o combate à extrema-direita, face mais violenta do capitalismo, representada no Brasil pelo bolsonarismo; e a

apresentação de uma alternativa programática que articule demandas populares imediatas com a perspectiva de superação do capitalismo, preparando a classe trabalhadora para a luta pelo poder político e o socialismo. Governo Lula: entre a resistência popular e a estabilidade do regime liberal

23. Apesar da vitória de Lula em 2022, a extrema-direita não se deu por vencida, a tentativa de golpe no 8 janeiro revela essa avaliação, ainda que no momento atual ela se encontre desarticulada e na defensiva. Sua derrota efetiva não se dará pelo jogo de condenações das suas lideranças e de conciliação com as Forças Armadas, disposta a queimar alguns peões para salvaguardar-se das suas responsabilidades com o desastroso governo Bolsonaro. Caberá aos movimentos sociais travar a batalha pela prisão de Bolsonaro e a condenação de todos e todas responsáveis pela catástrofe do seu governo. Porém, isso é insuficiente.

24. O movimento de extrema direita é fruto indissociável da crise econômica, política, social e cultural. Independente das concessões que o Governo Lula faça ao grande capital, e que devem ser criticadas por nossa entidade sindical, o combate à extrema-direita e aos riscos de saídas autoritárias seguirá sendo uma tarefa dos movimentos sociais.

25. O Governo Lula atua nos marcos da governabilidade conservadora experimentada nos governos anteriores. A esperança despertada com a eleição, a transição e as medidas iniciais convivem com as limitações impostas pelo grande capital e pelo Congresso Nacional. O Governo responde a esse quadro com a reprodução da velha tática conciliatória em condições de governabilidade mais difíceis, com um congresso mais conservador, fragmentado e com maior capacidade de chantagem.

26. Findando o primeiro ano do mandato, o governo tornou-se expressão da amplitude da frente que o elegeu e da reedição da troca de ministérios e fatias do orçamento por apoio no Congresso Nacional. A troca de Ana Moser por Fufuca (PP) no Ministério dos Esportes; o ingresso dos Republicanos no 1º escalão; a entrega da CEF para o Centrão, e as disputas por cargos nos escalões inferiores deixa parte das bases sociais populares e democráticas perplexas e desarticuladas politicamente.

27. Lula e o PT rejeitam, apesar da ambiguidade discursiva, apoiar o governo na mobilização popular em torno de um programa profundo de transformação social para mudar a correlação de forças sociais e políticas e derrotar a burguesia. O XIV Congresso do Sind-REDE/BH, diante dessa tática de governabilidade, reafirma sua independência diante do Governo Lula-Alckmin-Tebet.

28. Combinaremos a luta para derrotar a extrema-direita, que passa por defender o governo de seus ataques, com o combate à direita tradicional e ao Centrão. Os movimentos sociais devem ter uma postura firme em defesa do povo trabalhador, não aceitando medidas que lhes tirem ou restrinjam direitos.

Novo pacto de classes e os entraves para atender as demandas populares

29. O Arcabouço Fiscal é um novo acordo com as classes dominantes, nos marcos da hegemonia neoliberal, que têm no sistema da dívida pública uma forma de drenar recursos da riqueza do país para um punhado de capitalistas privilegiados. Dessa forma, o governo sofrerá restrições orçamentárias, realizará privatizações e a desnacionalização da economia continuará. Coloca-se também a possibilidade de retrocessos na demarcação das terras indígenas e na proteção ambiental. O Novo PAC já aponta nesse sentido, com menor participação do investimento público em comparação com os planos anteriores e a possibilidade de simplificar os licenciamentos ambientais.

30. O governo Lula colocou para si regras fiscais draconianas e provavelmente não terá avanços significativos para fazer os super ricos pagarem mais impostos. Essa combinação de fatores coloca em risco os pisos constitucionais da saúde e educação, que já começam a ser atacados e serão alvos da cobiça de setores do governo, especialmente da direita, para turbinar fatias do orçamento sob sua gestão.

31. Além disso, na contramão de iniciativas progressistas, o Governo Lula e seu Ministro da Educação, Camilo Santana, fecharam acordo com Fundação Lemann através da MegaEdu, que terá acesso a parte do orçamento da Educação.

32. As forças populares e socialistas não devem ficar submetidas a essa dinâmica conciliatória de Lula e da maioria do PT. A tarefa dos movimentos sociais é contribuir com a mobilização dos trabalhadores e dos setores explorados e oprimidos da sociedade para arrancar as conquistas.

Os desafios para derrotar a extrema-direita e as tarefas táticas da esquerda.

33. O novo governo Lula não alterou a relação forças sociais e políticas no Brasil, mas criou condições para mudar o viés da luta. Ao invés de centrar-se em não perder direitos, liberdades democráticas e soberania nacional, agora está colocada a luta pela recuperação do que foi perdido e o alcance de novas conquistas.

34. Diante dessa nova situação, o SindREDE/BH, em seu XIV Congresso, aprova os seguintes objetivos para o próximo período:

- a) Opor-se a toda medida neoliberal que ataca os direitos da classe trabalhadora;
- b) Protagonizar e investir esforço militante na construção de um novo ciclo de organização do conjunto da classe trabalhadora, incluindo a juventude e demais setores oprimidos da classe;
- c) Sustentar mobilização permanente pela revogação das medidas legais e infralegais dos governos anteriores e das privatizações de setores estratégicos; contra as propostas do grande capital e em defesa de medidas populares e democráticas combatidas pela extrema-direita.

35. Esses objetivos gerais devem se manifestar em uma plataforma de luta, exigindo das forças populares e socialistas a construção de agendas comuns.

36. O Sind-REDE/BH deve defender um Projeto para o Brasil construído nas lutas da classe trabalhadora e de todos os setores explorados e oprimidos, articulando demandas populares imediatas com um projeto anticapitalista e anticolonial. Esse projeto deve apontar saídas para a grave crise nacional e estar voltado para atender as necessidades da maioria do povo trabalhador. Sem combater os monopólios privados, o agronegócio, a mineração, o imperialismo e a concentração de renda e riqueza, o fantasma do neofascismo continuará a pairar no país.

37. O Sind-REDE/BH afirma em seu XIV Congresso Nacional sua vocação para tornar-se parte permanente da construção de uma alternativa para os explorados e oprimidos na luta pelo socialismo.

O GOVERNO ZEMA: AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O SEU LEGADO ECOCIDA E PRIVATISTA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

38. Minas Gerais, com apoio de empresários, reelegeu Romeu Zema, representante das políticas neoliberais e do bolsonarismo. Zema tem marcado nosso Estado com desmonte de todas as áreas sociais além de incansavelmente tentar entregar nosso patrimônio e recursos naturais à iniciativa privada.

39. Zema é um governador que apoia a Vale ao invés de assistir as famílias das atingidas pelo crime da mineradora com o rompimento da barragem em Brumadinho, que matou 272 pessoas, rios, florestas, comunidades inteiras, abalou nosso Estado, e tem deixado os problemas das enchentes cada vez mais graves.

40. É grave a aliança que Zema fez com as empresas e com o poder Judiciário para facilitar o avanço da mineração em Minas. Para isso, o governador reduziu a fiscalização sobre as empresas da mineração, liberação da atividade minerária com isenção de licenciamento ambiental, além de demitir trabalhadores públicos que fizeram seu papel denunciando essa prática. Atualmente o alvo do governador e das mineradoras é a Serra do Curral, na capital.

41. O caráter ecocida do governo Zema violenta povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, ao favorecer a mineração predatória ele coloca a sobrevivência de qualquer meio de vida em nosso Estado em risco. Zema usa o aparato do Estado para destruir o meio ambiente, desviou recursos financeiros, que deveriam ser direcionados à reparação da população afetada com o crime da Vale para sua reeleição. A sua tentativa de construção de um rodoanel na região metropolitana, que trará mais destruição ambiental, e servirá como via de transporte sobretudo para as mineradoras, é um exemplo de sua saga de morte.

42. A entrega da Educação pública à iniciativa privada com o projeto Somar, a militarização, além da reforma do Ensino Médio, gerou fechamento de escolas e demissões de trabalhadores da educação e um abandono da escola pelos estudantes. Todas as formas de manifestação em defesa da educação pública tem sido alvo de autoritarismo, difamações e judicialização, como é o caso da greve da educação em defesa do pagamento do piso salarial nacional de 2022, alvo de um processo que tenta aplicar uma multa milionária sobre o SINDUTE/MG com a justificativa de inconstitucionalidade da greve. A Educação segue sem Reajuste Salarial, enquanto Zema aprovou na Assembleia Legislativa um aumento de quase 300% em seu salário e o Regime de Recuperação Fiscal.

43. Na saúde, Zema quer privatizar os serviços estruturais do SUS, a exemplo da tentativa de entregar para Organizações Sociais (OS), as unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Durante a pandemia da Covid-19, o governo Zema demonstrou não se diferenciar do antigo governo federal, chegando ao absurdo de afirmar que, “para acabar com a pandemia, o vírus deveria circular por todo o Estado”. Deixou um legado da Pandemia de Covid-19 em Minas Gerais de milhares de mortes que poderiam ser evitadas.

44. Zema foi um dos grandes aliados de Jair Bolsonaro na operação de privatização do metrô de BH, vendido a preço de banana. E quer vender nossas estatais à iniciativa privada, como é o caso da Cemig, Copasa, Gasmig, Ceasa Minas e Codemig.

45. A Corrupção é a marca desse governo. A investigação relativa a procedimentos administrativos na Cemig, o escândalo da “operação fura-fila” comandada pelo ex-secretário de saúde que desrespeitou o

programa nacional de vacinação para benefício próprio, e o projeto de anistia a dívidas da Localiza beneficiando seu maior financiador mostra a quem serve esse governo.

46. Zema quer impor ao povo mineiro o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) que trará consequências devastadoras a curto e longo prazo ao povo mineiro e aos serviços públicos. Serão trabalhadores e trabalhadoras com seus salários e carreiras congelados, aumento da contribuição previdenciária, impedimento de realização de concurso público, e sobrecarga de trabalho.

47. Diante de todos os ataques de Zema, é uma tarefa de sobrevivência mantermos a nossa categoria organizada com a bandeira do FORA ZEMA erguida nas ruas e em nossos locais de trabalho, seja ele uma sala de aula, uma cozinha, uma moto de entregas, a sala de uma Ubs, no campo, etc, para derrotar o neofascismo e o autoritarismo.

O GOVERNO KALIL/FUAD E SUA POLÍTICA PRIVATISTA QUE ESCOA DINHEIRO PÚBLICO PARA O SETOR PRIVADO

48. O governo Kalil/Fuad tem aprofundado o processo de privatização da cidade iniciado no governo de Márcio Lacerda. Ampliou as Parcerias Público Privadas (PPP), para a construção das escolas, EMEIs e postos de saúde, que transferem recursos públicos para empresas privadas. Mantém a PBH Ativos S/A, empresa de economia mista, para atuar na “gestão de obras de infraestrutura, parcerias público-privadas, captação de recursos financeiros, administração patrimonial e gestão de ativos” e criando parcerias com as OSCs para atendimento dos estudantes dentro e fora das escolas.

49. Os governos municipais privatizaram o atendimento à saúde do trabalhador, via contratação com a UNIMED, que vem ao longo dos anos reajustando seus valores; apropriaram inescrupulosamente do patrimônio da BEPREM; terceirizaram o serviço de perícia médica com a TEG Saúde que dificulta o direito às licenças médicas e atrasa a posse de novos servidores.

50. Nossas condições de vida e de trabalho têm sofrido um forte ataque por parte da PBH, via redução do quadro de pessoal nas escolas, diferentes vínculos trabalhistas (efetivos, contratados da Caixa Escolar, MGS, Inova, OSCs, estagiários de programas governamentais), destruição da carreira docente e violação dos direitos de aposentadas e pensionistas.

51. O Sind-REDE/BH precisa amplificar na base da categoria a luta pelo piso nacional como eixo fundamental da nossa campanha salarial, bem como a denúncia de que o governo Kalil/Fuad não cumpre a legislação federal: piso nacional, reajuste anual dos salários, carreira docente unificada, 7 horas de planejamento. 52. Neste sentido, reafirmamos a urgência de:

- a) Lutar pelo reajuste anual de salários previsto na Lei do Piso Nacional, incidindo sobre o primeiro nível da carreira e garantindo o direito de aposentados e pensionistas.
- b) Lutar pela efetivação das 7 horas de planejamento excluído o tempo do recreio conforme previsto nas legislações federal e municipal.
- c) Lutar pela reconquista das reuniões pedagógicas como espaços de formação continuada e em serviço, dentro da nossa jornada semanal de trabalho.
- d) Fiscalizar e exigir a aplicação correta dos recursos do FUNDEB.
- e) Isonomia salarial entre profissionais com curso superior da PBH.
- f) Fiscalização sindical nos locais de trabalho que estejam colocando em risco a nossa saúde e nossas vidas.

- g) Criação e manutenção de postos de trabalho compatíveis com as limitações das pessoas reabilitadas e trabalhadores com deficiência; fim da TEG Saúde.
- h) Combater todas as formas de opressões e assédio moral.
- i) Buscar a melhoria do ambiente de trabalho nas unidades de ensino como forma de evitar o adoecimento mental dos servidores.

DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: A OPÇÃO DO GOVERNO KALIL/FUAD

53. A Rede Municipal de Educação ao longo dos seus quase 80 anos de existência sempre foi uma referência nacional de inovação e criatividade de seus/suas profissionais no processo de ensino-aprendizagem, em seus Projetos Político-Pedagógicos-Democráticos e na gestão democrática.

54. Os últimos anos foram de profundo ataque às políticas educacionais na Rede Pública Municipal na gestão de Kalil/Fuad através da SMED e seus secretários Angela/Charles/Roberta de desconstrução da Rede Municipal de Educação e as concepções que essa rede construiu ao longo dos anos.

55. A política educacional da administração Kalil/Fuad demonstra a ausência de um projeto educacional para a cidade. O que temos são programas desarticulados que têm precarizado as relações de trabalho e as condições de atendimento da população, realizados por profissionais terceirizados com diferentes vínculos contratuais e que não têm momentos de encontro com o coletivo da escola para pensarem um projeto pedagógico articulado que atenda efetivamente a comunidade usuária da escola pública.

56. Este processo de desarticulação do trabalho pedagógico vem ocorrendo de forma silenciosa e tem formatado nas escolas uma nova concepção pedagógica, cuja ausência de espaços de reflexão coletiva dentro da jornada de trabalho provoca uma adesão acrítica a um projeto conservador de educação pública.

57. O governo Kalil/Fuad não investe na qualidade da educação, desvaloriza os profissionais da Educação, e realiza uma política de destruição cotidiana da gestão democrática, da participação popular e da elaboração coletiva de um projeto pedagógico libertador na capital mineira.

58. Essa desconstrução combinada com as ações cotidianas da extrema-direita de desqualificação, desmoralização da escola pública com ataques morais e mortíferos com potencial de amplificação da violência política e social tem transformado as nossas escolas em locais de adoecimento e conflitos desnecessários.

59. Desde o final da década de 2010 está em curso no país a tentativa de implementação de um projeto político conservador que tem nos ataques à liberdade de cátedra um dos seus eixos fundantes. O Projeto Escola com Partido é a expressão deste projeto e precisa ser enfrentado com firmeza por nossa categoria em parceria com o conjunto de educadores e educadoras do país, bem como articular estudantes e famílias na construção de alianças políticas em defesa do direito ao conhecimento científico e o respeito aos profissionais da educação.

60. Para enfrentar esse projeto conservador precisamos retomar o debate sobre a organização no local de trabalho (OLT) e atualizar o acúmulo coletivo vivenciado ao longo da existência da Rede Municipal de Educação acerca de um projeto pedagógico comprometido com a classe trabalhadora.

61. Ele envolve a ampliação do conceito de inclusão para os/as estudantes das escolas, pois não é possível educar através de conteúdos curriculares que não contemplem a diversidade cultural, social e religiosa dos estudantes. O machismo, o racismo, a intolerância religiosa, a homofobia explodem em situações, físicas e simbólicas, de violência intraescolar.

62. Diante disso, é fundamental construirmos um campo de elaboração e disputa ideológica de um projeto educacional democrático e comprometido com a população de BH.

- a) Promover SEMINÁRIOS, CURSOS, GRUPOS DE ESTUDOS para avançar na política educacional que pleiteamos para a Rede Municipal incluindo os desafios da escola de tempo integral, escola para a infância, adolescência e juventude, em sua diversidade sociocultural, EJA.
- b) Incentivar a constituição de Coletivos temáticos permanentes: antirracismo, mulheres, saúde do/a trabalhador/a, aposentados/as, LGBTQIAPN, pessoas com deficiência, como espaços para reflexão pessoal e coletiva da prática pedagógica.
- c) Construir uma relação permanente com estudantes e a comunidade escolar.
- d) Elaborar um PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR com participação da comunidade escolar, trabalhadores/as e órgãos institucionais envolvidos na temática.
- e) Lutar pela ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para todas as escolas da rede municipal de Belo Horizonte.

Defender uma escola democrática para que nossas escolas sejam territórios de paz! Pelo direito à educação e à paz em nossas escolas! Abaixo o fascismo e a militarização!

63. Vivemos um momento de profundo retrocesso da gestão democrática nas escolas. Às instâncias democráticas da escola (Colegiado e Assembleia Escolar) tem seu papel deliberativo reduzido à aprovação das propostas da SMED, bem como, o Conselho Municipal de Educação. A SMED busca enquadrar as direções de escola como parte de suas gerências para que obedeçam cegamente à lógica do Governo. Esta situação repercute de forma negativa na organização coletiva do trabalho pedagógico e nas relações humanas em cada escola/EMEI.

64. O fascismo mata. E ao longo de 2023 vivenciamos um crescimento dos ataques às e nas escolas. Esse extremismo de direita se expressa, divulga e encontra acolhimento nas redes, nos discursos de ódio, na subestimação da justiça e da mídia dos discursos e práticas fascistas, racistas, machistas, lgbtfóbicas.

65. Se está presente na sociedade é claro que esse fascismo também se encontra nas escolas. Pais e alunos cada vez mais agressivos, desvalorização monetária e social dos docentes, casos de preconceito, visão da ciência como opinião, o interesse e até a exaltação de figuras e símbolos nazistas pelos nossos alunos são alguns dos sintomas que enfrentamos no cotidiano escolar. Sem falar na nossa Câmara Municipal que aprovou em primeiro turno o Projeto Escola sem Partido espancando e sufocando professores, literalmente.

66. Para enfrentar o fascismo é preciso construir práticas pedagógicas antifascistas e protocolos que garantam a segurança daqueles que trabalham e estudam nas escolas, sem cair no canto da militarização. Não queremos transformar nossas escolas em território de vigilância, desconfiança, guerra; Escola é espaço de diálogo, amorosidade, confiança e compartilhamento.

67. A militarização não traz segurança, só reforça a ideia da escola como lugar de medo e não é essa a escola que queremos. A ostentação de armas nas ruas e redes, a agressividade com os jovens negros (muitos deles nossos alunos), a desqualificação de professoras e até diretoras escolares são práticas que inflam o fascismo e não o combatem. Não queremos isso dentro das escolas. A omissão das polícias e forças armadas nos atos terroristas do dia 8 de janeiro demonstra também como o fascismo está incrustado nesses setores. Não esqueçamos a malfadada tentativa de inserção dos Guardas Municipais nas escolas que resultou inclusive em casos de violência e abuso contra alunos e alunas.

68. Precisamos exigir da PBH investimento nos órgãos de inteligência (e cooperação com o de outras instâncias) e "monitoramento de sites, plataformas e fóruns anônimos, ao passo que mantenham canal de comunicação direto com as escolas.", além de "uma campanha ampla de denúncia à cooptação dos jovens por grupos de extrema-direita é como isso afeta o desenvolvimento destes e da sociedade." E formações para nós professores nesse sentido, como aponta o relatório contra a violência do professor Daniel Cara.

69. Propomos que o Sind-REDE articule em conjunto com as universidades e entidades da educação e CDCA um Seminário de Educação Antifascista para a construção e troca de práticas e de protocolos que valorizem a pluralidade nas escolas e deem segurança aos profissionais tratando com seriedade casos de fascismo, preconceito e ameaças.

70. Precisamos retomar o debate sobre a concepção de gestão democrática construída a partir do Movimento de Renovação Pedagógica nos anos de 1980.

71. Para isso, propomos:

- a) Retomar o caráter de participação/deliberação coletiva das instâncias democráticas da escola.
- b) Retomar o caráter de participação efetiva e deliberativa da sociedade no Conselho Municipal de Educação.
- c) Aprimorar nossa intervenção no Conselho de Fiscalização do FUNDEB e no Conselho de Alimentação Escolar (CAE).
- d) Realizar cursos de formação para direções e vice direções de Escola/Emei sobre gestão democrática, modelos de gestão pública, legislação trabalhista, estatuto do servidor e finanças públicas.
- e) Realizar cursos de formação para coordenações pedagógicas sobre concepções educacionais e gestão democrática.
- f) Manter e ampliar o Coletivo da EJA.
- g) Ampliar nosso diálogo com outras redes de educação através da filiação à CNTE.

Somos todos/as trabalhadores/as em educação!

72. Para nós foi uma grande conquista o Sind-REDE/BH conseguir junto ao Ministério do Trabalho a representação sindical de todas as pessoas que trabalham em nossas escolas, pois somos todos/as trabalhadores/as em educação.

73. A organização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas com o conjunto dos demais profissionais da escola é um desafio a ser encarado com determinação para garantir a unificação das nossas lutas e ações em uma campanha salarial conjunta.

74. Outro desafio é transpor para além do discurso a luta para que as novas vagas nesses setores voltem a ser preenchidas com concursos públicos, o que melhora as condições de trabalho dos trabalhadores e a estruturação da rede municipal de educação.

75. Por isso, propomos:

- a) Construir ações conjuntas em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as da escola.
- b) Incorporar as questões específicas de cada segmento na pauta geral da categoria.
- c) Articular ações conjuntas entre os coletivos dos diferentes segmentos de trabalhadores/as e entre docentes.

A luta pela concretização da unificação da carreira docente

76. A Educação Infantil tem uma história de organização e luta que garantiu a conquista e ampliação de direitos, entre eles a autonomia das EMEIs e o início do processo de reunificação da carreira docente.

77. A greve de 2018, com quase 100% de paralisação das professoras da Educação Infantil, foi um movimento vitorioso e conquistou o apoio da cidade. Agora a luta é pelo retorno dos direitos que foram retirados ao longo desse caminho como a volta do turno intermediário para lotação das professoras e garantia de atendimento de qualidade para as crianças nesta etapa da educação básica.

78. Precisamos garantir a organização e mobilização para enfrentar a postura discriminatória da SMED que ainda permanece expressa na busca pelo controle do cotidiano do fazer pedagógico na educação infantil, que tem como foco desmobilizar e desqualificar politicamente este segmento profissional, cuja história de organização e de luta tem conquistado e ampliado direitos.

79. A defesa de que haja uma carreira única passa pela compreensão que não deve haver duas tabelas distintas para os cargos de “professor municipal” e de “professor para educação infantil”, uma vez que os vencimentos são iguais agora, fruto da nossa luta, as carreiras precisam ser completamente iguais, inclusive com uma única nomenclatura “professor municipal” como era até 2003.

80. Por isso, consideramos fundamental:

- a) Lutar pelo retorno do turno intermediário com lotação de professoras.
- b) Lutar contra as políticas de superlotação nas turmas e contra as turmas flexíveis.
- c) Lutar para que o extraclasse seja definido de acordo com a autonomia do coletivo das EMEIs e Escolas quanto ao formato, se dentro ou fora da escola.
- d) Lutar contra a transferência de matrícula das crianças de 0 a 3 anos para as creches conveniadas e o controle pelo governo estadual das matrículas da rede municipal.

TESE DO COLETIVO FORTALAE CER PARA O XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

Fortalecer a unidade e a luta, com independência de Classe

I. Conjuntura Internacional

O mundo continua marcado pela crise iniciada em 2008 e que não se resolveu. Nos últimos 15 anos tiveram picos de recuperação e novos declínios, mas sem uma recuperação global da economia mundial. Entenda-se que a “crise capitalista” não significa uma crise terminal, não representa o fim do sistema, embora traga em si elementos de conflito. A pandemia agrava a questão, determinando uma nova onda decrescente.

O aumento da polarização e da miséria no mundo é visível, cresce a concentração da riqueza, de um lado aumentam o poder de alguns poucos conglomerados financeiros e Indústrias e por outro lado aumentam a orla de refugiados, desempregados e a fome, assim como a destruição ambiental chega a proporções irreversíveis. Em momentos de crise as saídas apontadas pelos capitalistas para manter sua taxa de lucro são sempre as mesmas: aumento da exploração do trabalho, guerras, ampliação da dominação de determinados países sobre os outros.

Desde de 1970 há uma reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), ampliando o papel de países a exemplo do Brasil como exportadores de commodities, matéria prima básica, havendo inclusive uma redução relativa do peso da indústria em nossas terras, e por consequência aumentando sua dependência econômica e política de outras potências. Por outro lado, países como a China cresceram como polos industriais, a princípio como fornecedora de mão de obra, ultra explorada para multinacionais e hoje, com uma autonomia de mercado construída, disputando um espaço significativo entre as potências imperialistas.

O avanço sobre os direitos da classe trabalhadora se materializa no mundo inteiro, inclusive na Europa onde mais se avançou em conquistas. destruição dos serviços públicos, privatizações, desregulamentação do trabalho, desemprego são marcas de governos de ultra direita, de centro e de “esquerda” mundo afora, são exigências dos capitalistas para a sobrevivência dos mesmos. O caráter do Estado como protetor do capital privado fica cada vez mais explícito. Como consequência dessa crise, cresce o racismo, a violência contra mulheres, o fanatismo religioso, a xenofobia, o discurso de ultradireita que coloca trabalhadores contra trabalhadores e aponta saídas de maior endurecimento ganha mais espaço e levam políticos desse campo a assumirem o poder em países diversos. Perfis como de Trump e Bolsonaro, não são novidades no mundo. Por outro lado, também aparecem as manifestações e insurreições dos trabalhadores que não param, vide as poderosas greves na França, greve metalúrgica nos Estados Unidos, levante no Chile e manifestação do povo negro nos Estados Unidos, embora não exista um ascenso generalizado das lutas, não se pode afirmar que não existem lutas de peso.

As Guerras da Atualidade

Ocorre no mundo hoje dois grandes conflitos armados, que embora tenham histórias distintas, representam interesses e disputas imperialistas e a manutenção dos capitalistas no poder. Deveria ser

óbvia a posição das organizações dos trabalhadores nestes conflitos, no entanto nem sempre é assim. As guerras, mesmo longe de nossos territórios interferem na economia mundial e, dependendo de seu resultado, podem fortalecer a posição dos agressores e, com isso, enfraquecer os trabalhadores do mundo.

UCRÂNIA - A Invasão da Rússia sobre o território Ucrainiano, nem de longe se trata de uma ação de defesa da nação Russa, a Ucrânia nunca atacou a Rússia e bases militares não foram montadas neste território. Também não é uma guerra de agora, o que se dá ali é uma tentativa de retomar o controle do território, um conflito que permanece desde a desintegração da URSS e sua independência e que agora se materializa com uma guerra de ocupação, que encontrou uma resistência heroica do povo Ucrainiano. Em nenhuma hipótese é possível ter qualquer acordo com a OTAN e muito menos com o governo Ucrainiano, que no meio da Guerra retira direitos dos trabalhadores, modificando a legislação do país, mas isso não se confunde com o apoio ao agressor. A autodeterminação dos povos é uma premissa da qual não podemos abrir mão.

PALESTINA - O Estado de Israel foi criado artificialmente sobre o sangue e a expulsão dos palestinos de seus territórios, o apartheid e o massacre nunca pararam. Os palestinos vivem em áreas divididas em seu próprio território, Israel não para de avançar e mantém um cerco e um embargo permanente, com incursões militares frequentes, além de uma ditadura sobre o povo palestino. Antes da ação do Hamas havia 5400 palestinos presos em Israel, dentre eles, mais de uma centena de crianças. A única possibilidade de vitória da resistência impressionante da Palestina é que trabalhadores do mundo inteiro exijam posições firmes de seus governos em relação ao Estado de Israel, inclusive com embargos comerciais. O cessar fogo e a ajuda humanitária são necessárias e emergenciais, mas não bastam. O conflito histórico precisa ser resolvido, não basta que volte a ser silencioso. Por isso, defendemos o fim imediato do apartheid, do Estado de Israel e a criação de um Estado Único laico.

O Socialismo

A atualidade serve apenas para confirmar que nada é mais utópico do que a análise de que é possível reformar o capitalismo e, com isso, melhorar a vida da maioria da população e da classe trabalhadora. A fase progressiva do capitalismo desapareceu há mais de um século. A construção de uma alternativa socialista não pode ficar para depois. Pelo contrário, trata-se de uma necessidade imediata e para tal é fundamental nos diferenciarmos de todas as correntes políticas que no mundo atual representam os “capitalistas”, aquelas que defendem e se apoiam em uma conciliação entre explorados e exploradores, como se isso fosse possível e também aqueles que defendem a política construída por Stalin e espalhadas pelo mundo. O dito “socialismo real” implementado no mundo pelo Stalinismo, foi uma traição histórica à classe trabalhadora e ao socialismo defendido e construído por Marx e Lênin.

II. Conjuntura Nacional

O Brasil sempre foi um país com características coloniais, seu projeto de desenvolvimento foi subordinado às determinações internacionais. As rebeliões e lutas populares tiveram seu papel em cada época, definiram conquistas para a classe trabalhadora e os povos originários, mas isso não mudou o curso central colonialista.

Em um determinado momento, o país passou por um processo de industrialização sustentado pela intervenção do Estado. O crescimento industrial fez com que a população passasse a ser amplamente urbana e se formou um operariado significativo. Apesar da economia nunca ter deixado de ser apoiada na exportação de grãos, carne e minério, a indústria ganha um peso importante com a ascensão do neoliberalismo. Vivemos aqui, assim como no resto do mundo, os efeitos dos processos de privatização, a mercantilização dos bens públicos, a flexibilização dos mercados de trabalho e o aumento das concessões e redução de impostos aos mais ricos. Todo este processo fez crescer, e muito, o número de trabalhadores desempregados e desestruturados, embora seja importante destacar que a camada de trabalhadores, como parte do “exército de reserva”, ou completamente aliado do mercado de trabalho, sempre foi enorme em nossas terras.

Com a chegada do neoliberalismo e a queda do leste europeu as ideias de que a saída para melhorar a vida das pessoas não estava mais na luta acirrada entre as classes, mas na conciliação, começam a ganhar mais força entre os setores organizados da classe trabalhadora e, pior, passam a ser fomentados pelas organizações construídas pela classe. O socialismo, na maioria das vezes, quando é defendido é apresentado como um projeto a ser construído no futuro, junto com a ideia de que como não temos “correlação de forças” e a única saída que temos é a conciliação.

E é dessa forma que vimos na história recente, o aumento da indignação e organização dos trabalhadores, ser convertido para o processo eleitoral e a liderança operária de maior expressão construída no Brasil pós ditadura chegar à presidência em aliança direta com um setor de peso do empresariado nacional e apoiado não só por amplos setores da burguesia nacional, mas também internacional. Em 2002, Lula é eleito em aliança com o presidente da FIEMG e com um programa abertamente neoliberal, com algumas medidas de proteção social. O curso de implementação neoliberal não parou mas mudou de forma, a venda das Estatais iniciada com muita força no governo de FHC teve uma redução de força significativa, no entanto continuou crescendo a venda de ações das empresas públicas, as concessões de serviços e exploração dadas à iniciativa privada, a transferência de recursos públicos para sustentar o privado em áreas essenciais como a Saúde e Educação, a desregulamentação do trabalho, a exploração predatória de recursos naturais minerais e energéticos, a perseguição e matança dos povos originários. Durante os dois primeiros mandatos do PT, com Lula a frente da presidência houve uma retomada de crescimento econômico no país, fruto em grande parte, de uma retomada mundial do crescimento, o que possibilitou que algumas medidas fossem tomadas e que a situação de vida da população mais pobre de fato tenha melhorado, nenhuma mudança estrutural, mas para quem passa fome, deixar de passar é muito significativo e o aumento das linhas de crédito de fato fez com que o poder de compra da classe aumentasse. Com os efeitos da crise de 2008, os governos posteriores não conseguiram manter a situação anterior. Dilma viveu um grande levante popular em 2013, mas ainda assim foi reeleita, em 2014, dizendo “nem que a vaca tussa, vou retirar direitos da classe trabalhadora”, a vaca não tossiu, mas direitos foram retirados. Apoiado neste sentimento de indignação da população, na percepção clara da redução da qualidade de vida, um setor da burguesia nacional mais “atrasada” e que defende levar ao extremo o liberalismo econômico, se une a um setor ultra conservador, organizado, por exemplo, nas Igrejas evangélicas, forjam uma alternativa de poder, que vence as eleições presidenciais com Bolsonaro e elegem um grande número de deputados e governadores de estados importantes.

A gestão de Bolsonaro acelerou e aprofundou em muito a retirada de direitos dos trabalhadores, um salto quantitativo e qualitativo sobre as condições de vida e a exploração e opressão no campo e na

cidade, atingindo trabalhadores e povos originários. Isso tudo aliado a uma atitude genocida durante a pandemia e ao movimento organizado contra Bolsonaro levou a sua derrota eleitoral. Mesmo que apertada, sua derrota foi, sem dúvida, uma grande vitória da classe trabalhadora. No entanto, a alternativa construída a candidatura de Bolsonaro, encabeçada pela chapa Lula/Alckmin, é uma alternativa de conciliação de classe, o programa e a política aplicada até aqui são de poucas concessões ao conjunto dos trabalhadores e com perspectivas de ampliação da retirada de direitos. O governo acena para a burguesia, inclusive o setor agrário mais atrasado, se formou com uma composição onde setores que representam diretamente o grande empresariado, caracterizado no cenário político pelo “centrão”, tem grande poder de mando.

Alguns exemplos de medidas adotadas pelo governo sustentam nossa caracterização: a aprovação do arcabouço fiscal, que não passa de um novo teto de gastos e bastante restritivo, que irá impor: congelamento de salários, cortes sistemáticos na educação, saúde e outras áreas essenciais; a liberação de R\$ 364,2 BI para o agronegócio através do Plano Safra, enquanto apenas R\$71,6 BI foi liberado para a pequeno produtor e reforma agrária; o veto parcial ao projeto do Marco Temporal; a assinatura do contrato de privatização do metrô, sem sequer garantir o emprego dos trabalhadores; a presença e influência ostensiva de setores privados no MEC.

O crescimento deste setor de ultradireita, com muita proximidade com os militares e que flertou com a possibilidade de golpe, é uma novidade na conjuntura recente do país que veio para ficar e possivelmente só será derrotado através de um grande ascenso da classe trabalhadora, por isso em cada momento de nossas lutas temos que ter isso em mente. Mas não pode ser justificativa para que as organizações da classe trabalhadora passem a ser um braço do governo, o que as grandes centrais sindicais e movimentos sociais históricos têm feito até o momento. Já vivemos essa experiência e o resultado foi Bolsonaro.

Diante deste quadro é absolutamente necessário que as organizações da classe trabalhadora se mantenham com completa independência em relação ao governo, enfrentando todas as medidas que representam retirada de direitos e não rebaixando suas exigências. Não podemos, em nome de combater a ultra direita, abrir mão de nossas reivindicações históricas, pois se assim o fizermos estaremos atuando justamente ao contrário, fortalecendo as concepções que sustentam este setor.

Nossa tarefa é manter as exigências e construir um programa em cima de alguns parâmetros essenciais da nossa classe.

III. Conjuntura Estadual

Minas, em certa medida, segue um padrão bastante similar ao do país em relação às suas atividades econômicas, com um processo de desindustrialização relativa e o aumento do peso da commodities, a baixa taxa de desses produtos é uma perda substancial para o Estado, que enfrenta, dentre outras coisas, crimes gravíssimos provocados pela mineração absolutamente destrutiva. Aliado a isso, convivemos com o governo ultraliberal de Zema, com sana privatizadora e com recorrentes isenções de impostos e perdão de dívidas de grandes empresas. Com isso o estado perde bilhões em arrecadação.

O governador Romeu Zema (Novo) foi reeleito em primeiro turno, com mais de 56% dos votos válidos, tendo como centro de seu primeiro mandato a propaganda enganosa de que estava colocando Minas Gerais nos trilhos. Hoje percebemos que o “trem” está descarrilhado. Dos quatro Estados da federação

que tiveram suas dívidas estupidamente aumentadas - Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba – a de Minas Gerais foi a que mais subiu, R\$34 bilhões. Em 2022 Zema fez um acordo com Bolsonaro abrindo mão de receber um valor de R\$135 bi de recursos federais que deveriam ser repassados ao Estado, no acordo concordou em receber R\$8,7 bi a serem pagos em 30 anos, e não abateu na suposta dívida do estado com a União.

Zema vem implementando uma política ultraliberal no estado de Minas Gerais. Implementou a Reforma da Previdência, aprofundou a terceirização no setor público, iniciou a terceirização na educação com as Organizações Sociais (OSs), através do “Projeto Somar” e agora, no segundo mandato, joga pesado para aprovação de projetos que não conseguiu aprovar no primeiro mandato: 1) adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF); 2) privatização das estatais, como a Cemig (energia), a Copasa (saneamento) e a Codemig (desenvolvimento econômico); 3) entrega das riquezas ao capital internacional; 4) desmonte dos serviços públicos; 5) ampliação da desoneração para alguns setores; 6) ampliação de impostos sobre o consumo para alguns produtos.

É importante ressaltar que a adesão do estado ao RRF, acrescida dos efeitos do Arcabouço Fiscal aprovado na Câmara e sancionado pelo governo Lula (PT), irá aprofundar, em muito, a atuação de Minas Gerais para redução dos investimentos em áreas sociais, com o congelamento dos salários dos servidores; pois prevê apenas duas “revisões salariais”, em um prazo de nove a doze anos, e, também, a suspensão dos concursos públicos, a partir de 2024, com a realização somente daqueles que já foram autorizados.

Se por um lado o governo Zema tenta construir uma maioria na Assembleia Legislativa, por outro, a oposição foi vacilante ao ter contribuído para a aprovação da cobrança do ICMS sobre bens considerados supérfluos, visto que quatro deputados do PT se ausentaram e isso levaria ao empate, jogando a pressão e a responsabilidade para a presidência da Assembleia. Por isso, a ampliação da mobilização das trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos deve ser o centro para barrar as políticas ultraliberais de Zema.

IV. Conjuntura Municipal

O atual prefeito Fuad Noman (PSD) era vice-prefeito na chapa do ex-prefeito Alexandre Kalil (PSD), que foi reeleito com mais de 63% dos votos válidos. Fuad foi Secretário Municipal da Fazenda no primeiro mandato de Kalil. Aliás, Kalil formou um governo populista e liberal, abrigando, além do Fuad, outros secretários que tinham atuado no Estado de Minas Gerais, durante os governos tucanos de Aécio e Anastasia (PSDB). Um time da chamada “equipe do choque de gestão do Estado”.

Seria errado colocar um sinal de igualdade entre Fuad e Zema, principalmente, porque o governador tenta se colocar como uma opção para o bolsonarismo nas eleições presidenciais, no entanto a definição das diferenças e semelhanças precisam ser feitas com bastante cuidado. Na linha da gestão do ex-prefeito Kalil, Fuad Noman é um clássico governo neoliberal, é um defensor das privatizações (vide exemplo da construção de escolas, gerenciamento do hospital do Barreiro). Avançou muito com as terceirizações e contratos com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em especial na educação, mas não só.

As forças políticas institucionais que atuam em BH se dividem entre o grupo em torno do governo (composto por setores liberais e conservadores), um grupo dirigido pelo ex-deputado federal Marcelo

Aro (Novo), que agrupa a extrema direita e um grupo menor em torno de Gabriel Azevedo (sem partido), um liberal assumidamente pré-candidato a prefeito. Até o momento PSOL e PT, formam um bloco na câmara que faz parte da base próxima do governo, pois não se colocam e nem atuam como oposição ao prefeito Fuad.

Diante deste cenário, o Sind-REDE/BH é uma das poucas entidades que se coloca como oposição à política neoliberal do governo Fuad, mantendo preservado seu princípio democrático, de luta, combativo e independente de qualquer governo.

V. Política Educacional

Política educacional: o neoliberalismo em ataque ao ensino público! Educação é direito e não mercadoria.

A educação, como direito garantido na Constituição brasileira, prevê a erradicação do analfabetismo e universalização da educação básica, a partir da obrigatoriedade do Estado em garanti-las.

A universalização da educação pública, apesar de garantida em 1988, é fruto da luta dos trabalhadores no mundo para que seus filhos tivessem acesso à educação formal. No Brasil, assim como em quase todos os países capitalistas, as políticas educacionais, no entanto, não refletiram as lutas, pelo contrário, passaram a acompanhar as exigências do mercado mundial. Se na década de 70, por exemplo, houve um pequeno investimento no ensino profissionalizante, este se deu para atender uma necessidade por mão de obra qualificada para o setor industrial. De forma que os avanços e conquistas, fruto da luta dos trabalhadores em educação e do conjunto dos movimentos sociais, sempre estiveram ameaçados pela política econômica vigente.

Desde os anos 90, com o aprofundamento da decadência do capitalismo e a imposição da política neoliberal no mundo, a lógica neoliberal se colocou também no setor educacional. No Brasil, o MEC, que praticamente tem em sua composição um miríade de organizações sociais que compõem então uma espécie de estado ampliado, passou a atuar para garantir que as medidas ditadas pelos organismos internacionais como a terceirização, a privatização, a substituição de professores por outros profissionais, as contratações precárias e as reformas e diretrizes fossem efetivamente implementada numa confabulação que busca solidificar uma escola neoliberal, cujo modelo escolar é essencialmente privado e seu valor apenas econômico.

A terceirização e a privatização da educação permitem que sejam realizados constantes repasses da receita para empresários, banqueiros e especuladores escoando recursos públicos que deveriam ser utilizados para garantir ao menos o pagamento integral do piso do magistério para os trabalhadores em educação. Em Belo Horizonte, por exemplo, o problema que hoje está colocado não é a falta de recursos, mas a transferência dos recursos disponíveis para a iniciativa privada, por meio de contrato com centenas de creches conveniadas, "parcerias" com OSC's e compra de serviços que custam milhões para os cofres públicos. Essa transferência é possível pela flexibilidade da lei do Piso que não definiu o piso do magistério para a formação de nível médio e permite interpretações que garantem as prefeituras o pagamento a partir do cálculo de proporcionalidade das horas trabalhadas tendo como referência 40 horas semanais. Desde que os professores da cidade passaram a receber menos do que o piso estabelecido, devido aos ínfimos reajustes garantidos pelos prefeitos, a Prefeitura de Belo Horizonte se utiliza dessa manobra jurídica pra manter os salários dos professores bem abaixo do valor do piso da

categoria. Permite também que os assistentes administrativos sigam recebendo uma remuneração bem abaixo do reivindicado pelo setor, que sequer está incluído na Lei do Piso.

A substituição de trabalhadores concursados por trabalhadores terceirizados garante que empresas sigam lucrando com a precarização do trabalho enquanto o trabalhador terceirizado é ainda mais explorado, possui menos direitos, sofre com a alta rotatividade e baixíssimos salários. Na educação assistimos a um aumento absurdo dos gastos públicos com a terceirização com a redução constante do percentual investido em servidores efetivos e uma fatia cada vez maior de investimento em iniciativas privadas, por meio da contratação direta de servidores terceirizados, ou por meio da contratação de empresas e OSC's. Hoje, os gastos da Prefeitura com a terceirização já representam mais de 25% da arrecadação total. Porém, esses altos gastos não se configuram como uma política de valorização dos profissionais terceirizados, uma vez que os/as trabalhadores/as da MGS e do Caixa Escolar estão na lista dos mais mal pagos do país, recebendo menos até do que outros trabalhadores da mesma empresa, exercendo a mesma função, em outros lugares que não a escola.

Nos últimos anos, aposentadas e aposentados têm sido duramente atacados por essa lógica neoliberal, seja pelas Reformas Previdenciárias que tiram direitos e alteram regras, aumentando cada vez mais a exploração, seja por táticas governamentais que buscam burlar o sistema para excluir esse setor de suas políticas. Em Belo Horizonte, por exemplo, o governo Kalil/Fuad utilizou a estratégia de aumentar níveis na carreira dos trabalhadores em educação da ativa, como forma de “reajuste”, com o único e escabroso objetivo de não garantir a paridade e integralidade àqueles que ainda estão enquadrados na Lei anterior à Reforma.

A política de enxugamento da máquina pública é muito evidente, não só quando se trata da política para aposentados e/ou terceirizados, mas também no caso dos bibliotecários. Para atender a obrigatoriedade da garantia de um bibliotecário em cada unidade escolar, a Prefeitura de Belo Horizonte criou nomenclaturas diferenciadas para trabalhadores com a mesma formação, biblioteconomia, que obviamente também possuem salários diferenciados.

Esse modo de educar capitalista-neoliberal impõe também reformas do ensino, que respondam às demandas das organizações sociais mantidas pelos donos das grandes empresas capitalistas, reduzindo relações educacionais complexas à direitos de aprendizagem, que refletem diretamente na piora da qualidade da educação pública ao reformular os currículos, para que atendam as necessidades alienantes do capital, reduzindo os conteúdos escolares a práticas comportamentais e emocionais.

No campo da educação infantil aos anos finais do ensino fundamental a BNCC (Base Nacional Curricular Comum), construída junto às diversas fundações filantrópicas financiadas pelo capitalismo financeiro capitaliza as diretrizes das reformas preconizadas pelo modelo neoliberal.

No Ensino Médio, o NEM (Novo Ensino Médio) cujos princípios foram elaborados ainda no governo Dilma (2013), posteriormente decretado por Temer e implantado por Bolsonaro e os governos estaduais, em especial, a partir de 2022 aproveitando-se da pandemia e da necessidade de isolamento que dificultou um processo de luta. Longe de resolver os problemas de defasagem do ensino, este projeto, cuja finalidade é submeter a escola aos interesses e necessidades do mercado de trabalho, cada vez mais instável e sem direitos, flexibilizou e empobreceu o currículo, esvaziando as disciplinas nas áreas de conhecimento deixando milhares de professores desempregados. Nesse quadro de privatização dos direitos sociais a educação oferecida pelo Estado deve refletir relações pautadas pelo individualismo,

pela heteronomia e pela concorrência. A terceirização do trabalho educativo, uma das principais diretrizes apontadas pelo Banco Mundial, preconiza “reduzir ou eliminar a estabilidade no emprego, aumentar a supervisão e dar poder aos clientes (pais e alunos) para monitorar ou avaliar os professores”. Não sem motivos, a tentativa de alterar a lei orgânica de Belo Horizonte, para possibilitar a contratação de professores via processo seletivo, está colocada pelo governo que, apesar de ter recuado, dá mostras de que irá se reorganizar para impor mais esse ataque.

Por fim, é importante refletir sobre o aprofundamento do adoecimento dos trabalhadores. As escolas, refletem a polarização social que vivenciamos no ambiente político, se transformando muitas vezes em um ambiente hostil aos profissionais de educação. Do ponto de vista gerencial o assédio se transformou em método e o controle, preconizado nas orientações do BM e incentivado pelos conservadores, se reflete no aumento da violência no cotidiano das escolas.

A crise da educação pública no Brasil e no mundo está inserida na própria crise do capitalismo. Diante desse cenário é urgente a construção de um programa alternativo dos trabalhadores para combater a crise da educação pública. Cabe aos trabalhadores dessa Rede ser parte do debate e da construção desse projeto alternativo. Precisamos seguir na luta pela defesa incondicional da escola pública, gratuita, de qualidade e laica, patrimônio da classe trabalhadora. Combater o capitalismo para superar a crise da educação!

VI. Opressões

As opressões não têm em sua origem causas naturais, mas são consequências diretas do sistema capitalista que, para sobreviver, utiliza como estratégia dividir a classe trabalhadora. O machismo, racismo, LGBTfobia e a xenofobia são usados para aumentar os lucros dos ricos e piorar as condições de vida de um setor da sociedade. Condições essas que se tornam ainda mais precárias nos momentos de crise do sistema capitalista, como o que vivemos, quando as consequências da crise recaem sobre os setores mais explorados e oprimidos, ampliando a barbárie e a divisão entre os trabalhadores. São nesses momentos de crise que vivenciamos o lado mais cruel do capitalismo, com um aumento nas taxas de violência, redução de direitos e crescente desemprego.

A divisão entre os trabalhadores só interessa aos capitalistas! Não sem motivos, durante o governo Bolsonaro, com a ascensão da ultradireita com seus discursos conservadores que legitimam ações de violência, por meio de pronunciamentos, comportamentos preconceituosos e discriminatórios, vimos que a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ aumentou consideravelmente. As ocorrências de LGBTfobia aumentaram 54% de 2021 para 2022, enquanto pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha aponta que todas as formas de violência contra a mulher aumentaram no Brasil durante o ano de 2022. A população negra se viu confrontada com a indicação de um homem negro para a Fundação Palmares, porém, o mesmo não representava em nada o povo negro, pois reduzia toda a violência sofrida pelo povo escravizado e hoje vivenciada pelo povo negro ao que ele dizia ser “vitimismo”.

Infelizmente, mesmo após a derrota eleitoral de Bolsonaro, o povo negro segue sendo alvo dos ataques, tanto da polícia, braço armado do Estado, quanto das milícias que seguem assassinando quilombolas e lideranças da luta! O genocídio racista é uma política do Estado brasileiro. Só nesse ano, no espaço de apenas uma semana, entre os dias 28 de julho e 4 de agosto, uma série de chacinas, promovidas pelas polícias militares e civis dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, matou 45 pessoas cujo perfil

é o mesmo: jovem, pobre, negro e das periferias. Ao não enfrentar os latifundiários, trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas seguem sendo perseguidos e importantes lideranças foram assassinadas em 2023.

A ascensão da ultradireita e a polarização social advinda disso não é simplesmente um fenômeno conjuntural ou eleitoral. No interior da classe trabalhadora, são fomentados, das mais diversas formas, os preconceitos e as ideologias que a dividem. Por isso, é tarefa nossa combater a guerra cultural posta pela ultradireita, que se coloca como defensora dos valores conservadores e reacionários (xenófobos, racistas, misóginos, lgbtfóbicos). Mas é também tarefa nossa combater as concepções reformistas que, ao se apresentarem como policlassistas, não colocam na ordem do dia a derrubada do sistema capitalista.

Portanto, para combater as opressões é preciso independência de classe e dos governos, além de uma política revolucionária. A superação do capitalismo exige unir a classe trabalhadora e combinar as lutas contra as opressões e também contra o sistema. Não é possível acabar com as opressões sobre o capitalismo e só a classe trabalhadora pode derrotá-lo.

VII. Estrutura Sindical/Mudanças Estatutárias

Independência de classe, independência em relação aos governos, classismo, autofinanciamento, união nas lutas da classe trabalhadora, promotor da unidade e solidariedade entre os povos oprimidos e explorados, que se dirige com democracia de base.

Estes são os princípios gerais que devem e que norteiam as estruturas do Sind-REDE/BH e da CSP-Conlutas, com maior ou menor sucesso em determinados momentos.

Independência de Classe e Democracia de Base - Manter o sindicato independente em relação aos governos não pode ser só uma retórica, é preciso se efetivar na prática e para isso os organismos de base precisam ser onde de fato a política do sindicato é definida. Cada vez mais é preciso deslocar para a reunião de representantes a definição das políticas inter-assembleias. Assim como garantir uma campanha permanente para a eleição de fortalecimento dos representantes, que devem definir desde a política cotidiana até o funcionamento básico burocrático da entidade. Para se manter esses princípios, medidas de combate à burocratização são fundamentais, como limitação de mandatos, e definição de nenhum privilégio e nem prejuízo aos diretores sindicais.

Autofinanciamento - O Sind-REDE/BH, assim como outras entidades dos servidores públicos e alguns exemplos importantes da iniciativa privada, não se abalaram diante a última reforma trabalhista, quando acaba o imposto sindical, porque sempre defendeu a autossustentação, sempre fomos contra o imposto sindical e qualquer forma de financiamento imposto ao trabalhador e que nos coloque reféns dos governos e patrões. Somos contra a cobrança de qualquer taxa ou imposto compulsório. Diante do debate sobre a taxa negocial, que seria a cobrança de um valor no salário dos trabalhadores para bancar as campanhas salariais, achamos pertinente, com alguns condicionantes: que seja votada e aprovada por maioria em assembleia presencial, em dia de paralisação, com a divulgação prévia deste ponto na pauta por via: de cartazes enviados às escolas por malote, divulgação nas redes sociais com pelo menos uma semana de antecedência, divulgação nas listas de transmissão de zap ou qualquer outro aplicativo existente, a votação deve incluir o valor de cobrança, se de filiados e não filiados, a forma da cobrança, o prazo para que o trabalhador possa se posicionar contrário à cobrança, formas que o trabalhador poderá realizar este posicionamento, a decisão da assembleia deve ser amplamente divulgada à categoria.

Classismo, unidade e solidariedade - Somos uma entidade de classe então essa definição parece redundante, mas na verdade não é. Lutar contra uma ideologia que tenta tirar de nós o sentido de pertencimento da classe trabalhadora e nos dividir é uma tarefa essencial neste momento. Não é possível avançarmos, ou mesmo mantermos posição nas nossas lutas específicas, se a consciência e os direitos do conjunto dos trabalhadores pobres e oprimidos não avançam, por isso ser parte das lutas que ultrapassam os limites específicos de nossa categoria é fundamental. Mesmo que tenhamos diferenças políticas, organizativas e de concepção com determinadas entidades e organizações, desde que sejam parte da nossa classe, construir a unidade nas lutas é fundamental. e isso significa ajudar a financiar as lutas coletivas e de outras categorias e grupos sociais, dentro dos limites financeiros da entidade é claro, ser parte da divulgação política e sempre chamar a categoria a incorporar estes movimentos.

Mas a unidade mais significativa é dentro da entidade, o sindicato por Ramo de atividade é uma defesa importante para lutar contra a nossa dissolução somos um sindicato que representa o conjunto dos trabalhadores em educação da Rede municipal de ensino de Belo Horizonte, somos contra a terceirização e o contrato precário, mas não contra o terceirizado e o trabalhador precário. Juridicamente o Sind-REDE/BH já cumpriu esse desafio, mas a unidade e solidariedade entre concursados e terceirizados ainda é uma bandeira a ser perseguida.

No capitalismo a liberdade só existe para governos e patrões, por isso é necessário lutarmos por proteções mínimas que ajudem a impulsionar a organização dos trabalhadores. assim temos de lutar pela revogação da reforma trabalhista, para derrubar as determinações de abusividade ao direito de greve, pela proibição de demissão de trabalhadores após movimentos grevistas e pelo fim das demissões imotivadas. Isso é fundamental para construirmos uma estrutura sindical com completa liberdade de organização dos trabalhadores.

Proporcionalidade, limitação de mandatos e diretoria colegiada - No caso do Sind-REDE/BH um sindicato que tem atuação em instituições públicas, embora não seja um sindicato de servidores públicos, a garantia da proporcionalidade com uma direção plural, com limitação de mandatos e uma diretoria colegiada é fundamental para o combate à burocratização e a aproximação da entidade junto aos trabalhadores.

Mudanças Estatutárias

Nossa tese assina um conjunto de propostas de mudanças estatutárias que se encontram em uma resolução apresentada pela diretoria da entidade.

VIII. Plano de lutas

Nosso plano de lutas se baseia na luta direta e na unidade de ação, com a mais ampla organização de base e participação da categoria. Nossas lutas específicas não devem jamais deixar de serem travadas, tanto dos trabalhadores concursados quanto terceirizados, mas sem nos esquecermos da globalidade de lutas de nossa classe e dos povos originários. Assinamos um conjunto de propostas de resolução que materializam este plano de Lutas e que seguem junto às teses.

IX. Balanço

Acreditamos que nossa organização sindical do último período atravessou desafios novos e importantes, tanto pelo endurecimento dos ataques, pela existência da dicotomia de governos de ultra direita e governos de conciliação de classe. respondemos a esses desafios, a categoria não deixou de se mobilizar em nenhum momento e mobilizações organizadas pelo e entorno ao sindicato que respondeu tanto as lutas gerais, reforma da previdência, reforma administrativa, os atos Fora Bolsonaro. O Sind-REDE/BH é uma entidade reconhecida pela base da categoria e pelo conjunto dos movimentos sindicais e sociais da cidade pela sua independência e competitividade. No entanto de nada serve um balanço se não levantamos nossas fragilidades, há um endurecimento nas relações internas das escolas as quais precisamos dar resposta aproximando mais a entidade dos locais de trabalho, melhoramos em muito nosso alcance virtual e isso foi de extrema importância, mas isso por se só não garantiu a aproximação. embora a entidade tenha uma boa base de filiados, é preciso dar um salto na filiação da nova geração que chegou as escolas nos últimos 10 anos. Outro elemento importante é a necessidade da otimização de nossas assembleias, para que sejam espaços onde os conflitos sejam tratados de forma democrática. No mais temos acordo com o balanço apresentado de forma mais detalhada coletivamente como proposta de resolução para este congresso.

Assinam essa tese: Vanessa Portugal, Flavia Silvestre, Barbara Guimarães, Wanderson Rocha, Diana de Cássia, Firmínia Rodrigues, Rosmary Aguayo, Helbert, Thiago Ribeiro, Clayton Santos, Andreia Carla.

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO - Coletivo do Fortalecer

Conjuntura Internacional

A - Palestina

Considerando:

1. Que o Estado de Israel foi criado dentro do território palestino.
2. Que na criação deste Estado houve um processo violento de expulsão, morte e destruição das aldeias dos palestinos.
3. Que desde a sua criação nenhum acordo foi respeitado e a expansão dos territórios ocupados continua acontecendo, com expulsão e morte dos Palestinos.
4. Que desde a sua criação o Estado de Israel contou com forte investimento das potências mundiais, transformando-o na quarta potência bélica do mundo.
5. Que o povo palestino vive um embargo e um apartheid, que tem por finalidade seu extermínio.
6. Que os últimos ataques já mantaram mais de 10.000 palestinos na faixa de Gaza.
7. Que não há possibilidade de salvação para o povo palestino sem uma derrota política de Israel.
8. Que os ataques de Israel à Palestina são caracterizados como um crime contra a humanidade.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

Declarar total apoio à resistência e luta do povo palestino contra a ofensiva genocida e colonizadora do Estado de Israel.

1. Ser parte das organizações que exigem o fim dos ataques militares à faixa de Gaza.
2. Defender a liberdade e o direito dos palestinos ao seu próprio território.
3. Exigir dos governos dos diversos países do mundo e do Brasil, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com Israel.
4. Em defesa do Estado Palestino laico e soberano.

B – Ucrânia

Considerando:

1. A Guerra Rússia X Ucrânia é uma guerra de invasão Russa sobre o território Ucrâniano.
2. Que o povo Ucrâniano tem direito a sua autodeterminação.
3. Que a Ucrânia nunca representou nenhuma ameaça à Rússia.
4. Que o conflito atual já matou quase 200.000 pessoas.
5. Que o apoio e a solidariedade à resistência Ucrâniana não se confundem ao apoio político ao seu governo e muito menos à OTAN.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Colocar-se do lado do povo Ucrâniano neste conflito.

2. Pelo fim da guerra na Ucrânia! Retirada das tropas militares da Rússia da Ucrânia. A OTAN deverá recuar imediatamente de seu projeto expansionista naquele país. Pela autodeterminação dos povos!

Conjuntura Nacional, Estadual e Municipal/Plano de Lutas

A - Independência em relação aos governos

Considerando:

1. A eleição de Lula, embora tenha resultado em uma relativa estabilização das liberdades democráticas, está comprometido com o avanço das contrarreformas liberais em função da aliança do governo com o Centrão e com setores da burguesia nacional e internacional. Assim, o apoio crítico que demos à eleição de Lula – que se justifica pela necessidade de defender as liberdades democráticas e o direito de lutar por condições dignas de vida e trabalho – não pode ser confundido com compromisso e apoio ao governo. A necessária unidade de todos contra qualquer saída autoritária que venha a surgir não pode servir de desculpas para não organizar as lutas pelas nossas reivindicações e contra o ajuste liberal.
2. Que vivemos em uma situação de crise do sistema capitalista e em uma época em que as exigências de retirada de direitos dos trabalhadores, dos povos originários, comunidades tradicionais e setores oprimidos serão cada vez maiores.
3. Que o governador Zema é defensor dos interesses das corporações econômicas, mineradoras, do agronegócio e dos negócios dos amigos empresários. Esse governo tem aparelhado as empresas públicas e sucateado os serviços públicos. A reforma administrativa que propõem aprofunda essa orientação privatizadora. Seu governo segue impondo violência através da PM contra jovens negros da periferia. Tem sido um agente contra os sindicatos e movimentos sociais.
4. Que o governo Fuad aplica medidas que demonstram a imensa relação com setores da Burguesia da cidade, a exemplo do setor dos transportes e da construção civil. Que usa recursos públicos constitucionalmente vinculados para garantir alianças com grupos comunitários e favorecer sua reeleição.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Reafirmar a independência em relação ao governo Lula. Essa independência se concretiza se comprometendo com as reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora, organizando as lutas e movimentos para pressionar o governo a atender aos trabalhadores.
2. Buscar construir sempre a necessária unidade com o conjunto dos movimentos sociais para lutar para barrar os ataques dos governos e para avançar em nossos direitos essenciais.
3. Denunciar todas as medidas de retiradas de direitos e ataques proferidos aos trabalhadores, povos originários e comunidades tradicionais.
4. Ser parte do comitê pelo Fora Zema e da luta contra as privatizações no estado de Minas.

B - Contra Reformas trabalhistas, da previdência e administrativas.

Considerando:

1. Que nas últimas décadas a implantação do projeto neoliberal impôs, apesar da resistência dos trabalhadores, um conjunto de contra reformas na constituição Brasileira, levando ao aumento da pobreza e das desigualdades econômicas e sociais.
2. Que o Brasil é um país com grande capacidade de produção de riqueza.
3. Que ao contrário do que foi alardeado pelos sucessivos governantes, essas contra reformas não serviram para aumentar o emprego, nem para equilibrar as contas públicas.
4. Que os ataques sucessivos à previdência pública têm o objetivo reduzir o investimento do Estado na proteção aos trabalhadores para que mais recursos sejam transferidos para grandes empresários, banqueiros, latifundiários e abrir o mercado para que previdências privadas se instalem e se transformem em mais uma frente de lucratividade para estes mesmos setores.
5. Que a previdência social deve ser entendida como um direito do trabalhador pelos anos de trabalho executado e, portanto, deve preservar seu caráter solidário.
6. Que o Brasil tem um investimento em serviços públicos e em servidores públicos inferior a vários outros países do mundo e bem aquém de suas necessidades.
7. Que vivemos em uma situação em que o trabalho análogo a escravidão persiste tanto no campo como na cidade.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Ser parte ativa da luta pela revogação da “contra” reforma trabalhista realizada no governo Temer e por todas as legislações anteriores que serviram para precarizar e desregular as relações de trabalho além de fragilizarem a atuação das entidades sindicais.
2. Lutar contra a terceirização e todo tipo de contrato precário de trabalho.
3. Ser parte ativa na luta pela revogação das “contra” reformas da previdência, a começar pela última delas realizada pelo governo Bolsonaro, EC103/2019, e pelo fortalecimento de uma previdência pública e estatal.
4. As “contra” reformas realizadas por Estados e Municípios na esteira da federal também devem ser revogadas.
5. Ser parte efetiva na luta pela não aprovação do PEC38/2023, que pretende incluir Estados e Municípios, que ainda não realizaram suas próprias alterações na legislação previdenciária, sejam enquadrados no mesmo critério da legislação federal, EC103/2019.
6. Unidade para barrar a PEC 32 que visa exclusivamente retirar direitos dos servidores públicos e lutar contra qualquer tipo de “contra” reforma administrativa, que representem retirada ou ameaça de retirada de direitos dos servidores públicos e maior precarização dos serviços públicos.
7. Ser parte da luta pela revogação da “contra” reforma administrativa e da previdência de Zema.
8. Lutar pela revogação da “contra” reforma administrativa realizada pela prefeitura de Belo Horizonte.
9. Lutar para que o ingresso e a prestação de serviços públicos se deem exclusivamente por concurso público.
10. Lutar pela construção de uma regulamentação provisória, que garanta o emprego dos trabalhadores dos serviços públicos terceirizados e com contratos precários, desde que não

tenham salários superiores a média dos trabalhadores que exercem a mesma função e não estejam ocupando cargos de “chefia” e ou comissionados. Esta regulamentação deve ter o caráter transicional.

11. Lutar para o fortalecimento da fiscalização e proibição de todo trabalho escravo. Que haja a estatização das empresas que demitem em massa e executarem trabalho escravo.

C - Limite de Gastos, arrecadação do estado e distribuição de renda/riqueza.

Considerando:

1. Que o conjunto de legislações que representam limitação de gastos do Estado Brasileiro sempre tiveram o objetivo de limitar os investimentos em áreas sociais, a começar pela lei de responsabilidade fiscal, posteriormente pela lei do “teto dos gastos”, o arcabouço fiscal, e o Regime de Recuperação Fiscal (versão dos Estados).
2. Que essas legislações têm o objetivo de reduzir os gastos sociais do Estado para garantir os mecanismos de transferência de recursos do Estado para o Sistema financeiro e a setores privados.
3. Que o Regime de Recuperação Fiscal definido em lei federal (legislação proposta por Temer) é a priori limitador.
4. Que a proposta apresentada por Zema à assembleia legislativa, Projeto de Lei 1202/2019, avança ao limite o que é previsto na legislação federal.
5. Que a forma de taxação e cobrança de impostos existentes no Brasil reduz a arrecadação do Estado e, portanto, seu potencial de investimento em serviços essenciais, infraestrutura e estímulo ao desenvolvimento.
6. Que a forma de taxação e cobrança de impostos existentes no Brasil amplia as desigualdades sociais e econômicas uma vez que proporcionalmente os trabalhadores pagam muito mais impostos do que bancos e grandes empresas.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Lutar pela revogação de todas as legislações que restringem os investimentos em áreas sociais nas três esferas federativas: Lei de Responsabilidade Fiscal, Arcabouço Fiscal, Regime de Recuperação Fiscal, dentre outras.
2. Ser parte ativa da luta Contra o Regime de Recuperação Fiscal, RRF, do governo Zema, Projeto de Lei 1202/2019, que ataca os servidores públicos impondo congelamento dos salários por 9 anos, e acelera o processo de destruição dos serviços públicos no estado.
3. Lutar contra toda legislação de desoneração de atividades econômicas vinculadas aos “grandes negócios”, grandes indústrias e empresas, sistema financeiro, atividades extrativas, agronegócio etc. A exemplo da Lei Kandir e a atividade Mineradora.
4. Lutar contra as legislações aprovadas nas três esferas que permitem perdão de dívidas e desonerações de empresas, a exemplo do que foi feito recentemente em Minas com a aprovação da desoneração das locadoras de automóveis.
5. Lutar pela correção inflacionária da tabela do imposto de renda, defasada em aproximadamente 147%.
6. Defesa de uma reforma tributária, que realize o reajuste da tabela do Imposto de Renda; isenção para quem ganha até 10 (dez) salários mínimos; taxação dividendos pagos pelas empresas a seus

acionistas e aumento dos impostos das grandes fortunas; mudança na lógica tributária que sobretaxa o consumo.

7. Lutar pela suspensão do pagamento da dívida e realização de uma auditoria imediatamente.
8. Reestatização do Sistema financeiro privatizado.
9. Ampliação da vinculação de receitas para saúde, educação.
10. Definição de vinculação de receita para áreas como transporte, organização urbana (habitação, moradia, saneamento, revitalização ambiental,).

D - Marco temporal e defesa dos povos indígenas e dos demais povos da floresta.

Considerando:

1. Que os povos indígenas já ocupavam o território brasileiro, no momento da invasão realizada pelos Europeus.
2. Que a defesa da autodeterminação dos povos é condição essencial para enfrentarmos a expropriação das riquezas mundo afora por um grupo de colonizadores.
3. Que a manutenção da preservação das culturas indígenas é parte primordial da defesa da nossa história e da nossa constituição enquanto povo.
4. Que a defesa dos povos indígenas e outros povos da floresta, como os seringueiros, é parte fundamental da defesa da preservação ambiental.
5. Que a sobrevivência destes povos depende da sua auto-organização, autodefesa combinada com medidas efetivas do Estado.
6. Que estes povos continuam sendo vítimas de perseguição, expulsão e de assassinatos promovidos por latifundiários, grileiros, madeireiros, garimpeiros, grandes empresas mineradoras e pelo próprio estado.
7. Que a garantia da sobrevivência da cultura destes povos passa pela garantia de seus territórios.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Exigir do governo e do Congresso Nacional que o Lei 490/2007, do Marco Temporal, seja revogado.
2. Exigir a demarcação imediata das terras indígenas, inclusive para a população indígena desterritorializada.
3. Exigir que o Estado fiscalize e puna os invasores de terras indígenas.
4. Incentivar e promover dentro das escolas o estudo da história e da cultura dos povos indígenas.

E - Privatizações

Considerando:

1. Que a manutenção de empresas públicas Estatais é um elemento de extrema importância para a geração de riquezas ao Estado, controle de atividades econômicas estratégicas, impulsionamento de desenvolvimento econômico, tecnológico e garantia de subordinação da atividade econômica às necessidades de preservação ambiental.
2. Que a manutenção de serviços essenciais a população não pode estar submetida ao lucro, e regulado pela “anarquia” do mercado.
3. Que o fato das empresas e serviços serem públicos e estatais, ou controlados pelo Estado não garantem as necessidades e os elementos levantados nos itens 2 e 3.
4. Que Zema tem um projeto privatista e mantém uma ofensiva sobre a Assembleia Legislativa.
5. Que vivemos em Belo Horizonte um amplo processo de privatização de serviços, e espaços públicos que atrasa e precariza o atendimento à população

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Exigir a anulação da privatização e a reestatização de empresas como a Vale, Eletrobrás, metrô de BH, Refinarias da Petrobrás, BR distribuidora etc.
2. Ser parte da luta efetiva Contra a PEC 24/2023 que retira a exigência de referendo popular para a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico, para fins de privatização de empresas estatais (CEMIG, a COPASA e a CODEMIG) responsáveis pela prestação de serviços básicos sem a exigência de um referendo popular;
3. Ser parte da elaboração e implantação do plebiscito popular contra as privatizações em Minas Gerais
4. Ser parte da luta contra o Rodoanel.
5. Lutar para que as empresas públicas a exemplo da Petrobrás e Cemig sejam 100% estatais.
6. Lutar e denunciar o efeito das concessões públicas e Parcerias Público Privadas, PPPs, no gerenciamento de atividades de exploração e de prestação de serviços.
7. Exigir que as empresas estatais sejam comandadas por um corpo técnico concursada e controlada por um conselho de trabalhadores e usuários. E que as mesmas tenham como função fomentar o desenvolvimento e garantir a prestação de serviço para a população e não a geração de lucro.
8. Exigir o fim dos recursos públicos para a iniciativa privada realização de serviços a exemplo da saúde e educação.

F - Defesa das liberdades democráticas/Desencarceramento-desmilitarização/Aparato legal repressivo

Considerando que:

1. A ditadura militar implementada no Brasil, após Golpe de Estado, que teve como objetivo aplacar a efervescência das lutas dos trabalhadores atuando para dismantelar a organização de operários, camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos em geral, que viviam um assenso grevista e de lutas por direitos representou a instauração de um duro sistema repressivo que atuou diretamente sobre um retrocesso na consciência da classe trabalhadora de conjunto;
2. Que a impunidade dos militares diante da anistia concedida também a eles, impedindo a instalação de processos e julgamento pelos seus crimes, ocultando a barbárie que foi as centenas de assassinatos e os milhares de pessoas torturadas, influenciou na capacidade de ascender novamente políticos de ideologia ultradireitista que hoje disputam corações e mentes da classe trabalhadora;
3. Que o artigo 142 da Constituição de 1988 que confere um “poder moderador” aos militares de forma que, segundo interpretação dos próprios militares, estes estariam acima dos três poderes da República, “garantir a lei e a ordem”, e dando à eles poderes de repressão;
4. Que vivemos sob a experiência de um governo autoritário, de ultradireita que aprofundou em quantidade e qualidade, os ataques aos direitos dos trabalhadores;
5. Que a presença dos militares nos governos se manteve desde a redemocratização dando um salto durante o governo Bolsonaro;
6. Que ultradireita se mantém organizada e com postos de poder em vários estados de peso, como Minas Gerais e São Paulo;
7. Que o peso deste setor nas câmaras legislativas é muito expressivo;
8. O povo pobre e preto das periferias das grandes cidades do país são vítimas do encarceramento em massa realizado por esse Estado burguês como, inclusive, uma das formas de controle social da burguesia sobre a classe trabalhadora;
9. Apesar de legítima a preocupação com os índices da criminalidade, que vem aumentando significativamente no país, a redução da maioria penal não é uma solução para a diminuição da violência, mas sim uma oportunidade de negócio para setores da burguesia que tem no encarceramento em massa da juventude preta acesso à maior possibilidade de lucro ao oferecer serviços para o sistema prisional;
10. Ainda está vigente a chamada “Lei de Drogas”, de 2006, que, apesar de distinguir traficantes de usuários, ao não definir critérios objetivos em relação à quantidade que caracteriza o uso pessoal possibilita que autoridades policiais, do Ministério Público e da Justiça, sejam responsáveis por estabelecer e definir usuário e traficante aprofundando o processo de criminalização da juventude pobre e negra;
11. Dos 207 milhões de habitantes do Brasil, 17% são jovens de 14 a 24 anos, e desses, 5,2 milhões estão desempregados, não tem acesso à serviços básicos e sequer formação escolar de nível médio e que, em muitos casos, basta ser pobre e negro para que, mesmo, portanto uma pequena quantidade de drogas e/ou dinheiro, seja considerado traficante, julgado e preso;
12. A polícia no Brasil é uma das que mais mata no mundo. Sua lógica militar, norteadada por uma política de guerra, coloca como inimigos os jovens negros, transformados em alvos das miras e algemas policiais e, não sem razão, são a maioria esmagadora dos mortos por essa polícia;

13. A Lei de Segurança Nacional, criada durante a ditadura Vargas, para combater crimes contra a ordem pública, reeditada em 1969, em plena ditadura Militar e, desde então, utilizada, por diferentes governos, para cercear liberdades democráticas sendo instrumento, em especial, contra aqueles que lutam;
14. A Lei Antiterrorismo (13.260/2016), que tipifica o crime de terrorismo no Brasil, enquadra até mesmo manifestações políticas e sociais como “terroristas”, a depender do entendimento da PM e da Justiça;
15. Que as experiências vividas na última década do uso da GLO (Garantia da Lei e da Ordem – expediente onde o presidente da república convoca o exército para executar funções da polícia militar) resultou em maior violência contra o povo trabalhador.
16. Que estes aparatos legais são em geral utilizados contra os métodos de luta da classe trabalhadora, muitas vezes utilizadas por nossa categoria -greves, ocupação de prédios públicos, trancamento de vias...

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Participar das lutas pelo julgamento e prisão de militares assassinos e torturadores. Pelo julgamento, inclusive, daqueles que não estão vivos;
2. Pela revogação imediata do artigo 142 da Constituição de 1988;
3. Defesa das liberdades democráticas e das condições de luta e mobilização dos trabalhadores. Ampla unidade contra qualquer saída autoritária, investigação e punição contra movimentos golpistas. Sem anistia aos golpistas. Investigação, cadeia aos financiadores dos atos golpistas! Prisão para Bolsonaro e todos os seus aliados golpistas
4. Lutar contra a redução da maioria penal;
5. Lutar pela proibição da privatização do sistema prisional;
6. Aprofundar o debate na categoria sobre a luta contra a criminalização e pela legalização das drogas;
7. Lutar por uma ampla campanha de esclarecimento das consequências do consumo de drogas e pela garantia de atendimento público de saúde aos dependentes químicos;
8. Lutar pela transformação das unidades socioeducativas\prisões em lugares de acolhida, apoio e oportunidade para jovens infratores e adultos egressos;
9. Ser a favor da desmilitarização das polícias do país;
10. Lutar pela revogação das leis acima consideradas;
11. Se posicionar de forma contrária ao uso da GLO;
12. Lutar pela revogação das leis acima consideradas;
13. Se posicionar de forma contrária ao uso da GLO.

Balanço da Diretoria Colegiada período 2022 a 2024

Este balanço diz respeito à atual gestão da Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH (2022-2024).

Mas antes de ir a ele, fazemos aqui uma breve consideração à gestão anterior. Inicialmente no que diz respeito à política que implementou no período da quarentena da pandemia da Covid-19 (2020-2021). Essa gestão foi capaz de garantir o funcionamento do sindicato, sua comunicação com a base, a intervenção política frente a maior pandemia que a humanidade enfrentou nos últimos anos. Garantindo a realização de plenárias de representantes, seminários e assembleias, lives, no formato virtual. Como também ofereceu política pública para a comunidade escolar da rede municipal que se deparou com o necessário fechamento das escolas, em um momento que a PBH se encontrou perdida em como oferecer ensino remoto emergencial aos estudantes. Aquela direção sindical também produziu enfrentamento com a PBH e os setores conservadores da cidade que reivindicaram a abertura das escolas sem a devida vacinação da população e dos trabalhadores em educação, inclusive promovendo uma greve sanitária contra a abertura das escolas da Educação Infantil (abril de 2021). E para fechar esse balanço resumido da gestão anterior, esta foi capaz de empreender uma greve contra a destruição da carreira da educação, que foi capaz de diminuir danos, pois estabeleceu uma diferenciação de 4 níveis entre a entrada com Ensino Médio (nível 8) com o Ensino superior (nível 12), e ainda aumentou dois níveis ao final da carreira, níveis 27 e 28. Houve uma grande contradição que foi a não garantia da paridade entre pessoal da ativa e aposentados. Este último ficou de fora dos 2 níveis que compuseram o índice do PNM, proporcional à jornada, além da alteração da proporção entre os níveis de início e fim da carreira. Esta foi a resultante da correlação estabelecida pela força de nossa greve naquele período.

A atual gestão da Diretoria Colegiada, iniciada em julho de 2022 (até dezembro de 2024), é composta pelos coletivos Fortalecer, Unidos pela Rede e Esperançar. Em que pese as diferenças políticas que diferenciam cada coletivo que compõem a atual gestão, o balanço é muito positivo a partir da unidade de intervenção que se construiu pelos coletivos ao longo da gestão. Houve três grandes enfrentamentos contra a PBH, os quais a direção do Sind-REDE/BH soube enfrentá-los de forma unitária. O primeiro foi o PL 434/22 e PELO 05/22 da reforma da previdência dos servidores municipais de BH, no final do ano de 2022. O governo Fuad tentou, por meio de projeto de lei na Câmara, fazer alterações na legislação previdenciária do município que prejudicariam os servidores em relação aos seus direitos de aposentadoria. Em resposta houve mobilização dos servidores de conjunto, com destaque na ação contundente de nosso sindicato que mobilizou as suas bases e pudemos fazer movimento com grande participação da categoria.

A segunda intervenção tem a ver com a greve conjunta com o Sindibel, pelo reajuste da inflação do período anterior (2021). A PBH apresentou índices parcelados e a greve, a partir daqui correlação de força que teve, foi capaz de unificar os índices em uma única parcela de 5,93%, é pouco, mas se não nos mobilizássemos não teríamos o reajuste da forma que foi.

O terceiro episódio de destaque foi a mobilização contra o Processo Seletivo Simplificado, PSS, de professores que a SMED, sob o comando do então secretário de educação, Charles Diniz, tentou implantar na rede. A movimentação foi tão forte contra essa proposta que o tal secretário, no mesmo instante que votávamos em assembleia lotada na Praça da Estação o indicativo de greve, caso a proposta desse prosseguimento, o secretário pediu exoneração. Além da compreensão da categoria sobre os malefícios de tais política, fator determinante para o nosso êxito, o fato da diretoria do Sind-REDE/BH ter definido linha unitária para essas lutas foi fundamental para passar confiança para os trabalhadores.

Temos uma nítida percepção dos limites da diretoria do sindicato, das dificuldades em relação ao trabalho de base, dado o número exíguo de liberados (10) na relação com o número de escolas (330), dentre outros aspectos da atividade sindical, mas é importante reconhecer os avanços que se apresentam e um deles tem a ver com o fato do esforço da diretoria em construir unidade para potencializar a luta da categoria.

No momento em que estamos realizando este congresso, estamos construindo a nossa campanha salarial para 2024, construir esse processo de forma unitária será muito importante para termos força a fim de avançar em uma política salarial que estabeleça o Piso Nacional do Magistério enquanto eixo de nossa valorização e a defesa de nossa carreira.

Planos de Lutas

Considerando:

1. Que há uma ofensiva por parte de setores governamentais e da ultradireita sobre os recursos da educação pública, as ideologias a serem afirmadas, a qualidade da oferta de ensino oferecida aos estudantes da escola pública;
2. Que o aprofundamento deste projeto passa necessariamente, pela retirada de direitos, possibilidades de organização e em certa medida desmoralização dos trabalhadores em educação junto às comunidades escolares;
3. Que os ataques e rearranjos na educação não estão isolados, são parte de uma realidade de reorganização no mundo do trabalho, ataques a direitos, destruição ambiental;
4. Que somos parte da classe trabalhadora; a mesma classe da ampla maioria das famílias dos estudantes das escolas onde trabalhamos,
5. Que há em nossa categoria uma maioria de mulheres, grande quantidade de negros e negras em especial entre os trabalhadores terceirizados e também um grande número de trabalhadores LGBTQIAPN+, o mesmo se dando entre nossos estudantes.
6. Que a escola é um local onde as desigualdades, a desestruturação social e os conflitos gerados por essas questões se expressam com muita força;
7. Que fica cada vez mais difícil termos conquistas específicas sem que haja mudanças estruturais coletivas.

O XIV congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Reafirmar o princípio de solidariedade de classe do Sind-REDE/BH com o conjunto dos movimentos sociais do país e do mundo;
2. Apoiar com notas e declarações públicas os movimentos que se alinham com os princípios políticos dos trabalhadores em educação da Rede;
3. Promover a articulação do Sind-REDE/BH com os movimentos sociais da cidade e com as comunidades escolares, que estejam no campo da luta social, na luta em defesa dos serviços públicos de qualidade, quanto também pela valorização dos servidores, apoiando todas as demandas sociais e denunciando o governo municipal, bem como os demais governos que retiram direitos;

4. Sem risco de qualquer secundarização da luta específica, atuar para promover a mais ampla unidade de enfrentamento contra setores da ultradireita e contra políticas governamentais que retire direitos;
5. Impulsionar e priorizar a luta direta como estratégia privilegiada de conquistas da nossa classe.

Campanha salarial/Educacional de 2024

Considerando que:

1. A prefeitura de Belo Horizonte não se dispôs até o momento a discutir e apontar propostas para a solução das questões que há anos temos apresentado em nossas pautas, tanto de concursados como de terceirizados;
2. Que os problemas dentro da escola se agravam, com a baixa valorização salarial, aumento do adoecimento, quadro insuficiente de trabalhadores docentes, assistentes administrativos educacionais, terceirizados e trabalhadores da caixa escolar;
3. Que cresce o número de trabalhadores com contratos precários e estagiários cumprindo as mais diversas funções nas escolas;
4. Que a prefeitura aponta por uma política de abono em detrimento aos reajustes lineares de salário;
5. Que a prefeitura vem recorrentemente utilizando os recursos da educação de forma indevida, em obras que não tem relação com a escola, compras desnecessárias, transferência para a iniciativa privada.

O XIV congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Intensificar a organização da campanha de 2024 a partir de 2023, com campanha de denúncia junto à comunidade das políticas adotadas por FUAD;
2. Intensificar o debate junto a categoria sobre a organização do movimento em 2024.

Mudanças estatutárias

Filiação à CNTE

Justificativa

Desde o congresso passado há um debate sobre a pertinência ou não da filiação do Sind-REDE/BH à CNTE.

A CNTE é uma confederação cutista (filiada à CUT) que tem uma política de defesa dos governos petistas, mesmo quando estes atacam direitos dos trabalhadores. É fato que em algumas ocasiões fazem exigências e críticas seletivas ao governo, como é o caso da crítica que a Confederação fez em relação ao anúncio do novo Ministro da Educação convidado por Lula e as fundações privadas que ocuparam junto a ele no MEC. No entanto não leva adiante as críticas e não tem cumprido a contento, mesmo durante governos não petistas, a tarefa de unificar as lutas dos trabalhadores.

Não obstante a essa caracterização, a CNTE é a confederação que congrega várias entidades de educação do Brasil. Em seus fóruns reúnem-se dirigentes sindicais da educação que discutem a conjuntura política

e educacional, trocam experiências e constroem calendário de lutas, acreditamos que, como parte da confederação teríamos mais possibilidades de interferir neste processo para que se constitua lutas unitárias da educação que vá além de dias de luta pontuais. O Sind-REDE/BH inclusive, veio participando de vários fóruns da CNTE no último período.

Proposta de resolução:

Nesse sentido, defendemos para este XIV Congresso do Sind-REDE/BH a filiação do Sind-REDE/BH à CNTE, acrescentando ao Estatuto onde couber.

Sobre o departamento Cultural

Justificativa

Levando em consideração que o Departamento de Cultura previsto no inciso X do artigo 34 ficou sem previsão de atribuição de competência no atual estatuto, para que haja a devida correção estatutária, propomos inseri-lo no Departamento de Formação Pedagógica apresentando a seguinte mudança estatutária:

Proposta de resolução:

Art. 34º - A Diretoria Colegiada será constituída por 24 (vinte e quatro) diretores efetivos e 6 (seis) suplentes, distribuídos nos seguintes departamentos:

IV - Formação Pedagógica, Cultural e Sindical;

Art. 42º - Compete ao Departamento de Formação Pedagógica, Cultural e Sindical:

VI – Propor e organizar a realização de simpósios, seminários e cursos, congressos e outras atividades culturais e educacionais;

Sobre a organização dos coletivos

Justificativa

Levando em consideração que as (os) Trabalhadoras (es) em Educação começaram a se organizar nos últimos anos em coletivos por segmento, cujo objetivo é a discussão e elaboração de pautas de reivindicações que são encaminhadas para as instâncias

deliberativas previstas no estatuto do Sind-REDE/BH, propomos às (aos) delegadas (os) do XIV Congresso da Rede a regulamentação destes coletivos.

Proposta de resolução:

Art. 26º- A assembleia geral de segmento de trabalhadores em educação poderá ser convocada:

a) pela Assembleia geral dos trabalhadores em educação;

b) pela Diretoria Colegiada.

c) pela maioria simples da Plenária de Representantes;

§3º: Coletivos de Trabalhadores em Educação poderão ser criados pela Assembleia Geral de segmento que atuarão em regime de colaboração direta com a Diretoria Colegiada e terão natureza consultiva;

Opressões

Considerando:

1. Que mesmo após a abolição da escravidão o povo negro escravizado não teve acesso a qualquer tipo de política de reparação;
2. O genocídio do povo negro pela polícia no Brasil;
3. O povo pobre trabalhador negro das periferias permanece cada vez mais sem acesso à moradia em razão da agressiva especulação imobiliária fruto da bárbara política neoliberal capitalista;

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Lutar pela garantia das cotas raciais em qualquer concurso na área de educação, além de políticas de reparações e políticas afirmativas.
2. Ser parte nas campanhas de incentivo a efetivação da lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do estudo da cultura afro-brasileira e da lei 11.645 que inclui no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas;
3. Ser parte das lutas em defesa da titulação das terras de quilombos e indígenas;
4. Ser parte das lutas contra todo tipo de violência contra o povo negro pobre das periferias e dos quilombos, em especial aquelas cometidas pelo Estado, por meio de seu braço armado: as polícias;
5. Construir unidade, ser parte nas lutas e apoiar as lutas contra a criminalização da juventude negra, moradora das periferias das grandes cidades, os movimentos de luta por moradia, os movimentos de luta por reparação e contra o racismo.

Considerando:

1. Que no capitalismo o papel social da mulher está condicionado ao exercício de uma dupla, muitas vezes tripla, jornada com a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado de outros, aos menores salários, ao papel de objeto sexual que muitas vezes lhes é designado;
2. Que o aprofundamento da crise do capitalismo e a forte crise social e política que vivenciamos, fruto dessa crise, estimulou a instauração de uma guerra social contra a classe trabalhadora, em especial os setores mais oprimidos e explorados: mulheres, negros, LGBT's e imigrantes, que são os que mais sofrem com o crescente desemprego, aumento da pobreza e desigualdade;
3. O empobrecimento geral e o desemprego afetam principalmente as mulheres que são mais de 70% dos que vivem abaixo da linha da pobreza;
4. Que a crise social associada à cultura machista, concretizada no sistema capitalista, potencializa o aumento da violência que vitima uma mulher a cada 10 minutos no mundo, mata 10 mulheres por dia no Brasil, que um terço das mulheres brasileiras já sofreu algum episódio de violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida;
5. A luta contra o machismo, o racismo, LGBTfobia e qualquer outro tipo de opressão deve ser tomada pelo conjuntos dos trabalhadores e, para isso, devemos educar e coibir a reprodução de ideias e práticas discriminatórias nos espaços da nossa entidade sindical, mas também nas unidades escolares que atuamos.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Apoiar a luta internacional das mulheres como parte da luta da classe trabalhadora;

2. Atuar contra a guerra social às mulheres, negros, LGBTQIAPN+, imigrantes e povos de todo o mundo;
3. Por emprego, salário e moradia digna para as mulheres trabalhadoras;
4. Seguir com as campanhas de combate à violência machista e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
5. Incluir pautas de reivindicações específicas de mulheres na negociação coletiva;
6. Seguir realizando cursos, palestras e atividades sobre o tema, que incluam a participação dos homens, com o objetivo de promover um processo educativo ao conjunto da categoria;
7. Criar a Secretaria de Opressões do Sind-REDE/BH;
8. Ser parte do movimento de luta e seguir com campanhas, de forma intransigente, por uma educação sexual baseada em princípios científicos a partir do conhecimento e da discussão de uma diversidade de aspectos, em especial sobre o corpo e a saúde da mulher;
9. Contra o assédio moral contra mulheres, negros e LGBTQIAPN+ e o assédio sexual, em especial sofrido pelas mulheres;
10. Incluir pautas e datas históricas das lutas das mulheres trabalhadoras no calendário de atividades da entidade;
11. Manter as cotas para mulheres respeitando o mínimo percentual e incorporando as diferentes representações (mulheres negras, LGBTQIAPN+, indígenas) como instrumento de promoção das mulheres, de formação de dirigentes sindicais, como esforço para refletir as políticas das mulheres e para criar identificação das trabalhadoras com sua base;
12. Estimular e incentivar a participação das mulheres como representantes sindicais e na realização de Encontros de Mulheres para deliberar sobre as pautas das mulheres a serem incorporadas nas lutas cotidianas.
13. Seguir na luta contra a Reforma da Previdência na cidade, lutar pela Revogação da Reforma da Previdência de Bolsonaro e avançar na discussão sobre a diminuição da idade para mulheres considerando a dupla e/ou tripla jornada das mulheres trabalhadoras.

Considerando:

1. O aumento do número de refugiados no mundo, em especial em decorrência das guerras, mas também em função da própria lógica capitalista que divide o mundo entre países exploradores e explorados.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Combater a xenofobia e exigir políticas estatais efetivas de inclusão social dos imigrantes, garantindo a estes os direitos humanos e políticas públicas.

Considerando que:

1. O sistema capitalista se aproveita e retroalimenta as diferenças que existem entre os trabalhadores para aprofundar os mecanismos de opressão da classe tratando as diferentes orientações sexuais e identidades como desigualdades para assim superexplorar a classe trabalhadora e rebaixar as condições de vida do conjunto dos trabalhadores;
2. O preconceito divide a classe trabalhadora tornando possível que os capitalistas aumentem a exploração sobre essa classe, ainda mais nos momentos de crise do sistema como o que vivemos;

3. A extrema-direita se arma a partir do uso da fé e da interpretação maliciosa por parte de figuras nefastas como Bolsonaro para legitimar ações de violência contra os trabalhadores LGBTQIAPN+, assim como todo tipo de comportamentos preconceituosos e discriminatórios;
4. Está colocada a árdua tarefa de derrotar a extrema direita já que, apesar da vitória que foi derrotar Bolsonaro nas urnas, não derrotamos esse grupo político que segue se armando e utilizando dos espaços públicos para disseminarem discursos de ódio contra os trabalhadores LGBTQIAPN+.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Ser parte na luta por uma educação pública que fomente as discussões sobre gênero e sexualidade com o objetivo do desenvolvimento da autonomia e da livre expressão de afetos;
2. Ser parte na luta de combate à projetos de cunho conservadores, que tem seu mais conhecido exemplo no patético e inconstitucional Escola sem Partido, que buscam atuar e limitar sobre a liberdade de escolha sexual; a forma como a pessoa se reconhece e identifica assim como;
3. Seguir com as campanhas de combate ao preconceito e à discriminação da comunidade LGBTQIAPN+;
4. Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical, assim como, orientar as trabalhadoras e trabalhadores a serem parte desse combate, na unidade e luta por uma sociedade sem opressão e exploração;
5. Pela criminalização da LGBTfobia: prisão para os crimes de homofobia e patologização, como as “curas gays”;
6. Participar da construção e ser parte atuante do setorial LGBTQIAPN+ da CSP-Conlutas Minas Gerais.

Política Educacional

Política Geral

Considerando

1. O Brasil vive uma crise crônica no sistema educacional, que a universalização do ensino veio acompanhada com as recomendações de organismo internacionais dentro dos marcos da aplicação da política neoliberal;
2. Que os avanços e conquistas que tivemos fruto da luta dos trabalhadores em educação e do conjunto dos movimentos sociais sempre estiveram ameaçadas;
3. Que nas últimas décadas as contra reformas que retiram direitos dos trabalhadores atingiram em muito a qualidade da Educação pública;
4. Que o crescimento da influência da Ultra direita no Brasil, em especial com o governo Bolsonaro se acentuou em quantidade e qualidade os ataques sobre as escolas públicas e os trabalhadores em educação;
5. Que o estado de Minas Gerais e a prefeitura de Belo Horizonte seguem uma cartilha privatista e de esvaziamento das questões educacionais;
6. Que tem crescido a influência e a presença do setor privado na educação pública, inclusive dentro do MEC sob a gestão do governo Lula;

7. Que algumas legislações como o novo ensino médio e a nova BNCC atendem aos interesses privatistas, de redução de custos do mercado e de adequação a um mundo de desregulamentação e desestruturação do trabalho;
8. Que as alterações apresentadas na proposta de alteração do novo ensino médio pelo MEC não mudam a lógica da legislação anterior.

O XIV congresso do Sind-REDE/BH resolve

1. Que o Sind-REDE seja parte do impulsionamento de uma luta coletiva pela reorganização e ampliação do financiamento da educação pública, pela universalização do atendimento público estatal gratuito, laico, autônomo, democrático, inclusivo e de qualidade,
2. Lutar pela revogação total do novo ensino médio;
3. Lutar pela revogação da atual BNCC
4. Lutar uma educação para além da lógica capitalista; educação não é mercadoria.

A) Financiamento

Considerando

1. Que depois de mais de duas décadas até hoje o Brasil não atingiu a aplicação dos 10% do PIB na educação pública e estatal;
2. Que as necessidades e obrigações de atendimento na Educação pública culminou no crescimento do número de estudantes e no tempo destes nas instituições de ensino e que isso não veio acompanhado com o aumento da destinação de recursos financeiros;
3. Que a educação é vítima de sucessivos cortes e contingenciamentos financeiros que geram insegurança e precariedade no atendimento;
4. Que a aprovação do novo Fundeb, sob a batuta de Bolsonaro, foi uma conquista do movimento organizado ao torná-lo uma política permanente e ampliar a contrapartida da federação nas receitas deste Fundo, mas não se resolveu o problema do subfinanciamento uma vez que não houve previsão de aumento geral de verbas e ampliou as possibilidades de destinação destes recursos;
5. Que caracterizamos que há um subfinanciamento da educação agravado pelo mau uso dos recursos por parte dos governantes apoiados pelas câmaras legislativas;

O XIV congresso do Sind-REDE/BH resolve

2. Lutar e impulsionar uma luta coletiva pela para que haja o investimento de pelo menos 10% do PIB já para Escolas públicas estatais;
3. Denunciar e lutar contra as transferências de recursos públicos/estatais para instituições privadas, estadualização de todas as instituições privadas, sem fins lucrativos que utilizam verbas públicas, incluindo Creches conveniadas.
4. Lutar pela ampliação dos recursos da educação, ampliando os percentuais de aplicação das receitas vinculadas à educação para 25% na federação e 30% para estados, municípios e distrito federal;
5. Independente das mudanças constitucionais lutar para que em Belo Horizonte haja o aumento do percentual de aplicação educação destacado no item acima,
6. Lutar contra a ampliação da municipalização da educação;

7. Lutar para garantir o financiamento que atenda às demandas de uma escola de qualidade, com infraestrutura e materialidade adequada, com a implantação das TDIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) na escola, com formação para os professores e pessoal devidamente formado para o atendimento;
8. Lutar pela reformulação dos órgãos de controle e por estabelecimento de punição para o gestor público que não utilizar corretamente as verbas da educação.
9. Lutar pela reestruturação do conselho do Fundeb e da forma de sua prestação de contas aos conselheiros.

B) Privatização da Educação

Considerando

1. O crescente aumento da interferência do setor privado no Ministério da Educação;
2. Que no último período houve uma ampliação exponencial de transferência de recursos públicos da educação para a iniciativa privada por diversas vias jurídicas - isenções de impostos, bolsas e vouchers, PPAs, concessões públicas, terceirizações, contratação de serviços pedagógicos;
3. Que as privatizações além de agravarem o subfinanciamento da educação também interfere de forma decisiva e negativa na educação que é oferecida às crianças nas instituições públicas;
4. Que Zema avança na concepção de privatização das escolas ao entregar a gestão de escolas públicas para a iniciativa privada;
5. Que em Belo Horizonte o número de convênios com instituições privadas das mais diversas naturezas mais que dobrou nos últimos 4 anos.

O XIV congresso do SindRede- BH resolve

1. Que o Sind-REDE será parte efetiva da luta pelo fim das PPPS, concessões públicas na Educação e outras formas de transferência de recursos público para instituições privadas de educação.
2. Ser contra o processo de privatização das escolas públicas estatais, a exemplo do que tem acontecido no Estado de Minas Gerais por meio da realização de parcerias público-privadas que coloca como gestores empresas e em Belo Horizonte com a ampliação dos convênios com as Redes parceiras ao invés de investimento na rede própria de Educação Infantil.
3. ajudar a impulsionar na luta pela saída dos setores privados de espaços privilegiados de comando do MEC;
4. nos somarmos à luta do sindicato das instituições privadas de ensino (SIMPRO) contra a criação de uma agência reguladora de controle das instituições privadas, para que o controle se dê pelas instâncias do próprio Estado

C) Valorização dos trabalhadores em educação

Considerando:

1. A baixa remuneração dos profissionais de educação;
2. A grande a grande discrepância entre a remuneração dos professores com formação de nível superior e a de outros profissionais de nível superior;
3. A recusa dos governos, entre eles o municipal de Belo Horizonte, em garantir o pagamento do piso do magistério, na sua integralidade, conforme a carga horária de trabalho de cada rede;

4. A baixíssima remuneração dos Assistentes Administrativos educacionais e a limitação do plano de carreira;
5. A discrepância salarial entre os Bibliotecários na rede municipal de ensino;
6. A recusa do governo municipal em garantir 1/3 da jornada do professor, sete horas, para realização de seu planejamento sustentado pela Justiça o argumento de que horário de recreio também deve ser computado como tempo de planejamento docente;
7. A ausência de uma legislação federal que estipule um piso para professores com formação em nível superior e para demais profissionais de nível superior;
8. A existência de uma interpretação definitiva do judiciário em relação a possibilidade do pagamento do piso proporcional à jornada, apesar de uma interpretação fiel da lei não ser essa;
9. A existência em todo o país, incluindo Belo Horizonte, de um processo de substituição de docentes por estudantes e/ou monitores, em especial na educação infantil e no contraturno;
10. A existência na ampla maioria de cidades e estados de contratação sem concurso público inclusive de docentes e crescente pressão pela mudança na legislação da cidade para que seja possível realizar contratação de professores via processo seletivo visando economizar com gastos.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Lutar para que haja garantia do pagamento do piso magistério, na sua integralidade, conforme a carga horária de trabalho da rede municipal, respeitando a carreira existente;
2. Seguir luta pela garantia de pelo menos 1/3 da jornada do professor, desconsiderando o recreio, que representaria 7 horas de planejamento, sem substituição;
3. Aprofundar a denúncia e o combate à crescente desprofissionalização da educação em especial na prefeitura de Belo Horizonte promovida pelos governos Kalil/Fuad;
4. Abrir o debate e impulsionar a luta, dentro dos necessários cuidados táticos para que não haja retrocessos para que a lei do piso seja atualizada dentro dos novos desafios colocados com: definição da jornada de 22:30h para o valor do piso, definição de piso salarial para demais trabalhadores em educação não docentes, definição do piso salarial para trabalhadores com ensino superior;
5. Lutar para que todas as recomposições, atualizações dos vencimentos dos docentes na ativa sejam também devidas aos aposentados e estendidas aos demais trabalhadores em educação concursados e terceirizados.
6. Ser parte da luta pela equiparação salarial entre os bibliotecários que atuam na educação.
7. Lutar para que se estabeleça uma política salarial digna para o conjunto dos trabalhadores em educação através da recuperação das perdas históricas da categoria; de forma que os professores possam trabalhar em apenas uma jornada diária; e que haja a redução da jornada de trabalho dos não docentes.

D) Carreira

Em maior ou menor grau, sofremos ataques de todos os governos que passaram pela PBH. Este último, gestão Kalil/Fuad, que teve início em 2016, veio com a promessa de campanha na educação de ampliar o atendimento para as crianças na educação infantil na rede e ter uma política de tratar os professores e professoras com carinho. Mas não foi bem isso o que aconteceu, pois nestes quase dois mandatos a política aplicada na rede contou com ações de desmonte da carreira.

É importante destacar que todas as conquistas em relação a carreira da educação na rede municipal foram fruto de muita luta e mobilização das(os) professoras(es).

As mudanças na carreira vêm acompanhadas por uma política que não garante o reajuste aos aposentados da educação na rede. Exemplo foi o reajuste de 2022, no qual os aposentados não foram contemplados, uma vez que parte do reajuste se deu por meio de duas progressões na carreira.

Assistimos durante o governo Kalil e Fuad um total descaso com aposentadas(os) da educação da rede, gerando a necessidade de uma reorganização e retomada da luta por salário e defesa da carreira. Dentre seus ataques, o PSS foi barrado com a organização e resistência da categoria que impediu esse retrocesso.

Considerando que:

1. No último período vivenciamos um ataque às carreiras construídas, por meio da luta dos trabalhadores em educação;
2. As mudanças na legislação previdenciária, caso não sejam revogadas, colocam uma contradição importante entre o fim da integralidade e o modelo de carreira construído por nós;
3. Vivemos em uma conjuntura desfavorável para que haja mudanças progressivas na nossa estrutura de carreira;
4. A carreira dos trabalhadores em educação não docentes está em desvantagem em relação aos professores;
5. Que apesar do grande avanço em relação à luta pela equiparação na carreira da educação o aumento dos níveis ao final da carreira do ensino fundamental não se deu para a educação infantil;
6. Os trabalhadores terceirizados não possuem uma carreira.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Ter como centro da nossa luta neste tema a proteção da carreira existente;
2. Fortalecer a luta para que haja uma recomposição dos salários dos aposentados que contemple as diferenças geradas pelos reenquadramentos na carreira, tanto da Educação Infantil quanto o do Ensino Fundamental;
3. Pela reformulação da carreira dos Assistentes Administrativos Educacionais, dos Bibliotecários Escolares e Pedagogos, de acordo com reivindicações elaboradas em fóruns próprios e aprovadas em assembleia geral da categoria;
4. Que haja construção de uma proposta de carreira para os trabalhadores terceirizados (atual MGS e Caixas Escolares) que contemple tempo de serviço e escolaridade e formação dentro da especificidade da função de cada um, sem prejuízo à luta pelo fim da terceirização;
5. Lutar para que haja a finalização da equiparação da carreira da educação infantil;
6. Que a diretoria do Sind-REDE/BH irá promover até o próximo congresso seminários de estudos sobre o tema pra fins de construção de uma proposta de carreira.

E) Organização política da Educação Infantil

Esta tese, apresentada no congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH), visa refletir sobre as atuais práticas adotadas pelo governo Fuad, e propõe novas diretrizes para a organização da etapa da Educação Infantil para o município de Belo Horizonte.

O Estado é o responsável em garantir a etapa da educação infantil pública e de qualidade, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças pequenas, proporcionando a base para um aprendizado bem-sucedido ao longo de suas vidas. Portanto, o Estado tem a obrigação de assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação infantil de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso não apenas promove a equidade, mas também fortalece a base para a educação ao longo da vida e contribui para o desenvolvimento de cidadãos informados e participativos.

A implementação de um concurso único para professores municipal, juntamente com a educação infantil, é uma medida que promove a padronização da qualidade do ensino e a equidade na seleção de profissionais. Essa abordagem garante que todos os professores que atuam em diferentes níveis de ensino compartilhem uma base sólida de conhecimentos e competências, contribuindo para uma educação mais consistente e eficaz ao longo de todo o percurso educacional das crianças. Além disso, um concurso único elimina a segmentação entre essas etapas e promove uma colaboração mais estreita entre os educadores, permitindo uma transição mais suave para os alunos. Isso cria um ambiente de aprendizado mais integrado e coeso, beneficiando tanto os educadores quanto os estudantes, contribuindo para uma educação de qualidade. O próximo passo para que se concretize a isonomia das carreiras é a possibilidade do professor transitar entre os ciclos, fato que já ocorre entre os 1º e 2º ciclos quando há a demanda, essa possibilidade ajudaria a solucionar também os graves problemas de quadro que ocorrem hoje com a falta de professores nas escolas.

Outra questão relevante é a ampliação do atendimento das crianças na rede própria de educação infantil e o retorno dos berçários. São estratégias essenciais para otimizar os gastos públicos e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do ensino. Ao investir em ampliar a capacidade de atendimento nas instituições públicas, o Estado pode garantir que mais crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, reduzindo a demanda por instituições privadas ou informais, muitas vezes mais dispendiosas para as famílias. Além disso, com uma maior oferta na rede pública, é possível investir em infraestrutura, materiais educativos e formação dos professores, o que, por sua vez, eleva a qualidade do ensino. Dessa forma, a ampliação do atendimento na rede pública não apenas representa um uso eficiente dos recursos públicos, mas também contribui para uma educação infantil mais inclusiva.

A garantia do atendimento realizado por professores em todo o horário de atendimento dos alunos na educação infantil é um pilar fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. A presença constante e ativa dos professores durante as horas de atendimento proporciona um ambiente de aprendizado mais seguro, acolhedor e enriquecedor. Isso permite que os professores estejam disponíveis para estimular a curiosidade, responder às necessidades individuais das crianças e criar laços de confiança, essenciais para o seu desenvolvimento socioemocional. Assim, a supervisão contínua promove um ambiente de aprendizado mais eficaz, onde as crianças podem explorar, experimentar e interagir sob a orientação e apoio constantes dos educadores. A garantia desse acompanhamento integral reforça a importância do compromisso com a educação infantil.

A diminuição da razão professor-aluno é uma medida crucial para aprimorar a qualidade do trabalho educacional na educação infantil. Com um menor número de alunos por professor, a atenção individualizada pode ser mais facilmente proporcionada, permitindo uma abordagem mais personalizada de ensino, que atende às necessidades específicas de cada criança. Isso cria um ambiente de aprendizado mais eficiente, no qual os educadores podem dedicar mais tempo para estabelecer conexões significativas com os alunos, identificar áreas de melhoria e desenvolver estratégias de ensino que promovam o progresso sócio emocional de forma mais eficaz. Além disso, a redução da razão professor-aluno contribui para um ambiente de sala de aula mais tranquilo e propício à aprendizagem, reduzindo distrações e aumentando o envolvimento dos alunos. Em última análise, essa abordagem não apenas beneficia as crianças, mas também fortalece o trabalho dos professores, resultando em uma educação infantil de qualidade superior.

A retirada dos professores de lotados em horário intermediário na prefeitura foi realizada para garantir o cumprimento das orientações sanitárias estabelecidas em 2021 no atendimento durante a pandemia. Essas mudanças foram implementadas com um caráter provisório, os servidores transferidos de turno poderiam retornar ao horário original de lotação quando a normalidade de atendimento fosse estabelecida, o que não ocorreu nossa proposta é restabelecer a oferta desse turno de atendimento retirando a atuação de monitores e estagiários que hoje cumprem esse papel.

Diante do exposto, o XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Concurso único para professores municipais e professores para a educação infantil;
2. Ampliação do atendimento das crianças na rede própria de educação infantil e retorno dos berçários nas EMEIs;
3. Atendimento em horário integral para todas as crianças da Educação infantil de 0 a 5 anos;
4. Garantia do atendimento realizado por professores em todo o horário de atendimento dos alunos na educação infantil, com retorno da lotação no horário intermediário;
5. A diminuição da razão professor-aluno.

F) Política de Inclusão da RMBH

Considerando:

1. A Política Inclusiva implementada pela PBH na Rede mostra-se precária, tanto para a docência comum, como para a própria Educação Especial, restringindo a mediação pedagógica para o estudante com deficiência o acompanhamento do auxiliar de apoio terceirizado e desvalorizado, com a função básica de suporte nas atividades pedagógicas diárias e o cuidado em sala de aula;
2. A precariedade de uma política específica para atender as demanda dos trabalhadores com deficiência por parte da PBH;
3. A ausência de uma política intersetorial de acompanhamento dos estudantes com deficiência da Rede Municipal.

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Defesa de termos professor de Educação Especial na classe comum para garantir apoio pedagógico especializado ao alunado da rede pública municipal. Garantia de respaldo aos professores para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva;
2. Número reduzido de alunos em sala em que houver alunos de inclusão;
3. A garantia de acessibilidade a todos os trabalhadores com deficiência da rede;

4. As escolas em tempo integral cumprem hoje o papel social de cuidado de jovens que não estão mais na idade escolar, a cidade não oferece a esses jovens nenhuma outra forma de atendimento, por isso defendemos a manutenção das escolas ainda existentes;
5. Lutar por uma política de intersetorialidade que faça o atendimento da saúde física, motora e psicológica, além do atendimento social das crianças e adolescentes com deficiências, das suas famílias e das demais crianças que possam necessitar nas escolas.

G) Terceirização em BH

A terceirização na educação em Belo Horizonte é um fenômeno que vem se intensificando nos últimos anos, trazendo consequências para o ensino, nas condições de trabalho dos profissionais da educação e aos direitos dos estudantes. A terceirização na educação consiste na contratação de empresas privadas para prestar serviços educacionais, como auxiliar alunos e Professores, atividades correlatas a alimentação, limpeza, segurança, informática, entre outros. Essa prática é implementada utilizando o discurso de reduzir os custos e aumentar a eficiência da gestão escolar, contudo o que se observa são situações que comprometem a autonomia pedagógica, a participação democrática e a responsabilidade social das instituições de ensino. Aqui entendemos como terceirização tanto o atendimento pela MGS, quanto a contratação pela Caixa escolar.

Algumas das consequências negativas da terceirização na educação em Belo Horizonte são:

- A precarização e sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação, que sofrem com baixos salários, falta de estabilidade, e desvalorização profissional.
- A perda de qualidade do ensino, que pode ser afetada pela falta de integração entre os serviços terceirizados e o projeto pedagógico da escola, pela falta de controle e fiscalização sobre os serviços prestados e pela falta de investimento em infraestrutura e recursos didáticos.
- A violação dos direitos dos estudantes, de receber um ensino de qualidade, com profissionais qualificados e sabedores de seus afazeres, de ter acesso uma alimentação adequada, de ter um ambiente limpo e saudável e de ter uma educação inclusiva e democrática.

Diante desse cenário, é necessário buscar propostas para enfrentar o avanço da terceirização na educação em Belo Horizonte. Algumas das propostas que podem ser consideradas são:

1. Cobrar do Município que assuma o seu papel como responsável pela garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, realizando Concurso Público para as todas as funções desempenhadas nas escolas Municipais de Belo Horizonte.
2. Que todos trabalhadores que hoje trabalham na Escolas Municipais de Belo Horizonte e constroem a Educação realizando atividades nas funções de Auxiliar de Apoio ao Educando, Artífice, Cantineira, Mecanógrafas, Porteiros e Vigias, Instrutor de Informática, Monitor de Informática PEI, Monitor de Oficina PEI, Monitor de Apoio à Gestão Escolar, Monitor da escola integrada, ao realizarem Concurso Público para as suas funções na Educação, tenham a sua experiência, a sua aptidão para o cargo, computadas como pontuação.
3. Que nenhum trabalhador seja demitido de suas funções ao não serem aprovados em concurso, que continuem a atuar durante a transição.
4. Promover a participação social na gestão escolar, envolvendo os trabalhadores da educação que hoje se encontram terceirizados, no acompanhamento e na avaliação do projeto pedagógico da escola.

5. Combater a precarização do trabalho terceirizado, exigindo da PBH, os mesmos direitos e benefícios dos trabalhadores já efetivos, assim como condições dignas de trabalho e melhores salários, até a abertura dos Concursos Públicos para todas as funções
6. Fiscalizar e controlar os serviços terceirizados na educação, exigindo o cumprimento dos contratos firmados entre as empresas privadas e o poder público, bem como o respeito às normas legais e aos padrões de qualidade, enquanto a terceirização permanecer.
7. Que o congresso reafirme a decisão votada em assembleia de filiados garantindo a liberação com ônus para a entidade de terceirizados.
8. Essas são apenas algumas das propostas que podem ser utilizadas para enfrentar o avanço da terceirização na educação em Belo Horizonte. É importante lembrar que a terceirização na educação é um problema complexo e multifacetado, que exige um debate amplo e democrático entre todos os envolvidos no processo educacional.

H) Política específica para secretaria e biblioteca

Considerando:

1. A necessidade de garantir o funcionamento das bibliotecas e secretaria com profissionais responsáveis nos horários que possam atender a comunidade escolar;
2. A necessidade de valorização e de não discriminação dos Assistentes Administrativos Educacionais;

O XIV Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

1. Exigir a imediata abertura de concurso para estes profissionais;
2. reforçar a cobrança da reabertura de escolha de carga horária para os AAEs (30h para 40h e de 40 para 30h);
3. intensificar a luta pela garantia que os AAEs e bibliotecárias possam vender ou gozar as férias prêmio, com garantia de profissionais para substituí-los nas escolas;
4. exigir a garantia da presença das bibliotecárias em cada escola

I -Escola Integral

Considerando

1. Que o cuidado e atendimento escolar das crianças em tempo integral é uma necessidade, tanto sobre o ponto do direito da criança e adolescente como ainda é uma reivindicação importante para a liberação da mulher.
2. Que a escola é um espaço também de cuidado, mas o mesmo deve estar submetido ao aprendizagem escolar;
3. Que a integralidade da criança e adolescente na escola não deve ser entendido como o único espaço oferecido pelo Estado para o cuidado dos mesmos;
4. Que o tempo da criança e adolescente na escola deve ser diretamente executado por profissionais docentes concursados;
5. A parceria e interação cultural e social da escola com a comunidade deve ser valorizada pelas escolas, sem no entanto representar a substituição dos profissionais;

6. Que existe hoje uma realidade de trabalhadores em contratos precarizados, exercendo as funções de atendimento integral nas escolas municipais e que os mesmos precisam ser respeitados e valorizados;
7. Que a integralidade pode e deve ser combinada, quando for de desejo do estudante com uma formação técnica ou profissionalizante, em especial no ensino médio,
8. Que a coabitação de dois coletivos de estudantes sem espaço suficiente para os mesmos prejudica a execução do “horário regular e do horário da integrada (terminologia usada em BH);
9. Que a formação em tempo integral oferecida tanto pela prefeitura e pelo estado no projeto estadual do ensino médio não atende nenhum dos considerandos levantados acima.

O XIV congresso do Sind-REDE resolve

1. Lutar para avançar da Escola Integrada para a escola em Tempo Integral, com profissionais devidamente habilitados e concursados e com diversidade curricular na educação infantil e ensino fundamental;
2. ser parte da luta para a implantação de um projeto de formação técnica e profissional dos estudantes do ensino médio do estado que lhes dê possibilidades de oportunidades e que não seja a formação precarizada que hoje é oferecida, com professores qualificados, licenciados e concursados;
3. ser parte da luta para que os estudantes que necessitam trabalhar devem receber uma bolsa para que se mantenham na escola;
4. lutar para que haja espaços adequados para o atendimento em tempo integral, com fiscalização das obras por parte de um grupo formado por trabalhadores e membros das comunidades escolares;
5. lutar pela implementação da escola integral nas escolas onde houve redução de turmas e não fluxo de estudantes para as mesmas;
6. lutar para que haja um processo de transição e que os atuais trabalhadores da escola integrada possam continuar no trabalho apoiando as atividades existentes.

J – Gestão Democrática/Condições de Trabalho

Considerando

1. Que há um controle e gerenciamento externo por parte da gestão do Estado que impede que haja dificuldade e restringe as possibilidades democráticas na escola nas escolas;
2. Que a imposição curricular da BNCC dificulta a existência de um currículo democrático nas escolas;
3. Que a garantia da gestão democrática representa um conjunto de medidas, que representa democratização do espaço escolar para a participação do conjunto da comunidade escolar;
4. Que a eleição para direção e a existência do colegiado escolar são medidas importantes mas que por se só não garantem a gestão democrática;
5. Que em Minas Gerais nas escolas estaduais há uma exigência de certificação para exercer o cargo de direção;
6. Que embora tenhamos conseguido em Belo Horizonte conquistas importantes no que tange a impedir a permanência da mesma dupla de direção na gestão por vários mandatos, ainda há uma

rotatividade em muitas escolas, entre direção, vice e coordenações, mantendo uma estrutura de poder;

7. Que para construirmos um espaço democrático nas escolas é fundamental os momentos de encontros coletivos dos docentes e do conjunto dos trabalhadores em educação;
8. Que a comunidade escolar precisa se apropriar das dificuldades pelas quais a escola passa, e das propostas construídas pelas escolas e das imposições do Estado;
9. Que a extrema direita vem tentando estabelecer um movimento de “controle das escolas” bastante antidemocrático
10. Que embora a violência no interior das escolas sempre tenha existido e são reflexo da violência na sociedade; houve no último período um aumento dos episódios direcionados ao espaço escolar;
11. Que a luta por condições de trabalho sempre foi parte fundamental de nossa organização;
12. Que há uma banalização dessas reivindicações com a compra indiscriminada de materiais , equipamentos para escolas, e realização de obras sem nenhum debate com a comunidade escolar;
13. Que a discussão de condições de trabalho passa por valorização, tempo, e da relação número de estudantes por profissional (professor e outros como o apoio educando, no caso de BH).

O XIV congresso do SindRede-BH resolve

1. Implementar uma luta pelo fim dos modelos gerenciais de organização escolar e dos mecanismos de controle, contra a meritocracia e as avaliações externas;
2. Manter a luta pela garantia do tempo coletivo para reunião pedagógica dentro da jornada de trabalho de 8 horas mensais; com possibilidade de participação de todos os trabalhadores em educação.
3. Manter a luta pela redução do número de estudantes em sala de aula e ampliação do quadro de profissionais para as escolas;
4. Propor a realização de uma conferência de educação no município de Belo Horizonte, ampla, democrática e deliberativa organizada pela representação e dos trabalhadores e por representantes da comunidade escolar e com garantia logística e estrutural da secretaria municipal de educação;
5. Abrir um processo de debate nas escolas sobre mecanismos de fortalecimento do colegiado escolar e assembleias escolares;
6. Exigir da secretaria de educação que colegiados e assembleias escolares sejam espaços autônomos de decisão;
7. Lutar e estabelecer debate com a categoria e comunidade para construção de uma nova concepção de escola que possa se contrapor ao avanço do capital sobre o saber que produzimos. Por uma escola sem mordada, que seja inclusiva e democrática;
8. Ampliar os debates para geração de estratégia contra o assédio moral, com a construção de um protocolo a ser seguido.
9. Exigir a descentralização das compras por parte da smed, manter as denunciar o mal uso das verbas com a compra de equipamentos, materiais e obras sem planejamento dentro das escolas.

Política de Inclusão da RMBH

É urgente a necessidade de debatermos sobre a Política de Educação Inclusiva adotada na nossa Rede como trabalhadores em educação concursados e terceirizados, assim como a precarização do serviço educacional ofertado aos estudantes com deficiência, deliberando encaminhamentos de enfrentamento, alternativas e pautas de reivindicação.

Política neoliberal e a Educação Inclusiva

De acordo com Bezerra³, é necessário ter uma leitura crítica acerca do ideário inclusivista em educação, hegemônico nas últimas décadas, a fim de compreender seus delineamentos político - ideológicos em uma base material capitalista. Forjado no bojo das reformas neoliberais, empreendidas no fim do século XX pelo capital em crise, com desdobramentos atuais no século XXI, tal ideário vem sendo disseminado de forma ostensiva na educação brasileira, particularmente no caso da inclusão escolar de pessoas com deficiência”.

Importantes marcos desse processo são a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e a Estrutura de Ação em Educação especial (1994), delimitando metas de ordenamento político - jurídico e ideológico traçado pelos organismos internacionais. Em destaque citamos o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) seguido pelo Brasil como Estado signatário. As contradições do capital revelam-se na implementação de uma Educação Inclusiva por um lado pautada em estratégias de autopreservação com a lógica de incluir para baratear os custos dos sistemas educacionais na visão empresarial da educação como serviço/ mercadoria e sob a justificativa ideológica da pedagogia centrada na criança e nas diferenças, por outro lado avançarmos na superação do ensino especial em espaços segregativos e com práticas educacionais e sociais mais humanizadoras.

Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na nossa Rede e suas contradições

Desde 2008 a Rede pauta-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) considerando seu público-alvo estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (PAEE). A Educação Especial consiste basicamente no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado ao PAEE em regime de contraturno em Salas de Recursos Multifuncionais (Salas de AEE), por professores especializados. Disponibiliza instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como auxiliares de apoio aos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Possui três Escolas de Ensino Especial que atende exclusivamente 430 matrículas de estudantes com deficiências e TEA (dados de 2018). De acordo com os dados obtidos da SMED recentemente, nas 323 unidades escolares temos 7754 estudantes com

³ Bezerra, Giovani Ferreira: Neoliberalismo e formulações pedagógicas recentes: o ideário inclusivista em educação.

deficiência matriculados, 2844 no PEI, 2831 apoios ao educando, por volta de 74 de Salas de AEE e 100 professores de AEE que teoricamente devem atender 24 estudantes (total de 2400).

A PNEEPEI preza por valorizar as diferenças no processo educativo, o professor planejar com foco na equidade, uso de métodos diversificados e ações pedagógicas efetivas que atendam às especificidades de cada um, com garantia de acessibilidade e que assegurem o acesso, permanência e a aprendizagem do estudante com deficiência.

No entanto, este ideário inclusivista na concretude das escolas e dos dados acima, revelam uma crescente precarização na escolarização de todos os estudantes com ou sem deficiência: salas com um número cada vez maior de alunos com e sem deficiência; professor como operário de ensino multifuncional e único responsável pela aprendizagem de todos os alunos independente das condições de desenvolvimento, das aprendizagens consolidadas, da saúde mental e comportamento, das necessidades de acessibilidade dos mesmos, abstraídos da suas condições de trabalho e capacitação; auxiliares de apoio ao educando terceirizados, indispensáveis para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência nas escolas, desvalorizados nas condições de trabalho, sem capacitação e com acúmulo de atribuições, preenchendo lacunas em sala de aula do apoio pedagógico especializado e barateando o sistema de inclusão; professores do AEE de Educação Especial (menos de 1% do professorado) à margem de um apoio efetivo na escolarização do seu público alvo e invisibilizados na Rede, atuando extraclasse em Salas de AEE com uma adesão ao “serviço” inferior a 1/3 do seu público alvo, presentes em menos de 1/5 das unidades escolares.

Importante ressaltarmos que a política inclusiva tem financiamento federal e municipal específico e montantes significativos foram terceirizados em obras de revitalização das Salas de AEE e consolidação de 27 Parques Multi sensorial 6D, em curso.

Também destacamos que as direções escolares recentemente foram comunicadas pela Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-Racial (DEID) da implementação do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) na Rede em função da exigência de familiares e demanda escolar; assim como a parceria com o Laboratório de Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão (LaPPEEI / UFMG) para implantar o PAR- Digital em 2024 visando auxiliar o professor no planejamento, criação de estratégias e verificação das aprendizagens dos estudantes com deficiência. Ambos instrumentos são dirigidos basicamente aos professores regentes, exacerbando suas atribuições sem previamente ter sido debatido com os mesmos.

Urgência debatermos qual política de inclusão reivindicamos

Diante das exposições acima e de imperar uma gestão de inclusão impositiva e nos moldes de gestão empresarial, como entidade sindical classista e democrática, é urgente debatermos qual política de inclusão defendemos em prol de uma escola pública, gratuita, laica, acessível e de qualidade para todos. Contextualizarmos a nossa Rede em relação à política inclusiva adotada em outras redes estaduais e municipais como a Minas Gerais, São Paulo entre outras. E solicitarmos um estudo mais aprofundado sobre as fontes de orçamento, financiamento, critérios e transparência de gastos específicos da Educação Especial e da Educação Inclusiva da nossa Rede.

CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO DE PROFESSORAS E PROFESSORES APOSENTADOS DO SIND-REDE/BH PARA O XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

A perda de direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora é um fenômeno mundial e se intensificou nos últimos anos. Sobram exemplos para ilustrar essa triste realidade. Este texto, porém, se detém no ataque ao direito de aposentados/as, aqueles/as que contribuíram por tantos anos, na esperança de viver o envelhecimento com segurança financeira e dignidade.

No Brasil, o cálculo do benefício para aposentadoria é bastante desfavorável para trabalhadoras/es. Acrescentando a isso reajustes anuais que não acompanham o custo de vida, retirada de direitos como a paridade e a integralidade dos benefícios de servidores públicos e cobrança de contribuição previdenciária, tem-se um triste quadro de achatamento dos benefícios de aposentadas/os e pensionistas.

Na Rede Municipal de Belo Horizonte, os ataques a professoras/es aposentadas/os têm sido sistemáticos ao longo dos anos e alcançaram seu auge com a administração de Fuad Noman. Em 2022, o prefeito manobrou os níveis da carreira para burlar o direito constitucional à paridade e concedeu abono, via verba do FUNDEB, que, por não se incorporar ao salário, excluiu o segmento. Em 2023, Fuad se negou a discutir a reivindicação de acompanhar o índice de 15% de reajuste do Piso Nacional do Magistério, concedendo apenas o percentual de 5,93% de aumento que sequer cobre perdas inflacionárias. A atual gestão da PBH retira direitos, invisibiliza inativos e desconsidera a carreira que esse segmento construiu quando em atividade. A política praticada cria um contexto tão desfavorável para aposentadas/os que impele o segmento à organização e à constante mobilização.

O Coletivo de Professoras e Professores Aposentados do Sind-REDE/BH, embora não seja a primeira forma organizativa de aposentadas/os da Rede em defesa de direitos, tem mobilizado o segmento, organicamente, dentro da entidade sindical, como ocorre com os setores da Educação Infantil, dos Terceirizados e das Pessoas com Deficiência. Além do reconhecimento da importância dos sindicatos, também tem apontado como fundamental a articulação do Sind-REDE/BH com campanhas nacionais e reivindicado filiação à CNTE para acrescentar à luta.

Esse Coletivo é aberto à participação de qualquer professor/a aposentado/a da Rede e mantém plenárias mensais para atualização da conjuntura, análise de demandas, definição de estratégias e encaminhamentos de propostas. Seus membros têm variados perfis, engajados ou não nas diferentes forças políticas existentes no contexto sindical. Três membros da diretoria atuam juntamente com o Coletivo para favorecer a interlocução do segmento com toda a estrutura sindical, com a PBH e com demais entidades.

Professoras/es atualmente aposentados estiveram presentes na construção das políticas educacionais para a RMEBH e do próprio Sind-REDE/BH, percorrendo um caminho de, no mínimo, 25 anos no chão da escola. Desse lugar, defenderam pautas fundamentais à construção de uma educação pública de qualidade, compreenderam as lições de Paulo Freire de que é possível mudar a ordem das coisas, que esse caminho é a educação, que a intervenção crítica dos sujeitos permite reconstrução do novo e que a esperança deve ser assumida como compromisso político.

Hoje, essas/es professoras/es falam de outro lugar, continuam aderindo às pautas que contribuem para a sociedade, adicionando à luta as especificidades da nova fase da vida. Lutam para que o seu papel na

construção da educação da cidade seja reconhecido e que esse reconhecimento se demonstre no respeito à carreira construída e na manutenção de direitos conquistados. Nessa luta contra retrocessos, por dignidade e por nenhum direito a menos, o segmento persiste no lema “*Da luta ninguém se aposenta!*”. A única forma para isso é ocupar os espaços de decisão, debater ideias, combater aqueles que querem a invisibilidade de trabalhadoras/es que se aposentam, compartilhar com as gerações atuais e futuras de professoras/es da Rede a história das lutas travadas para conquistar os direitos usufruídos pela categoria atualmente e alertar para a necessidade de mantê-los e de conquistar novos.

Resoluções propostas:

- 1) Lutar pelo pagamento integral do Piso do Magistério no nível inicial da carreira, reforçando que o direito repercute no segmento de aposentadas/os.
- 2) Exigir que a recomposição salarial se dê conforme previsto na Lei do Piso, em janeiro de cada ano, no nível inicial da carreira, com efeito em todos os níveis subsequentes, para ativa e aposentadas/os.
- 3) Exigir o respeito à regra constitucional da paridade que garante ao servidor inativo toda e qualquer vantagem dada ao ativo quando da reestruturação da carreira, considerados os critérios de títulos e de tempo de serviço avaliados até o ato de aposentadoria.
- 4) Realizar estudo para obter os índices da defasagem salarial entre ativos e inativos a partir da promulgação da Lei 11.381/22. Monitorar esses índices e usá-los para reivindicar recomposição das perdas sofridas por aposentadas/os a cada campanha salarial.
- 5) Lutar pela revogação do Artigo 149, parágrafo 1º- A da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional 103/19, que possibilita o confisco de aposentadorias.
- 6) Discutir as mudanças necessárias no estatuto do Sind-REDE/BH a fim de formalizar a participação de aposentadas/os na dinâmica sindical.
- 7) Cobrar da diretoria mobilizar o segmento, convocá-lo amplamente a participar de fóruns de discussão e decisão e favorecer o diálogo permanente com a ativa.
- 8) Defender os direitos conquistados e não aceitar ataques contra a carreira, continuando a luta jurídica e política contra o tratamento diferenciado entre ativos e inativos com direito à paridade.
- 9) Manter diálogo permanente com (e, eventualmente, associar-se a) entidades representativas da Educação, em geral, e dos aposentadas/os, em particular.
- 10) Filiar-se à CNTE para ampliar, em nível nacional, a defesa de direitos de aposentadas/os e assim acompanhar a legislação proposta para o segmento na esfera federal, a qual pode repercutir nas esferas estadual e municipal.
- 11) Formular Política Cultural voltada para os/as servidores/as aposentados/as, em diálogo com a Fundação Municipal de Cultura, facilitando o acesso desse setor aos diversos equipamentos públicos e aos bens culturais da cidade.
- 12) Cobrar da PBH melhoria no atendimento a aposentadas/os pelo setor de Recursos Humanos tanto no formato presencial quanto *on-line*, promovendo, nesse último caso, política de inclusão digital.
- 13) Formalizar o Coletivo de Professoras e Professores Aposentados, junto à estrutura do Sind-REDE/BH, inclusive com previsão estatutária e incorporação como coletivo do segmento na estrutura sindical.
- 14) Adotar o 24 de janeiro, Dia do Aposentado e da Aposentada, como um dia de manifestação e defesa dos direitos do segmento com atos e atividades por **nenhum direito a menos** de todas/os aposentadas/os do Brasil.

- 15) Incorporar à luta do segmento por direitos e benefícios dignos, bandeiras nacionais e internacionais em defesa da democracia, dos direitos humanos, do princípio da autodeterminação dos povos, de enfrentamento da crise climática, de combate às desigualdades sociais e às opressões, como racismo, machismo, capacitismo, idadeísmo e LGBTfobia, por um mundo mais justo, solidário e inclusivo.

Belo Horizonte, novembro, 2023

CONTRIBUIÇÃO DOS AAES – ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS AO CONGRESSO DA XIV REDE PAULO FREIRE

O cargo de Assistente Administrativo Educacional foi criado pela Portaria 305/2018, que unificou os antigos cargos de Auxiliares de Secretaria e Auxiliares de Biblioteca. Nesses setores, havia um número considerável de auxiliares para atender à demanda do serviço, e tínhamos direito, como o de receber férias-prêmio em espécie. Os AAEs, abreviatura do atual cargo, vivem uma luta constante pela valorização e condições de trabalho dignas, pois os servidores deste cargo sofrem com a precarização do trabalho desde a criação desta Portaria, que diminuiu de forma exacerbada o quantitativo de servidores deste cargo, haja vista que, antes dela, tínhamos um quantitativo de assistentes maior. Esses servidores estão sobrecarregados, não tendo ninguém que os substitua quando estão licenciados ou de férias. Com isso, eles se veem com seu direito de gozar férias-prêmio negado, o adoecimento por estresse e o número de exonerações aumentado significativamente. Os Assistentes Administrativos Educacionais têm seus direitos negados no que tange à sua vida e seu desempenho como trabalhador. A luta desta classe se resume em:

- Revisar a Portaria 305/2018, no que se refere ao quantitativo de AAEs nas escolas, levando em consideração não só o quantitativo de alunos nas escolas, mas também a demanda de cada setor onde atuam esses servidores, a quantidade de turnos que cada escola possui e o grau de dificuldade de cada escola, fazendo com que haja sempre um trabalhador nos setores onde os AAEs atuam quando há férias ou licenças dos colegas;
- Treinamento para esses servidores, para que possam realmente atuar nos diversos setores, com especificações claras sobre as suas atribuições, para que não fiquemos nas mãos de direções autoritárias;
- O direito de gozo e venda de férias-prêmio, haja vista que sempre o tivemos e nos foi tirado e sabendo da importância disso para que o assistente possa ter maior qualidade de vida e melhor desempenho no trabalho;
- Plano de carreira horizontal e vertical que aumente as possibilidades de ascensão desses servidores e os incentivem a permanecer nestes cargos e se aperfeiçoarem. Sabemos que hoje os AAEs podem chegar no máximo até o nível 15. Vários destes servidores quando o atinge ficam estagnados e desmotivados, aumentando a chance de se exonerarem.
- Concurso público com vagas suficientes para que preencham as lacunas deixadas pela baixa no quantitativo de AAEs;
- Não à privatização do cargo de AAEs, pois este cargo é composto por pessoas que se empenharam em fazer e passar em concurso público e se capacitaram para isso, e é um cargo de suma importância e responsabilidade para as escolas, haja vista que lidamos com a comunidade escolar, alunos, professores e com documentos oficiais e confidenciais.

CONTRIBUIÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS AO XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

Histórico da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Belo Horizonte (RMBE)

Em 1997, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) deu início ao Programa de bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), com o intuito de fomentar o hábito da leitura e estimular e promover a integração da biblioteca com a sala de aula. Até então, a maioria das bibliotecas encontrava-se em estado de abandono, totalmente desassociadas da proposta político-pedagógica da escola. Durante anos, através do trabalho árduo e qualificado dos bibliotecários escolares da Rede e também dos auxiliares de biblioteca, as Bibliotecas Escolares Municipais de BH se tornaram referência nacional, recebendo diversas indicações e premiações nacionais e internacionais por sua qualidade. Desde então, o uso das bibliotecas cresceu e avançou como espaço privilegiado de incentivo e formação de leitores.

Apesar do trabalho de excelência que vinha sendo desenvolvido, nos últimos anos vimos acontecer o sucateamento das bibliotecas escolares, com a retirada dos bibliotecários das escolas e com a “extinção” do cargo de Auxiliar de Biblioteca. Os investimentos em acervo pararam de acontecer, o controle de empréstimo de materiais se perdeu por falta de servidor atuante no setor e muitos acervos foram encaixotados e bibliotecas fechadas. Hoje, para aplacar a pressão exercida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia, que cobrava o pleno funcionamento das bibliotecas escolares da Rede e ameaçava a PBH com multas, a SMED promoveu o retorno dos bibliotecários às escolas de forma abrupta, sem diálogo com a classe e, em muitas escolas, sem as mínimas condições para exercer um bom trabalho. Há bibliotecas sem computador para trabalho adequado, em muitas faltam servidores e em algumas falta até mesmo cadeira adequada para se sentar.

Política de Precarização contra os bibliotecários da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

Em 2018 houve a aprovação da LEI Nº 11.132, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018, que criou o cargo público de provimento efetivo de Bibliotecário Escolar, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e que integra o quadro de cargos de provimento efetivo da área da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Porém, o cargo de Bibliotecário Escolar foi dividido em classes, sendo elas: Pleno e Sênior. Atualmente o cargo de Bibliotecário Escolar Pleno é o cargo de nível superior com carga horária de 40 horas semanais que ganha **o menor salário em toda Prefeitura de Belo Horizonte**, conforme a LEI Nº 11.539, DE 5 DE JULHO DE 2023. A diferença salarial de um Bibliotecário Escolar Pleno para um Bibliotecário Escolar Sênior no mesmo nível de suas respectivas carreiras e com a mesma carga horária (40 horas semanais) é de 40% (R\$2.235,26). Tal diferença é extremamente desproporcional e não deveria existir, uma vez que os Bibliotecários de ambos os cargos exercem as mesmas tarefas, possuem a mesma formação e possuem as mesmas competências. É importante ressaltar que a mudança de carreira de Pleno para Sênior não é automática e é praticamente impossível de ser alcançada, sendo condicionada ao interesse da Administração, além de possuir quantidade insuficiente de vagas para atender a todos os Bibliotecários Plenos, mesmo que atendam a todos os critérios exigidos. A redução do salário do Bibliotecário Escolar Pleno aconteceu após a criação de 380 vagas para Bibliotecário

Escolar, com a justificativa de que haveria um bibliotecário por escola e que seria necessária a redução do salário para que a Administração pudesse arcar com as remunerações/despesas mas, no entanto, não foi o que ocorreu. No ano de 2023, houve a nomeação de 34 bibliotecários e foi anunciado que haverá a nomeação de mais 24 em breve, mas que este seria o limite. Sendo assim, haverá 54 bibliotecários plenos e 29 bibliotecários seniores, totalizando 83 bibliotecários na Rede Municipal de Educação, quantidade que é insuficiente para atender a todas as escolas da rede. Foi imposto pela Secretaria Municipal de Educação que um bibliotecário seja responsável por 4 bibliotecas e, dependendo da Regional, serão 5 bibliotecas coordenadas. Assim, a SMED deixou de nomear 332 bibliotecários, e os 83 bibliotecários plenos e seniores estão sendo sobrecarregados, tendo que se dividir entre tantas escolas e bibliotecas coordenadas. A situação de desvalorização dos Bibliotecários Escolares da Rede é alarmante. O discurso de que a leitura e a biblioteca são pilares da Educação não sai do papel, e a precarização do trabalho dos servidores é motivo de adoecimento e desmotivação. Mesmo com o aumento de trabalho, não houve reajuste salarial ou incentivos à carreira. É inconcebível que um profissional da Educação, de nível superior com jornada de 40h semanais, receba o menor salário em toda Prefeitura de Belo Horizonte, e que haja uma discrepância salarial tão grande entre profissionais com mesma formação e funções. Diante do exposto, os Bibliotecários Escolares da Rede vêm solicitar:

1. Revisão da tabela salarial do cargo de Bibliotecário Escolar, apresentada na Lei Nº 11.132, de 18 de setembro de 2018, com a adequação do vencimento do primeiro nível do Bibliotecário Escolar Pleno à, no mínimo, 90% do vencimento do Bibliotecário Escolar Sênior de mesmo nível;
2. Ampliação dos níveis de vencimento do cargo de Bibliotecário Escolar, tendo como base o modelo de progressão horizontal e vertical dos atuais Analistas de Políticas Públicas, cargo de origem dos Bibliotecários Escolares Seniores. A existência de uma progressão vertical evitaria a estagnação da carreira e colocaria a carreira do Bibliotecário no mesmo patamar das demais carreiras de nível superior na PBH;
3. Ampliação do número de níveis conferidos por escolaridade superior ao exigido para o cargo. Hoje são conferidos em toda a carreira do servidor, no máximo, 5 (cinco) níveis na tabela de vencimentos por grau de escolaridade superior ao exigido para o seu cargo efetivo. Esta ampliação é fundamental, já que essa é uma das poucas chances de progressão na carreira, e também é uma forma de estimular a qualificação profissional.

CONTRIBUIÇÃO DE ALEXANDRA FREITAS PARA O XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

Políticas de combate às Opressões - Professores oprimidos e adoecidos

Ao abordarmos a temática opressão não há como não associarmos isso aos últimos anos que sucederam o golpe de 2016. Desde então temos travado uma batalha constante para conseguirmos exercer nossa função como educadores e formadores de sujeitos críticos, emancipados e autônomos. A escola vem gradativamente sendo transformada numa trincheira de guerra ideológica e cultural no país e essa situação se intensificou durante a campanha presidencial de 2018, amparada por movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o famigerado Escola Sem partido, que mesmo sem constar na lei, foi uma diretriz do último governo e incentivava a perseguição aos professores.

Enfrentamos a desvalorização do nosso trabalho desde sempre, mas essa perseguição e esse ódio não são vivenciados nesse país desde os tempos da ditadura. Hoje em dia, arrisco a dizer que a situação é ainda pior, pois contamos com as mídias sociais para propagar ódio e violência aos que deveriam ter da sociedade apoio e respeito. Estamos tendo dificuldade em abordar diversos temas como racismo, homofobia, discutir o preconceito contra as religiões de matriz africana, pois além da resistência oriunda de alguns alunos, também enfrentamos a fúria dos responsáveis que deturpam a fala dos professores para um viés totalmente fundamentalista.

Embates com as famílias dos alunos, que hoje em dia adotaram a prática de se reunirem em grupos de *WhatsApp* para discutirem assuntos relacionados à educação e principalmente os acontecimentos da escola são também algo muito frequente. Há uma distorção do que seria a participação efetiva da comunidade na escola, para uma imposição de uma educação “a la carte”, em que os professores são pressionados a se submeterem aos mais diversos caprichos provindos daqueles que não têm o menor cabedal no quesito educação e mesmo assim insistem em ditar a cátedra alheia. Chegamos ao absurdo de agressões físicas e ameaças de morte tanto de alunos como dos responsáveis que inflamados pelo ódio ideológico se sentem no direito de perseguir, ameaçar e agredir os docentes.

Não bastasse toda a pressão da sociedade e o desgaste mental patrocinados por essa patrulha ideológica, temos situações de coação oriundas da própria direção/gestão que pressionada pela comunidade e com receio de provocar qualquer tipo de melindre com as famílias acaba também por oprimir os colegas de profissão incentivando os professores a não abordarem temáticas que desagradem as famílias, não promoverem discussões com teor político e punindo os professores que não acatarem tais diretrizes. Lembramos que tal posição proveniente de professores, (sim professores, pois o fato que estarem momentaneamente desempenhando uma outra função que não seja lecionar não lhes tira a formação docente) deixa a situação ainda mais tensa e sofrida, pois isso nos remete ao doloroso, cruel e vergonhoso período da escravidão em que o capitão do mato perseguia seu próprio povo.

Tudo isso nos leva a pensar sobre qual a educação queremos: uma educação crítica, emancipadora, livre e autônoma ou uma educação puramente utilitarista? Qual o tipo de sociedade almejamos num futuro próximo? Uma sociedade mais justa, igualitária, antirracista, que respeita a ciência e o Estado laico ou uma perpetuação do que temos hoje em dia?

Estamos vivenciando tempos difíceis e saúde mental é um assunto que tem estado em voga ultimamente. Como ter saúde mental em meio a esse turbilhão? Como os professores vão se preservar mediante tamanha pressão? Não creio que o caminho seja nos tornarmos lacaios de uma sociedade doente. Acredito que o caminho seja justamente o contrário e que ao invés de nos dispersarmos, devemos nos unir e cobrar um apoio do poder público através ações que nos amparem e nos garantam o direito de exercermos nossas funções sem sermos tolhidos, ameaçados, amedrontados, perseguidos e por muitas vezes agredidos.

Devemos também combater a opressão advinda dos próprios colegas gestores, lembrando-os sempre de que estamos todos e todas no mesmo barco e não permitindo que sejamos assediados no exercício da nossa função. Nos amparemos uns com os outros e também com os sindicatos para conseguirmos extirpar definitivamente esse monstro ideológico que eclodiu em 2018.

Gostaria de terminar citando um trecho do livro *Pedagogia da autonomia* do ilustre Paulo Freire, nosso patrono da educação e que continua nos inspirando e inspirando vários docentes pelo mundo.

“Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar”.

Continuemos a lutar por uma educação libertadora, pois, mais uma vez como dizia Paulo Freire “Se a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO FORTALECER AO XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

O direito do candidato com deficiência ao cargo público efetivo da carreira dos servidores da educação da PBH.

O Sind-REDE/BH é um sindicato que defende o cumprimento integral dos direitos dos candidatos com deficiência ao acesso em igualdade de direitos aos demais candidatos sem deficiência ao cargo público efetivo da carreira da Educação da PBH. E tem feito isso através da vigilância e reivindicação de uma Edital inclusivo e acessível em todas as fases do mesmo: inscrição, nomeação e estágio probatório com a efetivação ao cargo.

O Decreto nº 3.298/1999 explicita mecanismos de discriminação positiva de forma a preservar dois importantes princípios, o do concurso público e o do direito à igualdade das pessoas com deficiência com os demais candidatos. Acrescentaria o artigo 34 da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

Constatamos nos últimos Editais da SMED/BH /BH (2021 e 2023) para o provimento do cargo de professor reiterados atos discriminatórios ao excluir candidatos com deficiência pelas exigências dos protocolos técnicos de exames médicos admissionais e a avaliação dos aprovados na Prova Discursiva a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo em RAZÃO DE SUA CONDIÇÃO.

A Lei Municipal nº 11416 de 2022 no seu “CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS, artigos 111 e 113, entre outros:

111 Ficam reservados pelo menos 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos públicos de provimento efetivo do quadro de pessoal da administração direta e indireta dos poderes do Município para a pessoa com deficiência. Art. 113. Serão reservadas pelo menos 10% (dez por cento) e no máximo 20% (vinte por cento) das vagas colocadas em disputa em concurso público ou processo seletivo para investidura por pessoa com deficiência.

No ato da inscrição deveria solicitar do candidato com deficiência que apresentasse o documento de avaliação biopsicossocial que consta da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no artigo 2º (Lei nº 13.146/2015) que

que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A exigência do documento de comprovação da deficiência nesta concepção auxilia o administrador público na preparação das provas acessíveis, se forem requeridas. Dessa forma, os recursos de tecnologia assistiva e apoios devem ser oferecidos de acordo com a deficiência e necessidades apresentadas pelos candidatos que concorrem, por livre opção, às vagas reservadas exclusivamente às pessoas com deficiência.

Como entidade representativa dos trabalhadores em educação e em específico, das demandas do “Coletivo de Trabalhadores com deficiência”, temos questionado e reivindicando à SMED/BH o cumprimento da legislação dos direitos das pessoas com deficiência seja aos candidatos ao cargo ou aos servidores em exercício.

A falta de um ambiente de trabalho acessível e inclusivo não se restringe ao período probatório, pois somente com a atuação do departamento jurídico do Sind-Rede/BH junto à Justiça (início em 2018), garantiu neste ano a uma professora com deficiência e com estabilidade o acesso a recursos tecnológicos para exercer seu trabalho com segurança e independência. Em junho de 2023, o juiz da 1ª vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte afirmou que a Prefeitura deve garantir toda a materialidade para que a trabalhadora possa ter o direito ao trabalho⁴.

Outro ponto que cabe destaque quando na legislação voltada para a entrada de candidatos PCD, é a equipe multiprofissional que deve ser composta por seis profissionais, sendo três profissionais capacitados e atuantes nas áreas de deficiências, um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira alvo pelo candidato. Uma equipe que possui atribuições definidas nas diferentes fases do concurso público e do estágio probatório, sendo uma obrigação e não opção da Administração Pública ofertá-la.

Constatamos pela primeira vez a menção desta Equipe no último Edital para o cargo público para servidores da educação (2023) mas sem garantir esta composição e função. E o que é mais preocupante, com a errônea e legalmente superada concepção de avaliar a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo com finalidade eliminatória.

O estágio probatório constitui-se também em um mecanismo utilizado para dar concretude à ação afirmativa de reserva de cargos. Mesmo a Constituição da República afirmar a não discriminação como o princípio de amplo acesso de todos ao concurso público sem qualquer restrição, a Lei nº 8.112/1991 que cria condição de compatibilidade entre função e deficiência, afronta aos princípios da acessibilidade do artigo 37, inciso I e, de concurso público do inciso II e da lei nº 11416 de 2022 (Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida) que veda a discriminação em qualquer uma das etapas de recrutamento, seleção, contratação, exame admissional etc.

Logo, quando se pensa na política que defende a carreira dos trabalhadores em educação que atuam em Belo Horizonte, não se pode excluir as leis criadas para que as pessoas com deficiência possam ter a plena garantia de participação. Tendo em vista as reflexões trazidas e as demandas que o sindicato recebe dos trabalhadores com deficiência, **apresentamos as seguintes propostas:**

⁴ Matéria publicada no site do sindicato do sindicato no dia 13/06/2023 foi a falta de providenciada PBH, mesmo após inúmeras solicitações da servidora para que fossem realizadas adequações mínimas no ambiente de trabalho aprofundou o cenário de constrangimento e humilhações, o que levou o sindicato a recorrer à justiça. (Sind-Rede/BH, 13/06/2023)

REFERÊNCIA GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Goiânia:Ed. Da UCG,2016. http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2019/09/Livro-Livro-PESSOAS_COM-DEFICIENCIA-E-O-DIREITO-DO-COINCURSO-PUBLICO.pdf file:///C:/Users/pr075755/Documents/died/ConcursoPublico_Workshop_2016_MGugel%20(1).pdf Lei Nº 11416 DE 03/10/2022 Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=436986>

1. A adequação de todos os editais dos concursos públicos para a educação respeitando as Leis de cotas para PCD e as cotas raciais.
2. A organização de todo o processo visando garantir ao candidato o direito a concorrer a vaga e de ser acompanhado.
3. A efetivação da equipe multiprofissional para garantir a igualdade de condições aos candidatos com deficiência em relação aos demais sem deficiência.
4. Uma política inclusiva e acessível que valorize os trabalhadores com deficiência na Rede. 5- Toda a materialidade e condições de trabalho para os candidatos PCD aprovados na Rede municipal de BH.

CONTRIBUIÇÃO DO EDEN ARCANJO AO XIV CONGRESSO DA REDE PAULO FREIRE

LAMPEJOS

Mesmo depois da pandemia as práticas de como os gestores, políticos, lidam com a educação pública continuam sendo as mesmas quando o assunto é valorização do professor. Com tantos danos sociais e emocionais, provocados pela crise sanitária, os professores continuam sendo tratados como inimigos. Sendo necessário de forma urgente mudanças nesta relação pois assim como as crianças os professores precisam se recuperar desse momento complicado e estarem saudáveis para implementar com qualidade a tarefa e o ato de ensinar.

Não se assuste o problema nunca foram a escassez dos recursos para o setor educacional. A prefeitura no caso da capital mesmo durante a pandemia e depois dela, conforme o ILAESE (2022)⁵, continuou recolhendo aos cofres públicos superávits em impostos e taxas que infelizmente em quase nada se mostraram eficazes em sua aplicabilidade na qualidade de vida dos profissionais em educação. Muito pelo contrário, conforme o mesmo documento, aumentou os gastos com terceirização, centralização das compras das caixas escolares e a negativa do Piso da Educação Lei 11738/08 como política nacional de educação. A forma como lida com esses recursos deixa transparecer com muita clareza como, a prefeitura da capital mineira, valoriza seu profissional responsável para dar orientações conteudistas para futuro cidadão, continuidade no processo qualitativo de cidadania e esperança as crianças estudantes do ensino público da capital.

Historicamente a prefeitura tem sido implacável com seus docentes, seus métodos de gestão agora não só buscam quebrar toda a cadeia de direitos conseguidos na militância, mas também sabotar a cadeia estrutural do trabalho lhe oferecendo materiais de pouca qualidade, centralizando as decisões que deveriam ser tomadas urgentemente, separando o grupo através da demora em aceitar decisões operacionais construídas pelo grupo, lentidão em aparelhar a escola para coibir a violência trazida pela comunidade e pelo estudantes, desvalorização da carreira, silenciamento docente, excesso de trabalho burocrático, desvalorização do pedagógico e é claro todo esse cenário, e outras situações, estão deixando os professores doentes. A violência diária pode se configurar como: física, legal, financeira, moral, ética, pedagógica e humana. Mas porque os gestores preferiram este caminho? Porque não dialogam com seu

magistério? Que projeto social temos a vista para nossas estudantes com a defasagem de horas aulas em tempo normal? Porque o governo não oferece os vencimentos que são destinados pela lei? Quem ganha com esse projeto?

Analisado ao último questionamento, acredito que a resposta das demais estejam atreladas a possível resposta desta. Aqueles que se adiantaram em dizer que seria para privatizar a educação da capital, estão apenas visando algo que seria a consequência do projeto e é perceptível algo maior do que apenas desvincular a folha de pagamento a uma empresa privada qualquer. Imaginem como seria numa rede privada em termos de custos com certeza não sairia mais barata? Mais do que isso, mesmo que não queiramos acreditar pois ela nos ataca friamente todo dia, é altamente perceptível a existência de um projeto paralelo de proteção de classes.

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=yu6B4yq8wrM>

E este projeto se engendra sobre a pior das estruturas de poder, ou seja, a extensa naturalização por parte da sociedade da legitimação da violência sobre o professor e a classe social que ele colabora na tarefa de ensinar. Num calendário nacional onde o cronograma das ações sociais se mostra sobre uma dinâmica intensiva de datas e não se permitem alterações nos programas sociais de acesso a estruturas de oportunidades por níveis de escolaridade, como, o ENEM² e os concursos públicos que, entendamos, jamais serão controlados por um calendário de reposição de greve local. Os dias paralisados deverão ser pagos, mesmo que não assistidos pelos estudantes, pois no primeiro dia de aula é aprovado um calendário escolar que o próprio governo tem pressa em aprovar, sob sua tutela e controle, com pretenso intuito de não se cumprir. Mas é exigida a presença pontual do professor sobre o alforge do desconto dos dias parados, na rede de efeitos a aposentadoria e aos vencimentos. Enquanto a escola pública para o futuro da criança regride piamente a condição da falta de enquadramento da grade curricular para igualdade de posição para competir no mercado de oportunidades de igual para igual com outras redes.

O próprio sucateamento dos profissionais durante e depois do processo de embate, que os leva a uma verdadeira guerra mental e física, na maioria das vezes, limita seu potencial de entrega na sua função pois terá de fazer em tempo recorde o que não conseguiu fazer em tempo hábil. E o pior a escola não abre mão do seu calendário folclórico, ora imposto, para atender as reais necessidades do estudante. Alunos ansiosos, a inercia das famílias, castigo aos que participarão do movimento. E é claro ter de conviver com colegas com diferentes posturas, desfavorecendo a relação positiva a um clima escolar, uma vez que pela falta de ombridade não negam os frutos alcançados pelo movimento e as vezes até pressionam pelos resultados mais rápidos.

É bom dizer que a premissa de tirar o professor da escola e tirar aula dos estudantes tem o mesmo efeito para a sociedade em termos de soberania. O professor fora de sala de aula fica exposto a todo tipo de marginalidade que a sociedade pode oferecer que vai de danos emocionais até as complicações a sua saúde e ao seu presente. O estudante fora de sala de aula também fica exposto as mesmas condições que o professor, mas os danos para ele com certeza são maiores uma vez que ele se vê excluído de um processo de construção de seu futuro. Enfim, este jogo se configura como um dos mais perversos que se replica diante das questões de classes sociais e implica ao acesso, mas, se cabe querer um acesso equitativo e justo, infelizmente estamos diante de processo claramente construído para que se mantenham desiguais das estruturas de classe e poder.

Por ignorância se desperdiçam as experiências educacionais de nações bem sucedidas, mesmo já globalizados, em troca de uma política ácida educacional, já ultrapassada. Isso faz com que os erros de hoje sejam pagos, assim como tem sido até então, amargamente pela comunidade que empenhamos servir. A educação é missão que, nem querendo, pode se entregar aos lampejos do fracasso.